

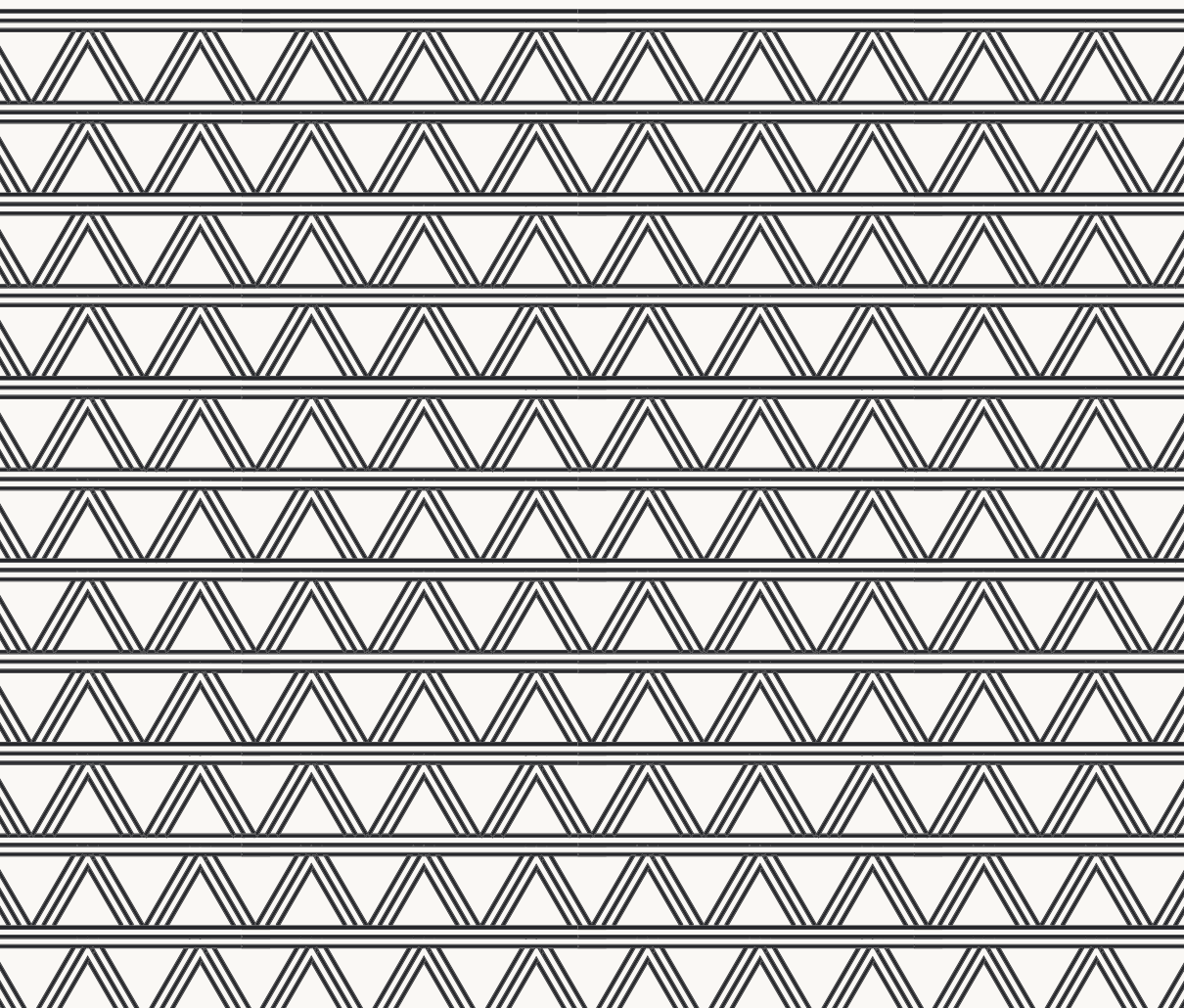


História das mulheres no Amazonas

Mônica Xavier de Medeiros
Patrícia Rodrigues da Silva
(orgs.)

História das mulheres no Amazonas

Mônica Xavier de Medeiros
Patrícia Rodrigues da Silva
(orgs.)



Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitora

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann
Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas
Gerente Editorial

Wesley Sá
Editor Executivo

Raquel Maciel
Produtora Editorial

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Adriana Távora de Albuquerque Taveira

Carlos Mauricio Seródio Figueiredo

Gislaine Regina Pozzetti

Josefina Diosdada Barrera Khalil

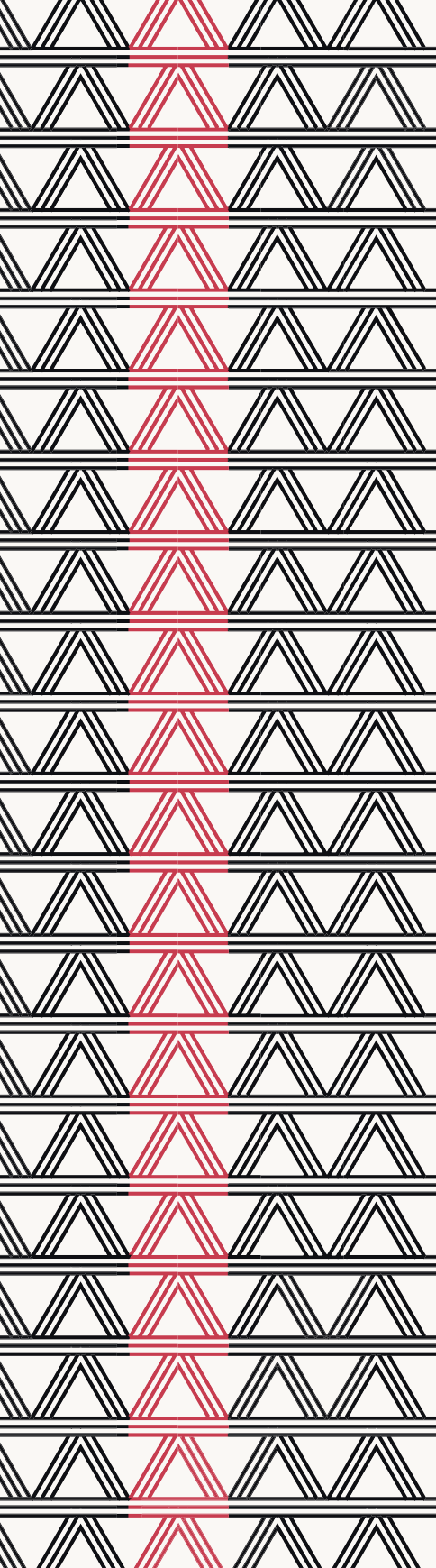
Katell Uguen

Orlem Pinheiro de Lima

Silvia Regina Sampaio Freitas

Vanúbia Araújo Laulate Moncayo

Conselho Editorial



História das mulheres no Amazonas

Mônica Xavier de Medeiros
Patrícia Rodrigues da Silva
(orgs.)





Isadora Lopes
Wesley Sá
Revisão

Raquel Maciel
Projeto gráfico e diagramação

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa

H673
2024

História das mulheres no Amazonas / Orgs. Mônica Xavier de Medeiros,
Patrícia Rodrigues da Silva. - Manaus (AM): Editora UEA, 2024
180 p.: il., color; [E-book]. - (Coleção: Anpuh)
Formato PDF

ISBN: 978-85-7883-694-8

Inclui referências bibliográficas

I. Mulheres-Amazonas. 2. História das mulheres. I. Medeiros,
Mônica Xavier de. (Org.) II. Silva, Patrícia Regina de Lima
III. Título

CDU 1997 - 378.014.61


Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota CRB11/ 484

Editora afiliada

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

editoraUEA

Av. Djalma Batista, 3578 - Flores | Manaus - AM - Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 38784463
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br



Sumário

| 06 |

Prefácio

| 08 |

Apresentação

| 15 |

Água, uso e reprodução da vida: narrativas de trabalhadoras rurais do entorno do Lago Juruti Velho em conflito com a mineração

| 39 |

Protagonismo feminino no interior do lago de Tefé: organização social e política nas comunidades rurais (1970 a 1990)

| 62 |

Entre lemas e dilemas: uma experiência da migração feminina

| 74 |

Protagonismo feminino nas lutas pelo direito à moradia em Parintins (1992-2019)

| 92 |

Vivências de mães trabalhadoras na cidade de Manaus (1970-2000)

| 110 |

Terceirização, flexibilização de direitos e experiências de trabalhadoras de limpeza na Universidade Federal do Amazonas/UFAM (1990-2023)

| 135 |

“(...) Era preciso garantir um futuro diferente daquele que a gente estava vivendo”: resistência feminista contra a ditadura no Amazonas (1978-2021)

| 155 |

Mulheres subvertendo papéis de gênero através do trabalho: mulheres proprietárias e empreendedoras no início do século XX em Manaus

| 177 |

Sobre as autoras



Coleção ANPUH-AM

Ao longo de toda a nossa gestão, buscamos incentivar um olhar ao mesmo tempo crítico e atento, criterioso e generoso para tudo aquilo que foi e vem sendo produzido sobre história no/do Amazonas. Da produção memorialística e laudatória até os dias atuais, nos mais diferentes espaços de sociabilidade intelectual do estado, a História, como disciplina e como campo de interesse, tem sido fundamental para pensar as identidades locais, suas relações com o nacional, bem como os projetos do tão propalado desenvolvimento aventados ao longo dos últimos tempos para o Amazonas e suas gentes.

Não à toa, o tema do VII Encontro Estadual de História é História do Amazonas: desafios e conexões. Desafios porque, claro, temos olhos voltados para o futuro. Esperançosos de que a interiorização da universidade pública siga dando frutos, multiplicando os temas, fontes e abordagens da historiografia amazonense. Ciosos também de que da articulação da comunidade historiadora brotem não apenas novos talentos individuais, professores-pesquisadores qualificados e competentes, mas igualmente – ou até principalmente – projetos coletivos capazes de dar conta da complexidade da tarefa em curso, da necessidade de revisitar os clássicos e superá-los (não em termos meramente cronológicos e qualitativos), tendo em vista as novas questões que se impõem [...] conexões porque entendemos que é preciso ainda nos expandir em várias direções: reforçar nossos vínculos com o

que se ensina e aprende – e com como se ensina e aprende História – no Ensino Básico, estabelecer diálogos mais críticos e criativos com as políticas de memória e patrimônio, com as novas tecnologias e as novas formas de divulgação histórica.

Por todas essas razões, concebemos e implementamos, através de edital, esta coleção de e-books. Ela não tem outras pretensões que não sejam atualizar o debate atual sobre os mais diversos temas de história e historiografia do Amazonas e, complementarmente, fazer chegar nas mãos dos professores da rede de Ensino Básico um material de fácil acesso, gratuito e de qualidade. É também um pontapé inicial, uma iniciativa que poderá ser replicada nas próximas gestões, de tal modo que possamos cumulativamente ampliar a produção e circulação de conhecimentos históricos no Amazonas.

Esperamos que as pesquisas reunidas em cada volume suscitem não apenas a apreensão curiosa dos leitores, mas também a produção de novos/outros trabalhos. Como qualquer coletânea, os textos podem ser lidos juntos ou separados e cada e-book pode ser aproveitado de acordo com os interesses de quem o consulta. Dessa forma, os capítulos podem ser recompostos e revirados. E todas as lógicas – e intensões iniciais dos autores – manejadas e reapropriadas pelos estudantes, professores e pesquisadores que com ela travarem contato. Desejamos a tod@s um excelente aproveitamento da nossa coleção.

Diego Omar da Silveira | Presidente da ANPUH-AM
Leandro Coelho de Aguir | Vice-presidente da ANPUH-AM



A coletânea *História das Mulheres no Amazonas* tem como objetivo evidenciar as pesquisas que estão sendo realizadas contemporaneamente nas Instituições Públicas de Ensino Superior do estado do Amazonas (Universidade Federal do Amazonas/UFAM e Universidade do Estado do Amazonas/UEA) sobre as experiências de mulheres trabalhadoras nos séculos XX e XXI.

O caminho para o reconhecimento de pesquisas sobre mulheres foi longo. Para Raquel Soihet (2011), a centralidade do interesse da história, a partir de fins do século XIX, na história política e pelo domínio público resultou em pesquisas centradas em fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam.

O avanço do movimento feminista no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa trouxe como uma de suas consequências a entrada das mulheres nas Universidades e o início da formação de um campo de estudo sobre História das Mulheres nas décadas de 60 e 70 do século XX. Carla Pinsky e Joana Pedro (2013) colocam que desde os pioneiros estudos sobre mulheres, momento em que “havia poucos trabalhos com que dialogar e muitas lacunas a preencher”, houve um grande avanço, no qual “tornou-se consenso que as mulheres no Brasil têm uma história, que ela pode ser escrita e que é capaz de iluminar e sofisticar a História dita geral, ao falar das relações sociais, raciais, etárias e de gênero, tratar do poder e abordar tanto o público como o privado”.

A História das Mulheres nos permite a crítica de arquivos e fontes históricas e, nesse ponto, a renovação historiográfica do

último quartel do século XX nos ajudou bastante. A ampliação da noção de documento legitimou que o conhecimento histórico pudesse ser produzido a partir da incorporação de fontes de natureza diversa das oficiais/estatais como objetos, paisagens, cartas, narrativas orais, imprensa, fotografias etc. Isso permitiu que fontes produzidas por mulheres pudessem ser valorizadas.

Boa parte dos artigos propostos para esta coletânea coteja fontes orais produzidas em entrevistas a partir da metodologia da História Oral. Salvatici (2005) nos lembra que se é verdade, que num primeiro momento, a História Oral serviu para que “as mulheres pudessem falar por si mesmas”, o desenvolvimento da metodologia revelou a “pluralidade como um conceito-chave na História Oral de mulheres”. É importante lembrar que o Feminismo Negro e a 3ª onda do Feminismo também foram fundamentais para a superação da categoria *mulheres* como um conceito a-histórico e homogêneo.

O conceito de “pluralidade” destacou a possibilidade de haver diferenças fundamentais em estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões ou nações. O que era considerado “a voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas pareciam um coro de múltiplas vozes, e, conseqüentemente, a identidade de gênero foi complicada por identidades de classe, religião ou nacionalidade (Salvatici, 2005).

A historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro em importante artigo intitulado *Caminhos da História das Mulheres no Amazonas* elucida que, inicialmente, os primeiros estudos sobre mulheres feitos no contexto amazonense vieram com o surgimento do curso de graduação em Serviço Social na Universidade do Amazonas/UA, hoje UFAM, e que durante a década de 90 começaram a aparecer de forma mais recorrente

em outras áreas do saber, inclusive no curso de História. Na implementação do curso de pós-graduação em História (PPGH) em 2006 da UFAM, a pesquisa nesta área de estudos foi fortalecida.

A consolidação das pesquisas sobre mulheres foi longa, bem como o reconhecimento das trajetórias de mulheres pesquisadoras. Apresentamos uma coletânea em que as participantes são mulheres que estudam/pesquisam sobre mulheres. Consideramos isso um mérito, uma vez que as relações sociais desiguais entre os sexos e a divisão sexual do trabalho também perpassam o mundo acadêmico.

O livro trata de temas complexos que articulam as experiências históricas de mulheres na vida cotidiana e no trabalho. Evidenciam mulheres que se firmaram na luta por direitos trabalhistas e sociais (como moradia), que se desdobraram em duplas jornadas de trabalho, pois sob elas recaía as responsabilidades pela reprodução social de suas famílias (Bhattacharya, 2019). O trabalho de cuidados é, geralmente, invisibilizado e é articulado às duras condições de trabalhos subalternos, informais e precarizados.

Gostaríamos de ressaltar também a amplitude espacial/geográfica das pesquisas que não estão concentradas apenas na cidade de Manaus, revelando também um profícuo avanço historiográfico para outras áreas do Amazonas como Parintins e Tefé. Isso democratiza e visibiliza as pesquisas que estão sendo realizadas na Universidade do Estado do Amazonas, espalhando o fazer historiográfico amazonense para além da capital.

Se é certo que o campo de estudos sobre História das Mulheres consolidou-se, o último período da história do Brasil, especialmente a partir do impeachment da primeira presidenta eleita, Dilma Rousseff, abriu as portas para o recrudescimento do fascismo, do machismo, da homofobia e da transfobia. Esse período também foi marcado por um forte ataque aos direitos trabalhistas, pelo contingenciamento em investimentos sociais

(saúde, educação, etc.) com a Lei do Teto de Gastos, Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Essas leis incidem sobre o conjunto da classe trabalhadora, mas sem dúvida impactam sobremaneira a vida de mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e a juventude periférica. Assim, por mais que as mulheres tenham avançado em conquistas de direitos, é sempre preciso atenção, sendo necessário evidenciar as histórias dessas lutas, pois as ameaças de retrocessos estão postas.

A publicação de uma coletânea sobre História das Mulheres contribui, assim, não somente para evidenciar o avanço e os caminhos que a historiografia amazonense tem trilhado sobre a temática em questão, mas também se constitui como um direito às memórias de lutas das mulheres/trabalhadoras no Amazonas, fortalecendo a todas e todos na edificação de uma sociedade democrática.

Abrindo a coletânea, temos *Água, uso e reprodução da vida: trabalhadoras rurais em conflito com a mineração*, de Maiara Andrade Paes, que explora a relação entre água, gênero e reprodução social, no Lago Juruti Velho, no oeste do estado do Pará, Brasil. A água é examinada não apenas como um recurso, mas como um elemento essencial para as práticas cotidianas, tradições culturais e lutas por justiça social na Amazônia.

O segundo artigo, *Protagonismo feminino no interior do Lago de Tefé: organização social e política nas comunidades rurais (1970 a 1990)*, de Johmara Assis dos Santos, discute este período em que a Igreja Católica se inclina para uma ala mais progressista em virtude da Teologia da Libertação e da opção pelos pobres assumida no Concílio Vaticano II. Foi neste contexto de mudanças que se destacou a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB/Tefé) no qual as mulheres tiveram papel ativo atuando como monitoras, presidentas e catequistas.

O terceiro artigo, *Entre lemas e dilemas: uma experiência da migração feminina*, de Patrícia Regina de Lima Silva, discute, à luz da História Oral, a sensibilidade da migração a partir das

experiências compartilhadas por suas entrevistadas. Analisa também como a migração promove profundas transformações nos espaços e no interior dos sujeitos que vivenciaram e vivenciam tal processo.

O quarto artigo intitulado *Protagonismo feminino nas lutas pelo direito à moradia em Parintins (1992-2019)*, escrito em coautoria por Jheniffer Natividade Rodrigues e Kennely Rabelo Fernandes, faz uma importante discussão sobre as experiências vividas por mulheres que estiveram presentes nos movimentos por moradia na cidade de Parintins, cuja urbanização foi marcada por ocupações de terras urbanas em que se formaram os bairros mais populosos desta cidade.

O quinto artigo, *Vivências de mães trabalhadoras na cidade de Manaus (1970-2000)*, de Jordana Caliri, faz uma necessária reflexão sobre as trajetórias de vida e trabalho de mães trabalhadoras que viveram em Manaus no processo de intenso crescimento urbano e migração, a partir da década de 70 do século XX, com o advento da Zona Franca. A autora destacou as mães trabalhadoras, pois a maternidade acrescentava particularidades às trajetórias dessas mulheres, uma vez que precisavam contornar diversas dificuldades para conciliar a maternidade e o trabalho.

O sexto artigo, *Terceirização, flexibilização de direitos e experiências de trabalhadoras de limpeza na Universidade Federal do Amazonas/UFAM (1990-2023)*, em coautoria de Mônica Xavier de Medeiros e Patrícia Rodrigues da Silva, analisa os impactos do neoliberalismo no mercado de trabalho no Amazonas através da experiência de mulheres trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza da UFAM.

O sétimo artigo de Nilda Priscila Lima Diógenes, intitulado “(...) Era preciso garantir um futuro diferente daquele que a gente estava vivendo”: resistência feminista contra a ditadura no Amazonas (1978-2021), investiga o movimento estudantil da Universidade Federal do Amazonas/UFAM

durante a década de 1980 para compreender como ocorreram as vivências das mulheres que participaram de sua construção lutando pela educação pública e contra a ditadura civil-militar.

O oitavo artigo, *Mulheres subvertendo papéis de gênero através do trabalho: mulheres proprietárias e empreendedoras no início do século XX em Manaus*, de Bárbara Harianna Brito de Cabral, aborda a trajetória de mulheres, que ousaram ir além do que era considerado adequado para seu gênero quando se tratava de profissões. A autora analisa as trajetórias daquelas que se atreveram a publicar seus escritos, pintoras, atrizes, musicistas, odontólogas, e, inclusive, mulheres proprietárias.

Mônica Xavier de Medeiros

- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, 1º semestre de 2019.
- PINHEIRO, M. L. U. Caminhos da história das mulheres no Amazonas. In: QUEIRÓS, C. A. B. (org.). *Historiografia Amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 226-227.
- PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 10.
- SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre História Oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005.
- SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 263-264.



Água, uso e reprodução da vida: narrativas de trabalhadoras rurais do entorno do Lago Juruti Velho em conflito com a mineração

Maiara Andrade Paes

Considerações iniciais

Este capítulo lança luz sobre a complexa interseção entre água, gênero e reprodução social nesse contexto singular. A água é muito mais do que um recurso ambiental; ela tece as práticas, tradições culturais e as lutas do cotidiano por justiça social. O estudo tem como objetivo central analisar o papel do Lago Juruti Velho nas relações entre o uso costumeiro quanto à reprodução da vida em comunidades tradicionais, o que envolve considerar várias dimensões interconectadas, como a divisão de gênero do trabalho na gestão da água, o impacto nas atividades do cotidiano, a reprodução social, a justiça ambiental e as narrativas de experiências.

No município de Juruti¹, localizado no oeste do estado do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas, encontra-se Juruti Velho composto por comunidades tradicionais cujas

¹ "Juruti faz limites com o Estado do Amazonas e com os municípios de Santarém, Aveiro, Terra Santa, Oriximiná e Óbidos [...] foi dividido, pela Lei n. 996/2010, de 15 de setembro de 2010, em quatro distritos administrativos: Tabatinga, Castanhal, Muirapinima, principal referência política e econômica do PAE Juruti Velho, e Distrito-Sede" (Lopes, 2012, p. 76).

vidas estão entrelaçadas com as águas do Lago Juruti Velho há gerações. Nesse contexto, a água não é apenas um recurso, mas sim o tecido que sustenta não apenas as necessidades básicas, mas também define a identidade desta comunidade. No entanto, é também um campo de conflito, já que essas comunidades se veem disputando esse espaço de uso comum com a empresa de exploração de bauxita, Aluminum Company of America (ALCOA).

A Alcoa, uma das maiores empresas de alumínio do mundo, estabeleceu suas operações em Juruti Velho em meados da década de 2000². Sua entrada na região trouxe consigo não apenas a ideia de “desenvolvimento” econômico, mas também desafios e transformações significativas para as comunidades locais. Em 2005, a Alcoa estabeleceu sua presença na área para explorar os recursos de bauxita, matéria-prima essencial para a produção de alumínio. As mudanças que causou não foram só de ordem ambiental, mas também social.

Através da obra de Thompson, “Costumes em Comum” (1998), destaco a importância das práticas culturais relacionadas ao uso da água nas comunidades próximas ao Lago Juruti Velho. Esse espaço compartilhado envolve um sistema de atitudes, valores e significados. Além disso, ligada a costumes e tradições, a água se torna um campo de conflitos e interesses, especialmente com a chegada da mineradora ALCOA. Apesar de a obra contribuir para a compreensão das relações entre tradição e costume em confronto com a lógica capitalista, não trata das questões de gênero.

Os principais protagonistas da pesquisa são mulheres trabalhadoras rurais (agricultoras e/ou trabalhadoras de casa) que residem nas comunidades tradicionais de Juruti Velho.

2 “Em 2000, quando adquiriu a Reynolds Metals Company (RMC), a ALCOA Inc. obteve o direito de explorar a mina de bauxita de Juruti. Por meio da sua subsidiária, a Omnia Minérios, fez pesquisas para confirmar o potencial mineral em uma área que, segundo a ALCOA, é de 270 mil hectares, nos municípios paraenses de Juruti e Santarém” (Lopes. 2012, p. 29).

Essas mulheres desempenham papéis políticos ativos enquanto trabalham em suas roças, torram farinha e são responsáveis pelo cuidado e manutenção do lar.

A teoria da reprodução social, de acordo com Titchi Bhattacharya (2019), amplia essa análise ao enquadrar o uso costumeiro da água como uma atividade fundamental na esfera da reprodução. A água desempenha um papel crucial nas atividades diárias, como cuidados de saúde, higiene e nutrição, que são essenciais para a manutenção da vida e da força de trabalho. Além disso, a divisão de gênero do trabalho muitas vezes coloca as mulheres no centro das atividades de reprodução, incluindo a gestão da água.

As questões de gênero são consideradas para entender a relação das comunidades com o Lago, uma vez que as mulheres geralmente são responsáveis pelo cuidado da família, o que inclui garantir acesso à água limpa, gestão e coleta desse recurso. Como resultado, essas trabalhadoras estão na vanguarda de movimentos de resistência e mobilização comunitária quando seus direitos e modos de vida são ameaçados por atividades como a mineração.

Por meio da memória e da narrativa oral, as mulheres moradoras do entorno do Lago Juruti Velho, como Idaliana Silva de Souza³, Lidiane Gomes de Souza⁴, Maria da Saúde

3 Idaliana Silva de Souza, aos 48 anos, é uma agricultora que cresceu e vivenciou o trabalho na roça, e seguiu os passos de seus pais. Atualmente, ela se dedica à produção de produtos derivados da mandioca, como farinha, tapioca e beiju, tanto para consumo próprio quanto para venda, principalmente na cidade de Parintins. Comunidade Santo Antônio da Ingracia, entrevista realizada em 23/07/2019.

4 Lidiane Gomes é uma moradora da Vila Muirapinima que passou parte de sua vida fora retornando posteriormente à comunidade. Aos 17 anos, deixou sua terra natal por 12 anos e depois voltou. Ela e sua família vivem da pesca realizada por seu marido. Sua principal fonte de renda atualmente é um benefício da ACORJUVE que segundo ela, após 8 anos de associação, começou a fornecer benefícios. Além disso, ela recebe apoio do programa Bolsa Família. Vila Muirapinima, entrevista realizada em 23/07/2019.

Sadi Souza⁵ e Sandra Alves da Silva⁶, constroem e organizam significados para suas vivências do passado a partir do presente. Evidencia-se, assim, as memórias sociais e as interpretações individuais que revelam os impactos da mineração da empresa Alcoa na reprodução da vida das comunidades em relação à água do lago. As experiências coletivas e individuais dessas mulheres demonstram como suas práticas, costumes e modos de vida foram afetados pela presença da empresa.

Lago Juruti Velho e seu uso comum: um sistema de atitude, valores e significados compartilhados

Este título é influenciado pela abordagem do historiador E. P. Thompson, conforme expresso em sua obra “Costumes em Comum” (1998). Thompson, historiador social, destacou a importância de examinar não apenas os aspectos materiais da vida cotidiana, mas também os aspectos culturais, simbólicos e subjetivos que moldam as experiências das comunidades.

As relações entre o Lago Juruti Velho e as comunidades se fazem presentes desde tempos imemoriais, onde seus avós, pais e irmãos, por meio dos costumes e práticas cotidianas, fizeram dele um sistema de atitudes, valores e significados compartilhados que são ressignificadas no presente por meio de representações, trabalho, lutas e resistências na esfera política.

5 Maria de Saúde, aos 53 anos, é uma moradora da comunidade Monte Sinai Católica, onde reside desde 1995. Antes disso, Maria viveu em diferentes lugares, começando no Piranha e depois em Juruti. Ela e sua família trabalha com roça. Comunidade Monte Sinai, entrevista realizada em 19/01/2020.

6 Sandra Alves, aos 38 anos, é uma moradora do Bom Jesus cujo sustento provém principalmente do trabalho na roça. Ela não está diretamente envolvida na produção de farinha para venda, devido à desvalorização do produto no mercado local. Seu principal apoio financeiro vem do Bolsa Família, e do benefício da ACORJUVE. Comunidade Bom Jesus, entrevista realizada em 23/07/2019.

Quando um ato razoável, uma vez praticado, é considerado bom, benéfico ao povo e agradável à natureza e a índole das pessoas, elas o usam e praticam repetidas vezes. E assim, pela frequente interação e multiplicação do ato, ele se torna costume (Thompson, 1998, p. 86).

Essa perspectiva demonstra como os costumes e práticas se formam e consolidam dentro de uma comunidade ao longo de um processo histórico. Quando uma prática está alinhada com os valores, necessidades e modos de vida desses sujeitos, ela é percebida como benéfica para o bem-estar do povo e em harmonia com a natureza.

Maiara: E em que a senhora trabalha e desde quando?

Idaliana: Na agricultura, eu trabalho desde o tempo dos meus pais, me criei na agricultura, aprendi com eles né, aí tive família e até agora a gente trabalha, né. E a agricultura é a roça, né, que a gente trabalha com ela e a gente permanece trabalhando nela. A gente faz a farinha dela, a gente tira também a tapioca da mandioca, tira tucupi e faz também os beijus. Tem vários tipos de coisas que a gente faz dela que é o beiju, a farinha de tapioca, é o carimã que é chamado da massa né massa, o polvilho. E tudo isso a gente aproveita pra vender, né! (Idaliana Silva de Souza, Santo Antônio da Ingracia, 2019).

A trabalhadora rural Idaliana Silva de Souza, moradora da comunidade Santo Antônio da Ingracia, ao narrar sua trajetória trabalhando com a tradição da agricultura familiar, onde se criou, desde os tempos de seus pais quando ainda era criança até sua fase adulta, hoje tem a própria roça e casa de farinha junto com seu marido e filhos. Ela enfatiza os benefícios e o aproveitamento que uma raiz, plantada e colhida por meio de

técnicas em conjunto com o conhecimento da natureza, trazem para ela e sua família.

Na roça, planta a mandioca, da qual são extraídos a farinha, a tapioca, o tucupi e o beiju. Além disso, ela também produz carimã, uma massa de mandioca que pode ser usada para fazer polvilho e outros produtos. Idaliana vende seus produtos para obter renda e sustentar sua família. Ela comercializa na cidade Juruti e em municípios vizinhos, como Parintins.

A narrativa de Idaliana destaca a importância da agricultura para a vida das mulheres e dos povos tradicionais da Amazônia. A agricultura é uma atividade que sustenta a vida, a cultura e a economia dessas comunidades.

O pensamento de E.P. Thompson traz a relação multifacetada entre costume, trabalho e mudança social. Ele destaca que os costumes frequentemente moldam nossas práticas de trabalho, pois vêm da modificação da natureza. Por exemplo, as técnicas de agricultura, pesca e outras atividades laborais são frequentemente influenciadas por esses costumes transmitidos de geração em geração, construídos por meio da interação da mulher e do homem com ambiente. É nesse ponto que a relação entre sociedade, natureza e trabalho se torna evidente. O trabalho não é apenas uma atividade que atende às necessidades humanas, é um modo de vida: Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra 'tradição', o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes (Thompson, 1998, p. 16-17).

Ao contrário do que a palavra "tradição" geralmente implica (algo que é fixo, estático e perdura ao longo do tempo), os costumes são construídos em meio a mudanças, conflitos e disputas. Não são estáticos, eles podem ser moldados e ressignificados no presente. Isso fica evidente na esfera política, onde essas comunidades se organizam por meio de associações, reuniões e mobilizações em defesa dos direitos tradicionais.

A terra a que o costume estava vinculado poderia ser herdade, uma paróquia, o trecho de um rio, bancos de ostra num estuário, um parque, pastos nas encostas de montanhas, ou uma unidade administrativa maior como uma floresta (Thompson, 1998, p. 86).

O Projeto de Assentamento agroextrativista Juruti Velho - PAE⁷, um assentamento vinculado ao costume, nele estão os espaços que se tornaram ao longo do tempo, através de uma construção histórica entre a interação de homens e mulheres em tempo imemoriais em harmonia com a natureza, onde pescam, se caçam, extraem, plantam, colhem e vivem.

O costume e a tradição estão vinculados a uma terra, incluindo aqueles que estão localizados nas chamadas “beira do rio”⁸. A profunda relação das comunidades de Juruti Velho com o lago é moldada por memórias, experiências e práticas que constituem sua identidade coletiva.

Entre o trabalho das comunidades do PAE Juruti Velho, a pesca é uma das principais. Essa prática é prioritariamente para alimentação familiar, tendo seu excedente destinado

7 Art. 2º o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE JURUTI VELHO -, todas as localizadas na Região de Juruti Velho, Gleba Juruti Velho, imóvel Vila Amazônia, município de Juruti, Estado do Pará, nos termos da Portaria INCRA/SR30/Nº 18/50 de 10 novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 220, folhas 70, seção 1, de 17/11/201 [...] como nos termos de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) gratuita e resolúvel, de caráter perpétuo, que a união, por meio de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), celebrou com a Acorjuve, em 30 de agosto de 2003 (Estatuto Social da Associação das comunidades da Região de Juruti Velho, 2004, p. 1).

8 Uma comunidade varzeira só pode ser identificada por meio da relação de uso existente entre a várzea (faixas marginais dos rios) e os habitantes do seu entorno. São comunidades que vivem às margens inundáveis dos rios ou lagos das várzeas. Um varzeiro do município paraense de Óbidos explica que, para ele, “ribeirinho é quem vive na beira do rio e lago”. Dito isso, a “beira do rio” é onde as comunidades vivem e possuem práticas múltiplas, como a criação de gado, extrativismo e a pesca (Lopes, 2012, p. 39).

a comercialização e troca entre os vizinhos. O peixe é comercializado em Juruti, Vila Muirapinima e região. Os principais peixes utilizados pelos comunitários variam entre o acari, curimatá, tambaqui, tamatá, pirapitinga etc. A pesca no PAE Juruti Velho é realizada em pequenas embarcações, como botes, canoas e rabetas. É praticada em uma área limitada, próxima ao local de residência, utilizando técnicas tradicionais como linha de mão, caniço, tarrafa e redes pequenas chamadas de malhadeiras (Lopes, 2012; Silva, 2014).

A água do lago também desempenha um papel fundamental na agricultura⁹, como no processo de lavagem da raiz da mandioca, que será transformada em farinha, goma, tapioca e outros derivados pelas agricultoras. Além de ser uma fonte de alimentação, a venda da farinha em mercados locais e regionais representa uma fonte de renda. Essa atividade econômica local fortalece a autonomia financeira das comunidades e reduz a dependência de alimentos industrializados. A raiz é usada em celebrações, rituais e eventos tradicionais, reforçando sua importância cultural, como o Festival da Mandioca “Raiz do Sustento”¹⁰ realizado todos os anos no mês de agosto na Vila Muirapinima, Juruti Velho.

9 No campo da produção, o roçado oferece uma variedade de produtos que garantem segurança e sustento, complementando os sistemas extrativistas, lavouras perenes e temporárias. Com o objetivo de gerar renda, as comunidades comercializam produtos provenientes do roçado e da exploração florestal. Os principais produtos encontrados nas roças do PAE são a mandioca, macaxeira, batata-preta, cana, cará, jerimum, banana etc. (Silva, 2014, p. 145).

10 “O cultivo da mandioca acompanha a trajetória histórica das comunidades e apresenta uma grande variedade de produtos dela derivados. Essa condição fez com que a Comissão Pastoral dos Direitos Humanos (CPDH), fundada em 1994, criasse o I Festival da Mandioca que hoje já está na 16ª edição, ocorrendo sempre na última semana do mês de agosto. Ligado à Comissão Pastoral da Terra e ao STRJ, o evento tem por objetivo promover e valorizar esse cultivo, buscando melhorar a cadeia produtiva e a qualidade de seus produtos” (Lopes, 2012, p. 211).

Às margens do lago, as pessoas se banham em época de praia ou durante a enchente. Além disso, há representações simbólicas da figura feminina de um imaginário popular tradicional, de lendas e mitos narrados para as crianças, como a da “mãe d’água”^{II}, em que se pede para ela permissão para banhar-se. A entidade representada por uma mulher, que é mãe dos lagos e igarapés, mostra como o imaginário atrelado à narrativa nessa lenda é construído, pensa a mulher na esfera de reprodução, a guardiã que cuida e protege o lago.

O Lago Juruti Velho é compartilhado por muitas pessoas de várias comunidades, famílias, parentes e vizinhos em geral. Ele não é propriedade privada de indivíduos ou empresas, mas sim um recurso indisponível para uso coletivo. As práticas relacionadas a ele são definidas por normas e tradições comunitárias.

Essa relação possui um sistema que se refere às atitudes e comportamentos das comunidades em relação ao lago. Isso inclui como as pessoas se aproximam, como o utilizam em suas atividades diárias, como o respeitam e como se relacionam com ele. Essas atitudes podem incluir o reconhecimento da importância do lago para o trabalho, cultura e identidade da comunidade.

A chegada da mineradora Alcoa ao Lago Juruti Velho trouxe conflito na relação entre as comunidades tradicionais e o lago. Esse impacto ameaça a reprodução social das comunidades, pois está afetando os modos de vida, a economia e a cultura, devido à poluição da água do lago, o que tem afetado a pesca, a agricultura e o abastecimento de água das comunidades.

II A «mãe d’água» é uma representação simbólica feminina frequentemente associada a corpos d’água, como rios, lagos e mares. A lenda da «mãe d’água» ou da «lara» é uma parte importante do folclore e das tradições culturais de muitas comunidades tradicionais. Ela serve como um elemento narrativo que destaca a relação entre as pessoas e a água, respeito e preservação, bem como os perigos associados aos corpos d’água.

O Lago e a Reprodução social: as mudanças nos modos de vida com a implantação da mineradora por meio da memória

Michelle Perrot, em “Os excluídos da História” (2017, p. 170), faz uma crítica ao termo “ofício do historiador”, dado pela nova historiografia de Marc Bloch. Ela menciona que, mesmo sendo uma corrente relativamente nova, esse ofício ainda escreve a história no masculino, concentrando-se nos campos da ação e do poder mesmo depois de ampliar seus territórios. A história econômica, por exemplo, ignora a mulher “improdutiva”, ou seja, a mulher que não trabalha fora de casa. A história social, por outro lado, privilegia as classes, mas ignora os sexos. A história cultural ou “mental”, por fim, fala do homem em geral, como se a humanidade fosse exclusivamente masculina.

A crítica da Perrot é importante porque nos auxilia a compreender a maneira como a história é escrita e interpretada. Este processo é também contínuo e constitui uma construção social. Nossas perspectivas moldam a forma como enxergamos o passado, revelando-se, assim, uma escolha política.

A narrativa oral não representa apenas uma fonte, mas é a expressão de subjetividades, experiências, vivências e a memória individual e coletiva de uma comunidade. Carrega consigo a identidade política e cultural de locais e suas pluralidades. Em específico, essa narrativa dialógica é defendida e transmitida por meio do conhecimento, onde a narradora olha para si, se percebe, retira, acrescenta, organiza e se vê como protagonista desse processo, que mesmo sendo um fenômeno coletivo, é visto e analisado pela perspectiva de sua experiência, cotidiano e modos de vida

Ao evidenciar as memórias e narrativas de moradoras tradicionais em conflito com a mineração, seja no seu cotidiano ou no espaço público, é possível pensar como a mulher, enquanto sujeito social e político, teve as suas experiências e perspectivas diferentes de todo esse processo e faz parte

da construção histórica, de maneira subjetiva, e tem sua importância para a História Social.

Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês? (Perrot, 2017, p. 171).

Em vista a carência de fontes públicas que relatem as experiências das mulheres, quando as têm é uma representação do imaginário do outro, do homem, o que oculta e silencia suas vozes. Quando olhamos para um processo por meio do distanciamento temporal, entre uma memória e o acontecimento, levam a procurar as fontes ou narrativas produzidas por sujeitos que estão “visíveis” no discurso público. A Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho - ACORJUVE¹² tem como líder administrativo¹³ um homem, muito procurado por pesquisadores para narrar a lutas das comunidades contra a mineradora. Mas onde estão as mulheres nesse processo? Sendo elas também sócias ativas na associação, trabalhadoras rurais e moradoras tradicionais.

12 Art. 1o A Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho, doravante denominada ACORJUVE, fundada em 21 de março de 2004, e uma Associação Civil, de direito privado, sem fins econômicos, constituída pela união e solidariedade dos moradores tradicionais e permanentes das Comunidades da Região de Juruti Velho, inseridas no imóvel conhecido como “Vila Amazonia”, parte do Estado do Pará (Estatuto Social da Associação das comunidades da Região de Juruti Velho, 2004, p. 1).

13 Diretor administrativo: Gerdeonor Pereira dos Santos.

A História oral das mulheres contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas; isso significa que a história oral de mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória (Salvatici, 2005, p. 36).

Para Silvia Salvatici (2005), através da História de Mulheres e a história Oral, abriu-se um novo conjunto de questões que estavam no oculto. Esses debates são necessários e importantes para se pensar as funções econômicas femininas do trabalho doméstico, assim como as conexões entre vida privada e pública. São experiências percebidas e reconhecidas como diferentes da experiência masculina, que é, por si mesma, específica.

Elas contribuem para a construção e reconstrução da história e da memória das comunidades tradicionais, e visibilizam as experiências dessas mulheres responsáveis por uma grande variedade de tarefas, incluindo o trabalho doméstico, o trabalho agrícola e a participação na vida pública. Os testemunhos dessas mulheres são importantes para a compreensão do impacto da mineração, bem como para visibilizar suas experiências, uma vez que elas são responsáveis por diversos trabalhos dentro da comunidade, como a preocupação com a água.

A teoria da reprodução social amplia essa análise ao enquadrar o uso costumeiro da água como uma atividade fundamental na esfera da reprodução social. A água é essencial nas atividades diárias, como cuidados de saúde, higiene e nutrição, que são indispensáveis para a manutenção da vida e da força de trabalho. A divisão sexual do trabalho coloca as mulheres no centro das atividades de reprodução. Se uma criança ou pessoa idosa adoecer pelo consumo de água maltratada ou contaminada, quem irá cuidar?

No ambiente privado, as atividades domésticas, a preocupação com a alimentação e com a água para a família, o cuidado com as crianças e idosos, a compra de remédios, são necessidades de manutenção que recaem principalmente sobre as mulheres, e como resultado se torna um trabalho de tempo integral (Bhattacharya, 2019, p. 106).

Do ponto de vista das narrativas orais, o trabalho feminino no campo é uma atividade complexa e multifacetada, que vai além do trabalho agrícola. As mulheres rurais são responsáveis por uma grande variedade de tarefas, incluindo o trabalho doméstico, a educação dos filhos, o cuidado dos idosos e doentes, participação na agricultura familiar desde a infância, a coleta de água e a coleta de frutos e raízes.

Essas atividades, que formam a própria base do capitalismo já que reproduzem o trabalhador, são feitas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade (Bhattacharya, 2019, p. 103).

Quem lucra com o trabalho na esfera de reprodução? O próprio capitalismo, uma vez que o trabalho não remunerado realizado pelas mãos das mulheres no âmbito do espaço privado se tornou a manutenção da força de trabalho. Isso inclui atividades relacionadas às necessidades básicas, como alimentação, saúde e cuidado psíquico, não reconhecidas como uma força produtiva pela sociedade, que é hegemonicamente patriarcal. Pensar o espaço privado como também um campo político, onde ocorrem disputas, violência, conflitos e exploração, é crucial. Essas dinâmicas foram construídas através de um processo não natural que estabeleceram relações de poder, tendo como base as funções biológicas e reprodutivas do sexo feminino.

As narrativas sobre a água afetada pela mineração vêm das mulheres, porque elas são as principais responsáveis pelo acesso à água potável para suas famílias e comunidades. Suas falas fornecem um relato direto dos impactos da mineração no Lago Juruti Velho. São elas que coletam a água preparam os alimentos e cuidam de crianças e idosos, os mais vulneráveis aos efeitos da água contaminada.

Quem cuida de uma criança doente? Quem está em casa para preparar o jantar e ajudar na lição de casa? Quem pode dedicar tempo a um pai ou mãe idosa doente? Como se espera que as mulheres equilibrem o fardo do trabalho não pago em casa com um trabalho remunerado de tempo integral? (Bhattacharya, 2019, p. 106).

Os relatos de Sandra Alves da Silva da comunidade Bom Jesus e Maria da Saúde Sadi Souza da Comunidade Monte Sinai, evidenciam como a ação do capitalismo pode impactar a qualidade da água e a saúde das trabalhadoras rurais. Sandra relata que, após a chegada de uma mineradora em sua comunidade, as pessoas começaram a apresentar problemas de saúde, como diarreia e vômito. Maria, por sua vez, conta que a água da comunidade está poluída e que as pessoas precisam comprar água encanada ou usar diesel para bombear água de um rio distante.

Muito suja, antes não era assim, a gente consumia antes daí. Depois que a empresa, né, que ficou mais assim. Foi que a gente correu atrás pra conseguir um poço porque essa água não dava pra gente beber mais [...]. a gente começou a sentir depois problema de diarreia, vômito, depois da chegada dela” (Sandra Alves da Silva, Bom Jesus, 2019).

A gente ajuda no diesel pra puxar a água encanada daí, porque essa água aí já tá um

pouco meio poluída, as crianças quando vão tomar banho pra lá quando vem de lá vem com coceira pelo corpo deles, até quando a gente vai lavar roupa barrenta ela está (Maria da Saúde Sadi Souza, Monte Sinai, 2020).

Segundo Sandra, a água da região ficou “muito suja” devido à atividade de uma empresa local. Isso obrigou a comunidade a buscar uma nova fonte de água, resultando na perfuração de um poço, já que o lago se tornou impróprio para o consumo. O esforço extra necessário para obter água potável representa um trabalho adicional, especialmente para as mulheres, que geralmente são responsáveis pela gestão do abastecimento de água nas famílias rurais. Além disso, ela menciona problemas de saúde que surgiram devido à má qualidade da água após a implantação da mineradora, como diarreia e vômitos, o que exige cuidados adicionais.

Maria da Saúde também relata problemas. Ela menciona que o lago ficou barrento, tornando-se impróprio para lavar roupas e tomar banho. Essa mesma água causa coceira na pele das crianças.

Se as mulheres das comunidades cuidarem das pessoas que adoecem ao consumir água imprópria, os principais responsáveis não serão punidos nem terão que arcar com os custos do cuidado médico. O trabalho de coletar água ou cuidar dos doentes é um fardo, como disse Bhattacharya (2019), pois exige o tempo integral dessas mulheres, que organizam suas rotinas em função dessas demandas que recaem sobre seus ombros.

Outra questão a ser evidenciada é que as mulheres inseridas nas comunidades não estão submissas às mudanças que afetaram a água. A reinvenção de práticas, como citadas por elas, desde a construção de poços artesianos, a solidariedade entre comunidades vizinhas e a compra coletiva de diesel para motobombas para puxar água do fundo do lago e transferi-la para

um reservatório na superfície, foram estratégias de reinvenção de suas práticas tradicionais. A tradição que se reinventa é reconstruída em meio às disputas e conflitos, construídos em meio às mudanças.

A entrevistada Idaliana Silva de Souza, da localidade de Santo Antônio da Ingracia, discute as mudanças na relação de sua comunidade com a água ao longo do tempo. Ela menciona que, antes, eles costumavam criar cacimbas¹⁴ nas margens do rio para seu consumo, especialmente quando não tinham acesso à água potável. No entanto, agora a água é proveniente de um poço artesiano, e eles utilizam essa fonte para suas necessidades diárias.

Pro consumo antes ela era, a gente fazia essas cacimbas na beira do rio pra gente consumir enquanto a gente não tinha água. Agora não, a água já é, como dizem, do poço artesiano e já usa daí agora. Porque acredito que se não fosse essa água a gente ainda tava se mantendo com ela, mas ela fica feia seja na cheia ou na vazante e ela dá problema na gente. As doenças aparecem, quando ela vai enchendo aparecem a doença e quando ela vai vazando é do mesmo jeito. É esse os impactos que a gente sente com ela (ALCOA), né” (Idaliana Silva de Souza, Santo Antônio da Ingracia, 2019).

A problemática que Idaliana destaca está relacionada aos impactos da mudança na fonte de água em sua comunidade. Ela menciona que, mesmo com a água do poço artesiano, ainda enfrentam problemas de saúde devido à qualidade da água, seja durante a época de cheias, seja durante a época de vazantes do Lago Juruti Velho.

Além disso, a narrativa de Idaliana também sugere uma mudança nas práticas de uso da água. Antes, a comunidade

14 Pequenas reservas de água.

usava das cacimbas, mas agora eles se adaptaram à utilização do poço artesiano. Isso representa uma reinvenção e reestruturação das práticas de gestão da água na comunidade, em resposta à mudança na fonte de abastecimento.

Enquanto os homens possuem um tempo unicentrado na pesca, as mulheres possuem um tempo fragmentado, marcado pela superposição de tarefas. Nesse sentido, pensar trabalho da mulher é pensar as formas como organiza o tempo, pelo estabelecimento cultural da relação do tempo de trabalho com os tempos de seu corpo, do ciclo de vida de seus filhos e com os tempos sociais do trabalho produtivo (Alencar, 1993, p. 76).

Edna F. Alencar (1993), ao pensar gênero e trabalhos em comunidades pesqueiras, destaca a profunda influência da disponibilidade e da organização do tempo no trabalho das mulheres. Ela observa que a divisão do tempo entre homens e mulheres está fortemente moldada pela disponibilidade de cada um para realizar atividades específicas.

Alencar enfatiza que o tempo de trabalho das mulheres é fragmentado e influenciado por uma série de fatores, incluindo os tempos relacionados à produção e às necessidades da própria mulher. Esse tempo é caracterizado por ser “natural” e cíclico, ou seja, está em sintonia com o ritmo biológico do corpo feminino, principalmente relacionado à reprodução. Como resultado, as mulheres têm uma disponibilidade limitada para realizar certas atividades, uma vez que estão sujeitas a períodos de gravidez, parto, amamentação e cuidados com os filhos.

Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro. A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades

da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específica (Perrot, 2017, p. 171).

A citação de Michelle Perrot destaca a restrição tradicional do papel da mulher na sociedade, onde sua principal esfera de atuação é a maternidade e o lar. Ela ressalta como a participação feminina no trabalho assalariado é muitas vezes temporária e estritamente controlada pelas necessidades da família, demonstrando como a maternidade e a casa são consideradas como suas obrigações centrais.

Os malefícios hoje é a poluição dos rios, [...] a coloração da água mudou, hoje você não pode mais tomar água do rio [...] É, recente eu fiz té um documento e mandei pra lá e eles (ALCOA) falaram que não, que não tem poluição, não tem modificação de...de químicos né, mas a gente tem nossas dúvidas porque várias comunidades aí que tomam água já sentiram bastante (Lidiane Gomes de Souza, Vila Muirapinima, 2019).

A citação de Lidiane Gomes de Souza, da Vila Muirapinima, evidencia uma preocupação importante e atual relacionada à poluição dos rios em sua comunidade. Ela menciona que os malefícios da poluição se tornaram evidentes, afetando a qualidade da água. A mudança na coloração da água é um sinal visual da degradação, indicando que a água do rio não é mais segura para consumo direto.

Lidiane destaca a sua ação ao submeter um documento como uma denúncia à ALCOA, mas recebeu uma resposta da empresa negando a presença de poluentes ou alterações químicas na água. É importante questionar a resposta recebida pela narradora, pois é possível que a negação da empresa esteja relacionada a interesses comerciais, visando proteger sua

imagem e evitar possíveis consequências legais ou financeiras decorrentes do reconhecimento do impacto de suas atividades.

Maiara: Problemas de saúde?

Lidiane: De saúde, entendeu?! E nós tamos até como uma solicitação lá pra ver se eles conseguem fazer outro [...] mas trazendo eles mesmo é, participando de uma ação pública, como é que eu posso dizer?! Uma... então agora eu esqueci o nome, fugiu da mente... É uma reunião onde envolve todos os órgãos, entendeu, e só que até agora eles [ALCOA] não deram resposta, inclusive a gente tá apelando pra câmara pra vê se faz isso (Lidiane Gomes de Souza, Vila Muirapinima, 2019).

A preocupação de Lidiane pelos impactos da poluição da água na saúde e na qualidade de vida das comunidades locais demonstra como ela se organiza e enfrenta desafios ao buscar justiça ambiental. Ela e outras pessoas da comunidade tentaram resolver esse problema através de uma ação pública, que consiste em uma reunião na qual todos os órgãos importantes se unem para discutir e resolver tais questões, como o Ministério Público Federal (MPF) e do Estado do Pará (MPPA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e, principalmente, a Associação Comunitária dos Moradores do Entorno do Lago Juruti Velho (ACORJUVE). Eles solicitaram a participação da empresa nessa reunião, mas até o momento da entrevista em 2019, a Alcoa não havia respondido à solicitação¹⁵.

15 O MPPA e o MPF emitiram uma recomendação conjunta à Alcoa, ao Incra e à Acorjuve para garantir que as indenizações devidas às comunidades tradicionais do PAE Juruti Velho sejam repassadas diretamente a elas, devido aos impactos causados pela exploração de bauxita na região. Em dezembro de 2021, a associação e a mineradora estabeleceram um protocolo de intenções para melhorar suas relações e resolver questões relacionadas às atividades da empresa na região. Em uma reunião realizada em abril de

A reprodução das trabalhadoras e suas famílias foram afetadas. Thompson (1998, p. 116) vem dizer que a expressão mais pura da racionalidade capitalista é que tanto o trabalho como as necessidades humanas são invisibilizadas, e a “justiça natural do lucro” se tornou a única razão perante a lei. Quando ele se refere à “justiça natural do lucro”, ele está destacando como o sistema capitalista busca pelo lucro como a única razão à custa de considerações éticas, ambientais, sociais e humanas. Sendo a manutenção da vida produzida e reproduzida pelo trabalho feminino, as necessidades humanas que o Thompson se refere é a própria reprodução social.

[...] ao invés de ser vista apenas como um fato “extraordinário”, que acontece em tempos imprecisos merece ser vista também enquanto uma estratégia de vida do grupo familiar para garantir a sobrevivência (Alencar, 1993, p. 78).

Ao se discutir as necessidades humanas e as estratégias de vida, Alencar vem nos dizer que é para a “sobrevivência”. Antes de tudo, é necessário questionar a concepção que, muitas vezes, é baseada na ideia de que esses grupos se organizam por meio de uma “economia de subsistência”.

O que é de fato “subsistir”? É viver na fragilidade permanente do equilíbrio entre necessidades alimentares e meios de satisfazê-las. Uma

2022, o Ministério Público sugeriu que a comunidade gerisse os recursos, e não a mineradora. Após essa reunião, a associação promoveu encontros em todas as comunidades envolvidas para decidir se continuariam com a ideia de criar uma fundação para gerenciar os recursos, e foi decidido que não seguiriam com essa proposta. A comunidade decidiu transferir todos os valores para uma conta específica da associação, para que a gestão coletiva seja decidida em uma assembleia geral, de acordo com os interesses da comunidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/05/12/alcoa-vai-pagar-indenizacoes-por-perdas-e-danos-diretamente-a-agroextrativistas-de-juruti.ghtml>

sociedade com economia de subsistência é então a alimenta seus membros apenas com o estritamente necessário, encontrando-se assim a mercê do menor acidente natural (seca, inundação etc.) (Castles, 1987, p. 12).

A ideia de economia de subsistência de povos tradicionais é uma construção do Ocidente, que enxerga essas comunidades a partir de uma perspectiva de alteridade. A visão de que esses povos apenas colhem, plantam e pescam para sobreviver é falsa, pois ela ignora a complexa relação entre homem, mulher e natureza que caracteriza esses grupos.

Portanto, dizer que é para “garantir a sobrevivência” reforça a visão do hegemônico e colonialista sobre seus modos de vida. O termo “subsistência” implica uma inferioridade técnica. Essa visão equivocada pode levar a conclusões erradas, como a de que essas comunidades são frágeis às mudanças, produzem o mínimo necessário e são incapazes de se adaptar às condições ambientais ou econômicas da Amazônia, como as cheias, vazantes e secas, ou como a própria inserção da racionalidade capitalista da mineração.

A Idaliana, Lidiane, Maria da Saúde e Sandra trazem suas narrativas uma memória social compartilhada, que se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais de cada uma (Portelli, 2002). Percebemos através das perspectivas das trabalhadoras rurais suas estratégias e resistências diante dos impactos sentidos no uso da água do Lago Juruti Velho. Sempre se posicionam no coletivo, “nós”, “a gente”, “a comunidade”, “sentimos”, como sujeitos políticos que não estão em posição de vulnerabilidade, pois se organizam, se reestruturam e lutam pela permanência de seus costumes e tradições locais.

Considerações finais

As narrativas das trabalhadoras rurais das comunidades do entorno do Lago Juruti Velho evidenciam as complexas interseções entre gênero, meio ambiente e justiça social. Essas histórias são narrativas de resistências no cotidiano, ação coletiva e adaptação em face dos desafios representados pela atividade de mineração e a poluição da água. Essas mulheres desempenham um papel fundamental na manutenção da vida e da cultura dessas comunidades, sendo um trabalho de cuidado, refletindo tanto na realidade social de sua invisibilidade quanto no seu reconhecimento.

Seus testemunhos são importantes para a construção da história e da memória das comunidades tradicionais, pois revelam como a mineração tem afetado a vida dessas mulheres que são responsáveis por uma grande variedade de tarefas, incluindo o trabalho doméstico, o trabalho agrícola e a participação na vida pública.

Os impactos da mineração na água, que é um recurso essencial para a vida e a reprodução social, são particularmente significativos para as mulheres, que são as principais responsáveis por coletar água para suas famílias e comunidades. A contaminação pela atividade de mineração pode causar problemas de saúde, como diarreia e vômito, que representa um trabalho adicional. Elas são participantes da vida pública e política, pois resistem às mudanças causadas pela mineração, lutando para proteger sua saúde, seu meio ambiente e seu modo de vida.

Uma das questões centrais levantadas por essas narrativas é a luta por justiça ambiental. A poluição dos rios e a degradação da qualidade da água têm impactos diretos na saúde e na qualidade de vida das comunidades locais. O fato de que as mulheres se organizam e denunciam esses problemas

demonstra seu compromisso com a proteção dos recursos naturais que sustentam suas vidas e tradições.

Em última análise, este estudo destaca a importância de abordagens que trazem as representações e o protagonismo das mulheres nas políticas ambientais e sociais. Elas são responsáveis pela reprodução social dentro do lar e na comunidade, e suas vozes e experiências produzem e reproduzem uma memória social pela luta de direitos tradicionais e enfrentamento de projetos desenvolvimentistas na Amazônia.

Fazer parte da construção da história oral e memória de mulheres na Amazônia está diretamente associado à colaboração para uma narrativa mais plural. Por meio das afinidades, a autora se aproxima das personagens da pesquisa por ser mulher, neta de agricultoras e por ter nascido e sido criada em Juruti, local social de pertencimento. Isso se chama intersubjetividade. Participar dessa comunicação dialógica significa também perceber suas especificidades e me colocar no papel de aprendiz como pesquisadora, por meio das diferenças que tenho em relação a elas. Eu sendo estudante e elas trabalhadoras rurais ou mães em tempo integral, estava lá para aprender sobre suas vivências, modos de trabalho e, principalmente, sobre suas lutas enquanto moradoras e pertencentes de comunidades tradicionais.

- ALENCAR, E. F. Gênero e Trabalho nas sociedades pesqueiras. *In*: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (orgs.). *Povos das águas: Realidades e perspectivas na Amazônia*, 1993, p. 63-81.
- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, 1º semestre de 2019.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado: pesquisa de antropologia política*; tradução de Theo Santiago, Rio de Janeiro, F. Alves, 1978.
- LOPES, L. O. C. *Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista juruti velho, município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros: seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani*; tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. *In*: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (coords.). *Usos e abusos da História Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 103-137.
- SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, jan-jun, 2015, p. 29-42.
- SILVA, L. J. S. *Capitalista Versus Natureza Orgânica: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no baixo-amazonas paraense*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- TEDESCHI, L. A. Os lugares da História Oral e da memória nos estudos de gênero. *OPSI, Catalão*, v. 15, n. 2, p. 330-343, 2015.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.



Protagonismo feminino no interior do lago de Tefé: organização social e política nas comunidades rurais (1970 a 1990)

Johmara Assis dos Santos

Uma das coisas interessantes é que grande parte dos presidentes de comunidade são mulheres, são muitas presidentas, porque são as mulheres que acreditam na comunidade, que levam a comunidade pra frente, que se dispõem a gastar tempo, dinheiro, energia pela comunidade (Sérgio Eduardo Castriani, Seminário de Tefé, 2008).

A citação inicial deste artigo é de Dom. Sérgio Eduardo Castriani¹⁶, bispo da prelazia de Tefé – AM. Sua narrativa evidencia o protagonismo das mulheres interioranas na Organização Social Política das Comunidades do Lago de Tefé-AM, do qual fazemos algumas observações a partir de agora. Nesse território, “Localidade” e “Comunidade” são termos usados por homens e mulheres do interior com significados e momentos históricos distintos. “Localidade” remete a uma toponímia antiga, usado pelos moradores e moradoras para referir-se ao espaço físico e social, as casas dispersas nas estradas dos antigos castanhais ao longo do lago, que foram ocupados pelos seringueiros e ribeirinhos após a crise da

16 Entrevista concedida à autora, em 10 de janeiro de 2008, no Seminário de Tefé. Dom Sérgio atuou na Prelazia de Tefé de 1998 a 2007.

borracha. O uso desse termo foi usado aproximadamente até a década de 1960¹⁷ para referir-se à unidade territorial sempre caracterizada pelo isolamento, distanciamento social do centro urbano de Tefé e ausência de políticas públicas. Já a palavra “comunidade” remetia a uma toponímia mais recente trazida pela Igreja Católica a partir dos anos 70 do século XX. No Lago, esse termo não era usado e foi disseminado pelo Movimento de Educação de Base (MEB) (Santos, 2016).

O MEB foi gestado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e financiado pelo Governo Federal para desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, destinado às populações pobres das regiões Nordeste, Centro Oeste e Norte (Fávero, 2016).

Em Tefé a proposta desse movimento foi organizar comunidades com valores cristãos, com uma base ideológica de união e coletividade, também intencionava alfabetizar, educar para “libertar” as populações ribeirinhas do “jugo” dos patrões, da dependência dos regatões e instituir associações comunitárias.

Desse modo, a Igreja Católica no Lago de Tefé participou ativamente como mediadora na constituição das cinco comunidades rurais estudadas (Santa Luzia do Curupira, Santo Antônio do Ipapucu, São Benedito do Igarapé-Açu, São Sebastião do Turé) no doutorado, incentivando o nucleamento das famílias e a organização social e política delas, o que ficou conhecido como: Organização de Comunidades. Este novo formato de organização só foi possível em razão das mudanças econômicas, sociais e políticas que os sujeitos do Lago vivenciaram, a saber: a perda do valor comercial da castanha, que contribuiu para quebrar os padrões clientelísticos das relações de poder dos patrões de castanhais. Sobre isto, afirma Alfredo Wagner de Almeida (1993), que o sistema de aviação e os padrões clientelísticos das relações de poder

17 Período de 1910-1912.

já havia perdido sua capacidade de efetivo controle social e subordinação. Com o declínio dos castanhais, a Igreja Católica passou a atuar fortemente na região, sendo alçada a principal mediadora externa dos interesses dos trabalhadores/as rurais. É no período de 1970 e 80, também, que essa instituição religiosa se inclina para uma ala mais progressista, em virtude da Teologia da Libertação e da opção preferencialmente pelos pobres assumida no Concílio Vaticano, intensificando o chamado trabalho de base. É nesse contexto de mudanças que se destacou a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB/Tefé) no interior, a partir do ano de 1963, inicialmente com a realização do trabalho de alfabetização radiofônica para Jovens e Adultos e depois com a Organização Social e Política, na qual as mulheres no chão de suas comunidades tiveram papel ativo atuando como monitoras, presidentas e catequistas.

Mulheres do interior na Organização social e política das comunidades rurais do Lago de Tefé-AM

Com base na realização dos trabalhos educacionais do MEB, os trabalhadores e trabalhadoras estreitaram relações com a Igreja, organizando-se em comunidades, cujo objetivo era evidenciar suas demandas por bens sociais imediatos. A constituição social desses sujeitos em comunidades ficou caracterizada por uma série de mudanças vivenciadas e protagonizadas pelas mulheres, das quais conheceremos algumas a partir desse momento. Observe a Figura 1:

Figura 1 – Mulheres - moradoras das comunidades do Lago de Tefé (AM)



Fonte: Arquivo da autora

Da esquerda para direita da imagem, temos as senhoras: Felícia Monteiro da Silva, Licia de Castro Rodrigues e Maria José Rodrigues, que representam os três grupos étnicos que vivem na região. Tem-se a mulher negra, a mulher descendente de migrantes nordestinos, a mulher indígena. Elas foram acolhidas na metodologia da História Oral e contaram alguns de seus feitos, sonhos e lutas. D. Maria José Rodrigues, por exemplo, externalizava alegria e orgulho durante nossos diálogos, pois se sentia importante ao falar do Processo de Organização Social e Política de sua comunidade e das comunidades do Lago, do qual participou. Ela sabia da importância do seu relato enquanto mulher e da necessidade de deixá-lo registrado, pois ao longo da História, a invisibilidade das mulheres na história tem sido um fenômeno persistente. A narrativa tradicional reservou pouco espaço para as mulheres, na medida em que privilegiou a cena pública, o mundo da política e da guerra. Por muito tempo, os feitos, contribuições e perspectivas foram negligenciados, relegando-as a papéis secundários ou simplesmente apagando suas existências dos registros históricos. Esta invisibilidade

não apenas distorce nossa compreensão do passado, mas também perpetua desigualdades de gênero, privando-nos do pleno entendimento da diversidade de experiências e realizações humanas. Reconhecer e valorizar as histórias das mulheres é fundamental para uma narrativa histórica mais completa e justa.

Maria José foi moradora de Bom Jesus do Bacuri há mais de 70 anos. Era casada, mãe de 7 filhos, e se percebia no mundo do trabalho como agricultora. Ainda jovem, destacou-se como liderança na região, a partir do momento que aceitou ser monitora pelo MEB. Posteriormente, assumiu diversos cargos em sua comunidade catequista, como presidenta em diversas gestões, parteira e agente de saúde. Com ancestralidade indígena, Maria José conhecia profundamente o poder medicinal das plantas. Esses conhecimentos usavam para tratar dos vizinhos adoecidos. Quando as doenças eram graves e não tratadas na comunidade, ela conduzia as pessoas doentes para o centro urbano de Tefé, onde tinham o único hospital do município. E, acompanhava todo o tratamento voluntariamente. Também era mais um de seus feitos cotidianos acompanhar os moradores mais velhos com dificuldades de mobilidade ou analfabetos para receber seus benefícios na cidade. Também era parteira, cuja arte de partejar aprendeu com sua mãe. Ela realizou muitos partos na região, tornando-se reconhecida também por esse trabalho. Foi servindo às pessoas do interior que Maria se tornou uma liderança ativa durante mais de 40 anos nas comunidades. Todavia, também queremos ressaltar seu protagonismo na Organização Social e Política das Comunidades do interior do Lago, pois tornou-se defensora e disseminadora das ações do MEB. Dentre elas, a criação da comunidade Bom Jesus do Bacuri onde morava. A respeito da criação, ela afirmou:

Eu estava na frente de tudo, fui presidente, secretária, presidente do clube de mães, também

trabalhando com a associação de mulheres de idade. Eu ficava na frente, mas depois eu já fui colocando pessoas que iam tomando a frente”
 A nossa associação fundou essas comunidades, nós fazíamos a reunião, chegava no dia de sábado, reunia, colocava quem era os candidatos, porque tinha que ter eleições primeiro, segundo quem ia participar daquela chapa, aí fazia eleição, explicava tudo como deveria continuar, ensinava como fazer reunião, planejar os trabalhos, dava exemplo do que tinha dado errado” (Maria José, Comunidade Bacuri, 2015).

De cinco comunidades estudadas, Maria José incentivou a constituição de todas. A primeira a ser formada foi Bom Jesus do Bacuri, cujo modelo de organização foi seguido pelas demais, à medida que foram sendo formadas com o seu incentivo. A criação da comunidade Santa Luzia do Curupira, por exemplo, ocorreu em 1988, anos depois de Bom Jesus do Bacuri, quando as lideranças de Bom Jesus os convidaram para criarem sua comunidade. Dentre as lideranças, encontrava-se Maria José, mais conhecida nas localidades como Zene.

Deoclécio: Começou dali do Bacuri, o Bacuri, que veio formar essa comunidade aqui, o Orlando, a Zene, e outros também vieram dar essa força, e a gente começou, diziam que era bom. Era bom mesmo a comunidade, trabalhei muito junto. Minha velha, fazia roça junto, assim da comunidade mesmo. O primeiro foi eu. Ajudava aqui, ajudava outro ali, eles vinham ajudar a gente. Johmara: Quantas pessoas tinham?

Maria Naide-(esposa): aí tinha as famílias, o compadre Kino, o compadre Nertinho, aí a turma do Vescelau, o Sabá, o cumpadre Tevaldo, daí entrou a turma do Ipapucu aí. Tinha umas 20 famílias. (Deoclecio Rocha, comunidade Curupira).

O casal Deoclécio e Maria Naide afirmaram que, no momento que foram convidados, não sabiam o que era uma comunidade. Porém, as vinte famílias que viviam próximas em seus sítios ficaram motivadas com os trabalhos que os comunitários de Bacuri vinham realizando, então decidiram criar sua comunidade.

O resultado desse novo modelo de organização sociopolítica, a partir da aliança com a igreja, foram diversas melhorias, como a conquista de bens duráveis e artigos de uso coletivo. Itens estes que eram densamente almejados pela população do interior. Destaca-se a adesão de um novo modelo arquitetônico nas comunidades, com a construção de casas novas com latrinas no fundo dos quintais; aquisições coletivas feitas pelas associações de moradores, como a compra de canoas para escoamento da farinha para condução de pessoas doentes para o hospital da cidade; motor gerador de energia (motor luz), pois não havia eletricidade nas comunidades do Lago na década de 70; combustível e construção de escolas. A criação de associações juridicamente constituídas nessas comunidades foi outra melhoria, era uma exigência formal da igreja e, posteriormente, do Estado para a distribuição de incentivos fiscais. Era no interior das associações locais que mulheres e homens se reuniam para debater seus problemas e os meios para solucioná-los.

Com a organização das comunidades, as necessidades práticas são alcançadas paulatinamente, mediante a capacidade de mobilização do grupo. A ausência de escola foi apontada nas entrevistas como principal fator dos deslocamentos regionais em direção à zona urbana de Tefé. Hoje, por exemplo, a comunidade Bom Jesus dispõe de uma escola polo que atende alunos da própria comunidade e de 10 comunidades adjacentes do Lago. A Escola Rural Bom Jesus é considerada uma grande conquista, fruto do esforço, da mobilização e reivindicação das mulheres e homens do Lago junto à Prefeitura. Ela foi criada

por meio do Decreto nº 015 de 06 de agosto de 1981, mas desde o dia 10/03/1981, atividades educativas já eram desenvolvidas na comunidade escolar. Em 06 de agosto de 2023, a escola festejou o seu 42º aniversário. No momento da nossa pesquisa, a escola atendia 226 alunos da comunidade Bacuri, sede da unidade de ensino e uma grande parcela de estudantes oriundos das comunidades Santa Luzia do Curupira, Santo Antônio do Ipapucu, São Benedito, São José do Madureira, Icanamã, Nova Jerusalém, Nova Esperança, São Sebastião do Turé, e moradias isoladas. Historicamente, em 2008, em parceria com a Rede Estadual de Ensino (SEDUC), a escola passou a receber alunos do Ensino Médio por meio de Mediação Tecnológica, da Escola Estadual Frei André da Costa. Estas conquistas provocaram transformações importantes na rotina do trabalho doméstico das famílias, sobretudo, porque os filhos não precisavam mais migrar para a cidade para concluir o Ensino Fundamental.

No interior das associações, também houve o fortalecimento dos trabalhos dos ajuris (trabalho coletivo realizado mesmo antes da intervenção da igreja). Desse modo, a constituição de associações foi entendida como positiva, pois os comunitários e comunitárias as relacionaram à aquisição de benefícios sociais e de políticas públicas que o Município e o Estado passaram a executar nas comunidades. Todavia, a maior mudança identificada no que tange à configuração territorial do Lago de Tefé, entretanto, não é física, mas identitária, pois a organização social das comunidades resultou na organização política e no acionamento de uma identidade coletiva, que foi sendo formulada no discurso e na prática como uma estratégia para legitimar novas e antigas reivindicações sociais.

Afirma Maria José, que homens e mulheres do Lago passaram a se enxergar como sujeitos políticos capazes de pressionar por políticas públicas e reivindicar a permanência e posse da terra. Passaram a acionar o termo comunidade, comunitária e agricultora como uma identidade coletiva ao

dialogar com o poder público municipal e estadual e lutar por políticas públicas antes negadas: educação, saúde, transporte, e políticas do governo: aposentadoria, auxílio maternidade e bolsa família, importantes demandas dos moradores das zonas rurais.

Segundo Maria, a população do interior, organizados em suas associações comunitárias, deixaram de ser ignorados pelos governos municipais e pelo Estado, tornaram-se protagonistas de suas vozes para reivindicar e promover ações voltadas para o manejo de recursos naturais. As associações comunitárias como existência coletiva desses sujeitos os empoderou, pois antes se sentiam envergonhados e inferiores intelectualmente em situações que necessitavam dialogar e reivindicar direitos sociais junto à prefeitura. Nestes momentos, recorriam sempre a interlocutores. Também passaram a reconhecer-se como responsáveis pela fiscalização e gestão de suas terras e águas de trabalho. Nestes espaços, homens e mulheres “pobres” tornaram-se protagonistas, assumiram funções de lideranças e resistiram às investidas do Estado de torná-los bons trabalhadores para o desenvolvimento do capital.

No cotidiano das comunidades, também protagonizaram lutas, além da reivindicação de políticas públicas (educação e saúde), e lutaram pela preservação e gestão dos lagos e pela terra. Além do apoio da constituição sociopolítica das comunidades, Maria teve um papel importante na luta pela terra que sua comunidade enfrentou na demarcação e titulação da terra. Em um dos episódios dessa luta, Maria foi ameaçada de morte, quase espancada ao se posicionar a favor dos moradores que vinham sofrendo ameaças de expulsão da terra. Todavia, ela e os demais moradores conseguiram a titulação e posse coletiva da comunidade Bom Jesus do Bacuri.

Outra mulher interiorana que destacamos nesse momento é D. Lícia de Castro, representada na Figura 2:

Figura 2 – Entrevista de Licia de Castro



Fonte: Arquivo da autora, 2015

Lícia é mulher, branca, mãe de 8 filhos, católica, viúva e aposentada, filha de maranhense. Nasceu na localidade Bom Jesus do Bacuri. Mas ao casar-se migrou para a localidade Igarapé Açu, onde morou até seus 45 anos. Lícia, antes de 1970, é a representação clássica da mulher mãe, trabalhadora, dócil e submissa ao marido. Exercia um papel fundamental no seu lar, pois as decisões sobre o cuidado e a educação dos filhos eram de sua responsabilidade. Seu esposo era considerado o chefe da família, responsável pela gestão orçamentária do casal. Lícia trabalhava junto com o marido na agricultura e na produção de farinha. Segundo Marília de Jesus Souza (2017, p. 47):

As mulheres são parte integrante e importante na organização social do trabalho agrícola, sobretudo, relacionadas às atividades do roçado e, no contexto local do cultivo da mandioca para a produção da farinha amarela. Esta atividade era/é regida por uma lógica de produção onde “o fazer junto” e “estar juntos”, estabelece uma interação doméstica permanente entre homens e mulheres e filhos/as no bojo das unidades domésticas. Ou seja, a farinha era produzida pela família, mas quem comercializava e decidia

sobre a gestão orçamentária era o homem, em alguns casos o casal.

No caso de Lícia, a gestão dos recursos era do marido. A renda ganha na venda da farinha garantia somente o acesso aos bens básicos da reprodução familiar, principalmente, alimentação. E recorrer aos recursos resultava em brigas entre o casal, pois ao solicitar dinheiro ao companheiro, ouvia insultos seguidos da pergunta “pra que tu queres esse dinheiro?”. A postura do marido causava incômodo, constrangimento e era entendida como uma espécie de humilhação, pois precisava “pedir”, apesar da sua participação direta na produção agrícola. Todavia, Lícia de Castro nunca aceitou essa submissão financeira. Para sair da forte dependência, aceitou ser monitora do MEB:

Eu comecei dar aula depois de um dia que meu marido reclamou que eu gastei o dinheiro dele, que eu não tinha dinheiro, eu fiquei sentida com que ele me disse, aí eu disse: eu vou continuar meus estudos. Quando nem menos espero meu irmão que era padrinho do meu filho mais velho me chamou, porque ele recebeu o convite, mas não aceitou, disse que não tinha jeito para essas coisas. Daí eu fui, matriculei o povo todinho lá do Igarapé Açu. Eu dava aula em casa, na época toda feinha, de manhã para as criancinhas e à noite para os adultos. Eu sabia muito pouco, pois aprendi a ler com meu avô, no início eu e os alunos a gente aprendia junto, depois fui pedindo ajuda pra Jajá. Os alunos tinham vontade de aprender, vinham todas as noites, enfrentavam viagens de canoa, pois alguns moravam longe da comunidade (Lícia de Castro, comunidade Igarapé-Açu).

Lícia relatou que Protásio Lopes (supervisor do MEB) chegou à localidade convidando Clodoaldo¹⁸ para assumir a

18 Irmão de Licia Rodrigues.

função de monitor. O convite foi recusado, devido ao trabalho na caça¹⁹ que desenvolvia. Porém, na ocasião, indicou Lícia para a função. A indicação do seu nome ocorreu porque atendia aos critérios de seleção do movimento, a saber: ser moradora da localidade, sabia ler e escrever, (pouco, mas o suficiente para ser selecionada, já que, naquele momento, a maioria das pessoas eram analfabetas), tinha um relacionamento bom com os vizinhos, afinal o monitor seria o elo da comunidade com o movimento.

Sair da dependência financeira foi sua principal motivação. Esse trabalho apresentou-se como possibilidade de galgar melhorias econômicas já que o movimento pagava uma gratificação às pessoas que aceitavam o cargo. Logo, a renda ganha da atividade foi percebida como uma oportunidade de acessar outros itens/bens que almejava e de administrar, dentro do orçamento familiar, recursos que atendessem seus anseios enquanto mulher, resolvendo em parte o descontentamento em relação ao gerenciamento do orçamento doméstico.

A trajetória de Lícia revela força, determinação e diz que as mulheres não são mais aquelas que esperam e seguem obedientes os passos dos maridos. Permite questionarmos o estereótipo socialmente construído de mulher frágil e dependente. A partir do momento que aceitou ser monitora, sua postura enquanto mulher, esposa e mãe, mudou, pois ela se colocou como sujeito totalmente ativo. Além de monitora, Lícia liderou a organização de São Benedito do Igarapé-Açu. Tomou para si a responsabilidade de criar a comunidade e liderar as ações do MEB.

A organização social de Igarapé-Açu enquanto comunidade ocorreu no dia 04 de março de 1982, foi fundada

19 A caça, é uma das formas de extrativismo animal, é uma fonte de proteína animal complementar à proteína da ictiofauna, a caça é praticada essencialmente para a subsistência, comercializando parte insignificante) Ver: WITKOSKI, 2010, p. 33.

seguindo o exemplo de Bom Jesus do Bacuri. E, teve como fundadora Lícia Rodrigues de Castro. Inclusive foi ela que redigiu o primeiro estatuto de São Benedito do Igarapé-Açu. Deusdeth de Castro relatou como ocorreu a organização:

A mamãe tinha 53 anos quando ela começou a trabalhar lá no Igarapé açu, reuniu o tio Secundino, o pessoal vê se aceitavam, aceitaram de bom gosto. O pessoal da comunidade deu o maior apoio, e foram formando ali. Era mato, botaram para cerrar, ela foi com um padre lá, o irmão Falco. Pediu logo gado, carneiro e foi logo aumentando a comunidade.

Lícia Castro e os moradores da localidade Igarapé-Açu aderiram ao convite de Maria José de Bacuri e Antônio Carlos²⁰ para formar a comunidade. Lícia quando foi eleita a primeira presidenta já atuava como monitora. Apesar do apoio inicial dos presentes na reunião para criação da comunidade e do voto unânime para D. Lícia, ao assumir o cargo de presidenta enfrentou dificuldades na mediação das ações e mobilização dos moradores.

As dificuldades do pessoal ser rude, eu falava uma coisa, e eles (homens) achavam que não era bom. Os homens não queriam, colocaram dificuldade. O primeiro era meu marido, tudo que eu queria fazer, derrubava". Ele dizia que não queria ir, que não sabia ler. Eu respondia: Você aprende. Ele respondia: Não aprendi e nem quero, estou vivendo igual aos outros. Era aquela ignorância. Mas quando tinha uma festa com bebida, ele queria estar lá, por causa de ciúmes. O João não quis, aí ficou a mulherada comigo (Lícia de Castro, comunidade São Benedito do Igarapé Açú, 2016).

20 Morador da comunidade Agrovila que já havia realizado sua organização social e política.

Ela afirmou que nos primeiros anos de organização a maior dificuldade enfrentada foi a resistência masculina, marcada pelas ausências das atividades que organizava. Na sua percepção, em parte o motivo das ausências estava no fato dela ser mulher liderando a comunidade. No ano de 1982, os vizinhos a viam como uma mulher casada, mãe de oito crianças, que vivia restrita ao espaço doméstico, dedicando-se ao cuidado dos filhos e ao trabalho na roça como “ajudante do marido”, e não como uma pessoa capaz de liderá-los e direcionar as atividades voltadas à organização da comunidade. Silva (2010) afirma que a subordinação da mulher na sociedade capitalista fundamenta-se no papel que elas desempenham enquanto sexo. Elas são definidas pela função de reprodutora natural ligada à reprodução biológica. Daí a importância que assume o trabalho doméstico.

Desse modo, integrar à diretoria de São Benedito do Igarapé-Açu, era encarado como uma função que demandaria dela um conjunto de atributos: ter mais conhecimento, dedicar tempo para a função, ter responsabilidade e capacidade de atuar e liderar em espaços públicos. Assim, Lícia sentia que sua voz não era ouvida. Tal comportamento não é novidade, pois segundo Federici (2017, p. 27), as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores. Não bastasse a resistência dos comunitários, Lícia no âmbito doméstico não tinha o apoio do marido, a quem se refere como a primeira pessoa a colocar obstáculos aos trabalhos que buscava desenvolver. Os momentos que precisava se ausentar da sua casa para participar de capacitações na cidade de Tefé, reunir o grupo ou liderar os trabalhos coletivos geram conflitos com companheiro que não via suas ausências de maneira positiva. A falta de apoio afastava os demais moradores. Estes, inicialmente, não participavam das ações coletivas.

Ao assumir o cargo de presidenta da comunidade, a sua postura enquanto mulher, esposa e mãe sofrem mudanças

significativas, nos permitindo questionar o estereótipo socialmente construído de mulher frágil e dependente. Apesar das resistências e dos desafios enfrentados no âmbito doméstico, assumiu as responsabilidades de organização da comunidade Igarapé-Açu, vencendo a insegurança e a intimidação. Superou limitações de diferentes ordens, desde as restrições relativas à escolaridade, como a capacidade performativa para gerir uma atividade. Passou a ter voz ativa recebendo, posteriormente, o reconhecimento dos moradores, afirmou ela:

Era um sacrifício, até que um dia fiz uma reunião e falei: Olha gente, vem as mulheradas para fazer comida e os homens vão fazer uma roça, vamos fazer uma casa comunitária para trabalhar todo mundo. Os meninos e as meninas eu vou matricular. Os meninos vão andar com o projeto para vacinar boi (Licia de Castro, São Benedito do Igarapé Açu, 2016).

Ao perceber as resistências dos homens de sua comunidade, criou estratégias para envolvê-los. Dentre elas, convidou seu irmão Clodoaldo para lhe dar suporte na gestão da comunidade. Ao que nos parece, ele era exceção, acreditava na capacidade de liderança de Lícia e passou a auxiliá-la. Clodoaldo tinha bom relacionamento com os vizinhos (homens). Então, ficou responsável por convidá-los para a realização de festejos, limpeza e roçado da comunidade, construção de cercas e limpeza de campos para criação de gados e participação nas reuniões.

Interessante observar, na narrativa dela, a ênfase feita na entrevista, sublinhando a seguinte frase: “*ele convidava, mas era eu que planejava*”, denotando que o planejamento das ações era de sua autoria e responsabilidade. De acordo com seu depoimento, a estratégia logrou êxito, juntos conseguiram quebrar a resistência dos moradores, pois no decorrer das

atividades foi ocorrendo a adesão gradativa e um processo de apropriação pelos associados, que se dispuseram a se envolver e construir um “projeto de trabalho coletivo”. Em São Benedito do Igarapé-Açu, os trabalhos coletivos e o fortalecimento da prática dos ajuris foram realizados intensamente. Todavia, destacou-se a prática da pecuária extensiva. Lícia formulou o projeto de criação de gado, carneiros e galinhas na comunidade, com o objetivo de melhorar a renda das famílias, uma vez que o preço pago à farinha era desvalorizado.

Eu não via vantagem na roça lá. O tio Constantino trabalhava e passava quase um mês vendendo, não tinha saída. A comunidade tinha que criar, aí quando chegasse o dia, dava o casal para um, um casal para outro. Todos iam ser beneficiados.

A ideia de Lícia era fazê-los procriarem e dividi-los entre as famílias. Deste modo, os comunitários de Igarapé-Açu reservaram uma área na comunidade para transformar em campo, construíram cercas para colocar gados e carneiros. Os primeiros gados que chegaram no Igarapé-Açu foram doados pelo irmão Falco, a pedido de Lícia. Ao questioná-la sobre o êxito da pecuária, relatou que, com o passar dos anos, foi desmobilizada pela falta de apoio e motivação dos comunitários, pelos conflitos internos, mudança de muitos para o centro urbano do município.

Além da pecuária, o Igarapé Açu vivenciou um forte protagonismo feminino. Em razão da resistência dos homens, Lícia desenvolveu um trabalho junto às mulheres da comunidade que, em suas palavras, “*eram mais animadas*”. Juntas e recebendo assessoria do MEB, organizaram um coletivo de mulheres, denominado: Clube de Mães. Os clubes de mães foi um modelo de organização incentivado na década de 70 pelo MEB, e contava com apoio de outras instituições locais: prefeitura e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

(EMATER). Tal modelo consistia em reunir as mulheres mães em pequenos grupos, cuja proposta era realizar atividades coletivas que as beneficiassem. As atividades fomentadas eram aquelas já desenvolvidas pelas mulheres de forma individual ou familiar: plantio de roçados comunitários, atividades de corte e costura, produção de artesanatos para venda, crochê e hortas comunitárias. Todas estas atividades eram consideradas “trabalho de mulher”. Apesar da ideia de produzir para consumo das mulheres e suas famílias, existia também a proposta de comercializar na sede dos municípios parte da produção, visando arrecadar recursos financeiros para o próprio Clube de Mães, e incentivá-las a mudarem suas perspectivas de submissão e dependência financeira dos seus companheiros. Os clubes de mães eram compostos em média de 15 a 44 mulheres.

Antes da formação dos clubes, as mulheres cuidavam dos trabalhos domésticos, dos filhos e trabalhavam com seus maridos na agricultura. Esse trabalho possibilitou a elas a identificação de alternativas econômicas que contribuíssem com a renda familiar. Para oficializar o Clube de Mães, elas formavam uma diretoria²¹. De acordo com Marinho (2017, p. 1), quem presidia o clube tinha as seguintes atribuições: Coordenar o Clube; orientar o planejamento dos trabalhos; convencer as sócias a participarem das reuniões; dar bom exemplo; desenvolver um trabalho de escuta ativa e imparcial das sócias; desenvolver um ambiente de paz e harmonia entre as sócias; fazer avaliação das atividades desenvolvidas pelo clube e aceitar opiniões.²² Assim, as mulheres do Igarapé-Açu criaram seu “Clube de Mães” e passaram a desenvolver trabalhos coletivos. Todos os sábados se reuniam, criando uma rede de apoio feminino e solidário que resultava no bem-estar de suas famílias.

21 Composta pela presidente, vice-presidente, primeira e segunda secretária, primeira e segunda tesoureira.

22 Marinho, MEB Tefé, 2017, p. 1.

Quando uma mulher ficava grávida, aquelas que eram do clube de mães, a gente já fazia o enxoval para dar para aquela mãe. Todas ganhavam seu enxoval, aquelas camisas todas bordadas, sapatinhos de crochê, que eram lindos. Agora a gente não vê mais. Ensinei as mulheres a bordarem, fazer corte e costura. A gente fazia desde o babador para a criança. Quando ia ter festejo na comunidade, não existia vestido, bermuda, camiseta, a gente se sentava na máquina e fazia para toda a família. Aí aquelas que não sabiam, iam aprendendo e já iam fazendo também. A gente também colocava para vender (Lícia de Castro, comunidade Igarapé Açu, 2015).

No interior do clube, as mulheres do Igarapé-Açu dedicaram-se aos trabalhos de corte e costura, bordados e crochê. Parte do que produziam chegou a ser vendido nas feiras e festas religiosas e culturais organizadas pela Igreja Católica. Como, por exemplo, a festa da padroeira de Santa Tereza, realizada no mês de outubro em Tefê, na praça da Matriz, a festa religiosa mais popular e considerada a mais oportuna para o comércio. As sócias vendiam as peças confeccionadas e dividiam o lucro entre si.

Segundo os relatos, o clube de mães foi desmobilizado com o passar dos anos pela falta de apoio e acompanhamento do MEB, pelos conflitos internos (principalmente fofocas), número reduzido de mulheres dispostas a atuar como líderes dos trabalhos e desmotivação das mulheres. Fazendo um levantamento histórico, os clubes de mães foram ativos na região do Lago. No entanto, estes se transformaram em um espaço de extensão da vida doméstica das mulheres, pois não houve um trabalho de formação política junto aos Clubes de Mães, visando discutir a atuação política e o papel das mulheres nestas comunidades. No interior dos clubes, o MEB aproveitava para disseminar as campanhas para serviço de

artesanato, qualidade na alimentação, plantio de hortas, capina de roça das sócias, tecelagem com telas, confecção de objetos de cerâmicas e palhas. Todavia, a formação política ocorreu para algumas mulheres, principalmente para as que assumiram cargos de lideranças, como Lícia de Castro, Maria José e Vicença Rocha que, ao aceitarem ser monitoras, presidentas e lideranças nos clubes de mães, passaram por um processo de empoderamento feminino, bem como motivavam outras mulheres a participarem da comunidade de forma ativa.

Considerações finais

O engajamento no projeto de organização de comunidades proposto a estas mulheres demandou das mesmas uma nova postura diante de suas comunidades, de suas famílias, das organizações políticas locais e na sociedade de modo geral. Estas mulheres pobres, trabalhadoras rurais, não brancas, na sua maioria indígenas e negras, cujas histórias registram dominação e exploração de classe, gênero e raça/etnia foram tecendo a própria história, recriando-a, reinventando-a, imprimindo-lhes nuances resultantes da luta pela sobrevivência. Lutar pela sobrevivência não significava apenas trabalhar, mas também inserir-se nas lutas políticas e sociais dos trabalhadores, em busca dos direitos negados.

Na medida em que aderiram a esse projeto, passaram a se dedicar a um modelo de trabalho coletivo que trouxe modificações na sua rotina de vida, posto que demandava uma dedicação extra para participar das atividades do grupo, bem como a aceitação do cumprimento das normas associativas que passam a vigorar dentro do grupo. Também passaram a se ver como trabalhadoras ao conquistar uma fonte de renda, oriunda principalmente da função de monitora e dos cargos futuros que passaram a exercer. Maria José, por exemplo, como desdobramento do trabalho de organização


sociopolítica concluiu a educação básica, cursou graduação (PROFORMAR), passando a atuar como parteira e agente de saúde das comunidades do Lago de Tefé, alcançando autonomia financeira.

D. Lícia rompeu a ideia da mulher considerada o sexo frágil, ganhou liberdade financeira, passou a ter voz ativa, respeito e reconhecimento dos homens da comunidade que morava. “Quando chegava alguém da cidade num motor lá (na comunidade), o Dionísio ou o tio Secundino vinha chamar a mamãe. Diziam assim: D. Licinha, tem gente na comunidade. Ela brincando, dizia: por que vocês não resolvem? Ah, não vou resolver não, a senhora é que tem que falar”. Os primeiros efeitos de sua independência foram observados na compra de bens duráveis e artigos de uso pessoal para si e seus filhos, que anteriormente não conseguia. Mesmo exercendo cargos de lideranças, estas mulheres continuam gerindo suas casas, educando os filhos e trabalhando na agricultura. Ou seja, mantendo o equilíbrio da família, todavia não como antes submissas aos seus maridos. O reconhecimento da participação das mulheres na organização das comunidades hoje é percebido pelas lideranças religiosas, conforme assinalamos na citação de abertura deste trabalho. Portanto, o protagonismo feminino nas comunidades do Lago de Tefé, durante as décadas de 1970 e 1980, foi fundamental para o processo de organização social e política dessas. Mulheres como D. Maria José e D. Lícia de Castro deixaram um legado de resistência, liderança e empoderamento, inspirando gerações futuras a continuarem lutando por seus direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária. A organização social e política de Igarapé-Açu tornou-se referência e sua trajetória estimulou outras comunidades a formarem sua própria organização. Igarapé-Açu passou a sediar os encontros de “setores”. Os setores representavam, politicamente, um conjunto de comunidades, que passaram a tomar decisões conjuntas sobre o manejo dos recursos e as pautas

políticas locais²⁵. Foi nesses encontros que as lutas políticas das comunidades se desenvolveram a saber: Luta pela Preservação dos Lagos e Igarapés e Luta pela Terra. Lutas essas que as mulheres estão presentes!

23 Um modelo de organização promovido pela Igreja Católica por meio da Prelazia de Tefé em que as comunidades estão ligadas entre si por interesses comuns de cunho religioso e por interesses territoriais e de acesso aos recursos naturais. Tese Marília p. 22.

- ALMEIDA, A. W. B. *Conflito, poder e mediação: os antagonismos na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1. Rio de Janeiro, 1993.
- CADERNO 19. *Manuscrito do padre Antônio Jansen*. Arquivo da Prelazia de Tefé-AM.
- COELHO, L. R. *Educação de adultos no cenário amazônico: Movimento de Educação de Base em Tefé/AM (1963-1982)*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- CRUZ, M. J. M. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SILVA, M. A. M. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. *RURIS* (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 4, n. 2, 2012. DOI: 10.53000/rr.v4i2.770. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16841>. Acesso em: 6 ago. 2024.
- FÁVERO, O. *Uma pedagogia da Participação Popular: análise da prática pedagógica do MEB- Movimento de Educação de Base, 1961-1966*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- FEDDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- MARINHO, M. D. B. Jornada Missionária de Dom Joaquim de Lange, no município de Tefé, suas maiores inspirações no setor educacional de evangelização In: SCHAEKEN, R. G.; QUEIROZ, R. G.; QUEIROZ, R. C. B. (orgs.). *As obras e os desafios de Dom Joaquim de Lange*. Manaus: Editoração Eletrônica, 2017, p. 194.
- MEDEIROS, M. X. *Puxirum de histórias: lutas por terras e águas em Vila Amazônia/Parintins (1980-2000)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- RELATÓRIO da Associação Comercial do Amazonas, 1941. Arquivo Público do Estado do Amazonas.

- 
- SANTOS, J. A. *Comunidade Rural Bom Jesus do Bacuri: memórias, experiências e luta pela terra 1971-2013*. 2016.
- SOUSA, M. J. S. *Teçumes e Teçumeiras: etnografia da construção de identidade política das artesãs da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã-AM*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2017.
- WOLFF, C. S. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945*. Tese (em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Entre lemas e dilemas: uma experiência da migração feminina

Patrícia Regina de Lima Silva

O artigo discute a sensibilidade da migração a partir das experiências compartilhadas por Iracenilda Coura Rodrigues²⁴, natural de Sousa-PB, nos dilemas de seus deslocamentos. Analisa também como esse fenômeno social promove profundas transformações tanto no interior dos diferentes espaços quanto no interior dos sujeitos que vivenciaram e vivenciam tal processo.

Por essa razão, é necessário abordar as relações de gênero (Perrot, 1988, 2001) dentro da migração. As experiências descritas por homens e mulheres desnudam suas especificidades, a exemplo da migração feminina (Silva, 2017).

À luz da história oral (Portelli, 1997), podemos visibilizar as sensações, percepções, angústias e esperanças incutidas nas trajetórias. O sujeito que se desloca tem história. A mulher que migra tem história. A partir das narrativas de Iracenilda, é possível perceber que o viver se cotidianiza na Amazônia e fora dela. É notório salientar que suas ações apontam para outros ou novos caminhos historiográficos de análise e (re)escrita da história.

24 RODRIGUES, Iracenilda Coura. Entrevista realizada por Patrícia Regina de Lima Silva, em sua residência na cidade de Sousa-PB, em 05 de setembro de 2022.

Vale destacar que, diante de uma vasta historiografia acerca da migração nordestina para Amazônia, seja em decorrência dos tempos áureos da borracha, seja de sua decadência, elencamos aqui, alguns importantes teóricos para dialogar com esse processo. Assim, Samuel Benchimol (1999) informa que a expressiva presença de nordestinos na Amazônia ocorreu em dois fluxos migratórios diferentes, o primeiro referente à seca ocorrida em 1877, chamada por ele de “imigração por fome” e o segundo em virtude da borracha, ou como ele próprio nomeou “apetite de seringa” ou “imigração por cobiça”.

Sua contribuição se dá em relação a compreendermos o encontro de dois mundos geográfico, social e culturalmente distante e distinto um do outro, Amazônia e Nordeste. É nesse percurso que inserimos as vivências de Iracenilda Rodrigues, protagonista desse estudo e de sua trajetória.

Arthur Cezar Ferreira Reis (1953) nos diz sobre o entrelaçamento cultural no contato entre nordestinos e amazônidas, entre as peculiaridades trazidas do nordeste em fusão com as particularidades compartilhadas pelos caboclos amazônicos. Modificando a linguagem, os hábitos, a cosmovisão, de um lado um fervor mais católico, de outro uma credence mais indígena, dentre tantos.

Impactando e sendo impactado o nordestino foi paulatinamente estabelecendo seu espaço social na Amazônia. Alexandre Izidio (2011) ilumina o nosso pensamento para as relações afetivas envolvidas e empreendidas no migrar para a região Norte e vice-versa.

No entanto, para que possamos ampliar nossa dimensão acerca do que vem ser o Nordeste ou o nordestino, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), em “A invenção do nordeste e outras artes” faz uma rica discussão em relação aos diferentes estereótipos construídos sobre a região nordeste e, conseqüentemente, ao nordestino.

A distância do lugar de origem vai sendo diminuída a partir das vivências que vão sendo ressignificadas pela memória. O lugar “é lembrado por meio de um cheiro, uma música, um ritmo, um gosto, um gesto, uma pessoa, uma fogueira, uma procissão, um lago, um rio, uma árvore da vida” (Maciel, 2013, p. 171). E assim, novas experiências surgem e se transformam nas vidas desses sujeitos.

As lembranças evocadas por Iracenilda Rodrigues através de suas memórias ao narrar sobre suas experiências vividas nos fazem pensar em Verena Alberti (2004, p. 14), ao enfatizar que “é da experiência de um sujeito que se trata”, causando, segundo ela, um fascínio do vivido por parte de quem ouve suas histórias. Por meio da história oral, podemos reviver ou vivenciar algumas experiências desses sujeitos, dessas mulheres. Assim, temos, na história, a capacidade de representar um passado que se faz vivo pela memória, e na história oral, a capacidade de compreender e interpretar os significados desse passado vivido.

Seguindo esses pressupostos, Maurice Halbwachs (2006) amplia a discussão ao afirmar que não existe uma memória individual sem estar atrelada a uma coletiva, ou seja, lidamos constantemente com a memória coletiva. Mesmo estando sozinhos, ou narrando de forma individual um evento ocorrido em nossas vidas, estamos sempre representando uma coletividade.

O que nos remete compreender a conjuntura incutida na trajetória de vida de Iracenilda Rodrigues durante seus processos migratórios, instiga também analisar, de forma contundente, os motivos envolvidos nesses percursos.

Bem, eu sou Iracenilda Coura Rodrigues. Eu nasci aqui na Paraíba, no dia 15 de março de 1967. E sou do interior, não sou nem de Souza, sou do mesmo Sertão. E foi uma vida bem simples lá! Não estudei muito, né? Só até a oitava série. E com 19 anos, já casei. Trabalhava,

só em casa, dona de casa. E com 19 anos, casei e fui tentar a vida fora, no Pará. Sem estudar, porque eu friso muito essa história de não ter estudado. Fui aventurar. Ele (Francisco) já era de lá, né? Morava há muitos anos lá e veio passear aqui na Paraíba, que ele é daqui também. A gente casou, e foi embora para Belém do Pará. E lá ele a gente conseguiu botar o comércio, sem ter recursos de nada, só com a coragem. O comércio no início era autopeças, peças de carro e foi muito difícil começar sem nada, né? Só eu e ele. Ele com 35 anos, e eu com 19, sem nenhuma experiência de nada, só do lar, só para casar. Cuidar do marido. Eu fui para lá assim (Rodrigues, 2022, p. 01),

A narrativa em forma de epígrafe demonstra que sozinhas ou acompanhadas as mulheres migram em direção às novas oportunidades em busca de melhoria de vida. Rompem com vínculos estabelecidos, ultrapassam limites e alcançam outras fronteiras. Agem e decidem. Transformam seus percursos a partir das experiências que surgem diante de suas possibilidades.

Iracenilda representa tantos sujeitos em curso e em busca por alternativas de vida que permitam uma mudança significativa e confortável. Nesse trecho de sua narrativa, destacamos quatro pontos interessantes. O primeiro aspecto percebido fica evidente quando afirma que “foi uma vida bem simples lá”. Sair do sertão da Paraíba coloca-se diante dela como essa possibilidade de mudança e melhoria. O “bem simples” dito por ela está carregado de dificuldades e desafios.

O segundo aspecto aparece no momento em que diz: “friso muito essa história de não ter estudado”. A ênfase dada a pouca escolaridade, em forma de lamento, é compreendida como um anseio não alcançado, dadas as várias questões e circunstâncias que a impossibilitaram de dar sequência aos estudos. Fica evidente que estudar até a oitava série, atual nono ano do

Ensino Fundamental, é visto por ela como algo que poderia ter se estendido para além, evidencia um inconformismo.

A experiência de ter casado bem cedo, aos 19 anos, soa como efetivação do dever cumprido diante da criação que recebeu. Afinal, foi ensinada a ser dona de casa. É interessante destacar que, embora demonstre uma consciência do papel que iria desempenhar como esposa (Perrot, 1998; 2001), ela aproveita a saída do Nordeste em direção ao Norte, como um processo de autonomia e independência, embora casada e cumpridora de suas responsabilidades para com o marido, em que ela destaca a diferença de idade entre eles e o fato dele ser mais experiente em vários pontos. Destaco dois momentos de sua narrativa que iluminam para essa reflexão, a saber: “casei e fui tentar a vida fora, no Pará”; “fui aventurar”.

Por fim, o quarto aspecto, Iracenilda relata das dificuldades enfrentadas ao lado do esposo para iniciarem o comércio de autopeças, sem experiência, sem grandes recursos no ramo e sem conhecer bem o lugar, as adversidades estavam diante de seus olhos, frustrando suas expectativas.

A vontade de vencer em contraste com os desafios que foram surgindo na medida em que o tempo passava entraram em conflito com o estilo de vida que seu esposo estava acostumado a levar antes do casamento, essa questão é colocada por ela da seguinte forma:

Ele já era muito experiente, né? Muitos anos na de farra, só bebia, só farrava, e eu. eu tinha o temor de Deus, evangélica, né! Ele não, ele não era. E tudo o que eu vou fazer, sempre em oração. Apesar de 19 anos, mas eu tenho esse pensamento. Porque eu fui criada em lar evangélico. E tudo eu botava Deus em primeiro lugar. Tudo o que acontecia lá, eu chorava aos pés do Senhor. E fui crescendo. É o mundo que ensinou tudo, né? Fui crescendo devagar, apanhando na vida, sofrendo a cada dia

mais eu ia aprendendo e ficando na história, né? Sofrendo, fui criando aquela história lá (Rodrigues, 2022, p. 01).

Nesse trecho de sua narrativa, destacam-se os momentos de sofrimento que começaram a aparecer em diferentes formatos, também mostra a participação de sua fé como mecanismo de defesa, esperança e superação das angústias vivenciadas. Angústias essas que não param por aí, ela prossegue narrando sobre a loja de autopeças, dizendo que:

Com o tempo não deu certo. Começando por aluguel, né? É aluguel de residência, aluguel do comércio com funcionário. E a gente passou o quê? Eu acho que uns 20 anos com autopeças. Isso só sofrendo, né? Não foi muito alto do ponto, ficou lá, ficou mudando de endereço. A gente investia e quando ficava bonito, o dono quando via já pedia o prédio. O dono quando via aquilo, já pediu o prédio, aí a gente mudava para outro endereço. Então é começar tudo de novo, né? Em capital! Não tinha isso e assim os clientes já sumiam. Porque você ia para outro endereço. Aí começava tudo de novo. Aí faliu a autopeças, ah, antes de falir a gente, ele resolveu voltar para Paraíba, 99. Já tinham nascido 2 filhas, né? Por muito sacrifício, mas! Aí tu começa a falir, quase falindo, ele tentou voltar para a Paraíba, para recomeçar tudo de novo aqui (PB), mas eu fui contra, mesmo com as dificuldades lá (PA) (Rodrigues, 2022, p. 01).

A citação acima aponta para muitas outras dificuldades enfrentadas por Iracenilda ao lado de seu esposo e das filhas. Muitos momentos difíceis são descritos em sua fala. O fator financeiro aparece como o carro chefe e o principal motivador trata-se tanto da falência quanto da decisão que levou Francisco retornar a Paraíba. Outras angústias tomaram

conta da preocupação dela e a fez querer continuar em Belém-PA. O ideal, a vida cheia de realizações, confrontava-se com o real, a vida repleta de lutas e aflições.

Eu lá, o meu sonho era formar as duas filhas. Eu sabia que se isso não ia acontecer, porque eu acho que o trauma não é porque quando eu não consegui. Achava que eu não ia ter condição de fazer o mesmo por elas (Rodrigues, 2022, p. 01).

Com esse relato, imagino a seguinte cena: Iracenilda diante de um grande dilema, partir ou ficar? Eis a questão! Alessandro Portelli (1997), de forma bem instigante, nos faz perceber o nível de importância que os sujeitos dão às suas vivências mediante suas narrativas, tal autor nos fala que isso ocorre por meio da subjetividade incutida na memória de cada sujeito diante de suas experiências e de que maneira interpretam seus modos de vida.

Em relação aos fatos que marcaram as experiências de Iracenilda, ela aqui, representante de tantas mulheres nordestinas, amplia o pensamento de que seus dilemas não são ou não foram os fatos em si da maneira como ocorreram que devemos nos pautar, mas como são e/ou foram vistos e interpretados por ela que devemos nos ater, para que possamos entender o sentido narrativo trazido em suas lembranças. Eis a importância da História Oral como metodologia aplicada.

Nesse sentido, Portelli elucidava que ao fazer uso da subjetividade do sujeito, a fonte oral contribui, além de tantas outras análises, principalmente no questionamento da fonte escrita, rompendo com o estabelecido e apontando um outro olhar na forma como os sujeitos percebem seus modos de vida. Para Portelli “[...] a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais”.

A subjetividade possibilita compreender de que forma as pessoas se apropriam de suas experiências.

Situado no domínio da História Social e na perspectiva da história vista de baixo, em que os fatos históricos não são mais atrelados apenas na economia e na política elitista, permitem que novos atores sociais sejam vistos como sujeitos que agem e interferem nas estruturas da sociedade.

Dessa forma, a história social valoriza a experiência de cada sujeito diante de seus atos que ora o diferencia, ora o particulariza dentro de uma sociedade. A história vista de baixo possibilita que sujeitos ditos comuns, como Iracenilda, expressem suas experiências através de suas vivências. Como foi dito que “uma mulher deve ter o direito de escrever a sua história e de muitas outras mulheres, revendo as narrativas e captando outro Tempo” (Possas, 2008, p. 201).

A narrativa de Iracenilda contribui na compreensão sobre o papel desempenhado pela mulher nesse contexto, principalmente na Amazônia brasileira mediante seus processos migratórios ocorridos entre o Nordeste e o Norte, ou melhor, Paraíba e Pará, alterando significativamente na paisagem social da região Norte, uma vez que aponta a mulher como sujeito ativo na dinâmica social no que diz respeito a possíveis rupturas e permanências no período referido durante suas vivências no interior do Amazonas.

A partir de suas narrativas orais, é plausível afirmar que suas experiências configuram na construção de fonte histórica e seu lugar de produção (Barros, 2020, p. 15). E mais,

Algumas das vivências relacionadas à migração chegam a ser comuns a todas as mulheres, outras são específicas a grupos ou indivíduos; várias permanecem no decorrer do tempo, outras com ele se transformam ou desaparecem (Bassanezi, 2013, p. 175).

Apontar lugares onde saberes históricos circulam como uma praça, um mercado antigo, um aeroporto que muda de um lugar para outro e possibilita que um novo cenário seja construído a partir de sua saída, um porto que se transforma para escoar mercadorias e atender a demanda de passageiros, enfim, são situações que podem ser definidas como conjunto das experiências sociais vividas por essas mulheres nordestinas, através de suas memórias, e transmitidas como espaços ressignificados pela memória.

Compreendida e percebida de múltiplas maneiras, a migração se constitui como instrumento de legitimação do cotidiano. Nos variados espaços oferecidos por ela, carrega em si amontoados de significações, esboçam lembranças de uma infância que já se fora, memórias de um lugar ou evento que já não existe mais, cria e recria, cotidianamente, gestos, sensações, emoções, experiências e vivências.

As lembranças caracterizam transformações profundas na dinâmica social dos mais variados espaços. A sociedade se modifica e se redefine, encontra novas formas. O que antes estava pautado ao interior do lar, da família, vai aos poucos se tornando público (Del Priore, 1997). O viver se cotidianiza através das lutas diárias, através das lembranças e através da memória.

Ao sair de sua terra natal em busca de novas possibilidades, Iracenilda Rodrigues abriu caminhos, rompeu com vínculos estabelecidos, encontrou outros sujeitos e encarou novos desafios. Experimentou um mundo novo, socializou suas ações, ensinou e aprendeu com quem está ao seu redor, e acima de tudo, viveu, agiu e decidiu migrar mais de uma vez. Foi no cotidiano de suas vivências que a encontrei.

Tais experiências possibilitaram a construção desse estudo, em que os contatos com suas narrativas orais, somados ao contexto de suas ações, permitiram compreender numa palavra, através de um simples gesto como sorrir ou até mesmo chorar, detalhes que fizeram com que a experiência

trocada se tornasse única. Suas memórias iluminam sobre seus processos de saída do Nordeste para a região Norte e vice-versa em momentos, condições e motivos distintos vividos por ela. O que leva a pensar que a mudança de um determinado evento, na vida social de um grupo, modifica a memória coletiva desse grupo, pois as transformações narradas por Iracenilda Rodrigues perpassam no cotidiano de tantos outros sujeitos em trânsito ou não.

As análises desses fragmentos de memória indicam, dentre outras coisas, que essa mulher só não percebeu as modificações que paulatinamente aconteciam durante suas vivências, como é possível afirmar que contribuiu com essas mudanças, na medida em que suas vivências no comércio estavam a serviço da dinâmica econômica e social que a cidade de Belém-PA vinha sofrendo.

E mais, coloca a mulher nordestina como sujeito que é ativo, social e histórico na dinâmica de seus processos migratórios. Evidencia que, muitas das vezes, mesmo dentro de seus afazeres cotidianos, a participação no espaço público se confunde com o privado e vice-versa, suas memórias materializadas em suas vivências e estas transformadas em experiências contribuem na construção de novas histórias tanto na Amazônia quanto no Nordeste, por meio de seus deslocamentos. A mulher em trânsito é sujeito que vive, participa ativamente desse processo, experimenta sentimentos e sensações e compartilha o que viu, o que viveu e o que aprendeu da vida.

- ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROS, J. D. *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- BASSANEZI, M. S. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: BASSANEZI, Carla Pinsky; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – formação social e cultural*. Manaus: Editora Valer, Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- CARDOSO, A. A. I. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847 – 1877)*. Dissertação de mestrado, 2011.
- DEL PRIORE, M. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, C. F. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MACIEL, M. N. *O espaço lembrado: experiências de via em seringais da Amazônia*. Manaus: Edua, 2013.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997.
- POSSAS, L. M. V. Gênero, mulher e mulheres: aprimorando ferramentas e retomando narrativas e outro tempo. In: FERREIRA, A. C. *O historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: Editora UNESP. ANPUH, 2008.
- REIS, A. C. F. *O Seringueiro e o Seringal*. Ed. do serv. de Informação Agrícola, série Documentário da Vida Rural (5). Rio de Janeiro. Serv. Graf. IBGE, 1953.
- SILVA, P. R. L. *Do espaço lembrado ao espaço vivido: narrativas orais de mulheres nordestinas em Parintins-AM, na segunda metade do século XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus, 2017.

Fonte Oral

RODRIGUES, I. C. Entrevista concedida a Patrícia Regina de Lima Silva. Realizada em sua residência na cidade de Sousa-PB, em 05 de setembro de 2022.



Protagonismo feminino nas lutas pelo direito à moradia em Parintins (1992-2019)

*Jheniffer Natividade Rodrigues
Kennely Rabelo Fernandes*

Considerações iniciais

Recentemente, o número de pesquisadores dedicados a discutir a temática de movimentos de moradia em Parintins, no Amazonas, têm se ampliado, especialmente aqueles que se empenham na produção de conhecimento histórico. Na tentativa de uma contribuição a essa linha de pesquisa, discutiremos o protagonismo feminino nessa luta por um direito básico, mas que desencadeou em grandes bairros da cidade.

No que diz respeito à história das mulheres no Amazonas, Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2020) afirma que as mulheres só estavam presentes em textos da historiografia regional de forma marginal, e às vezes restava somente um enorme silêncio de suas trajetórias e vivências²⁵. Partindo de inquietações sobre a presença feminina na História, muitos enfoques temáticos começaram a ser produzidos, destacando assim, que a história não é fruto somente de ações dos homens.

25 Em seu artigo, a autora traça um breve panorama sobre os caminhos percorridos pelos estudos do feminino na historiografia amazonense, ressaltando a expansão de pesquisas acadêmicas voltadas para temática, especialmente os trabalhos produzidos no Curso de Mestrado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Tal como escreve Chesneaux (1995, p. 38), na luta contra a ordem estabelecida, recusar o passado e suas imagens de opressão é uma tendência natural. Nessa perspectiva de ruptura, trouxemos as narrativas de algumas mulheres que protagonizaram movimentos de ocupação para moradia em Parintins no Amazonas, o que possibilitou analisar novas experiências acerca das classes populares, as colocando como sujeitos constituintes da cidade e do processo histórico.

A falta de moradia, porém, não é uma problemática atual, e não se restringe às problemáticas urbanas de grandes cidades, mas afeta a população pobre de todo país, e mesmo que o direito à moradia esteja pautado na Constituição Federal de 1988²⁶, não é uma prioridade para o Estado. No cenário interiorano de Parintins não foi diferente, o crescimento populacional em contextos da história da cidade se deu por diversos fatores, como mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. No entanto, a cidade não tinha estruturas para atender esse aumento demográfico, mas a expectativa de melhoria de vida através do mercado de trabalho ocasionou grandes movimentos populares para suprir a necessidade da moradia, logo, houve expansão territorial e o aumento de áreas periféricas na cidade ao longo da história.

Os anos de 1992, 1995 e 1997 são marcados por movimentos de terras na cidade, com o surgimento de três grandes ocupações que deram origem aos bairros Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa, em uma área chamada Fazenda Itaúna. Já em 2009, nessa mesma localidade, houve o surgimento de uma nova ocupação que deu origem ao bairro União. E o contexto político nacional de 2015, que levou a ocorrência de novas

26 Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

ocupações de terras urbanas na cidade, especificamente das ocupações do Pascoal Alágio, Castanhal e Residencial Parintins.

A História Oral foi utilizada como metodologia, que emergiu como um valioso recurso para o estudo do social no tempo presente, nas quais as narrativas são elaboradas através do trabalho da memória. Segundo Portelli (2010), buscamos fontes orais porque queremos escutar a voz dos excluídos e marginalizados na mídia e no discurso público, além disso, esses sujeitos podem exercer seus direitos de falar e de ser escutado, e podem também ter consciência da importância de seus saberes.

O primeiro tópico versará sobre as ocupações de terras que ocorreram na Fazenda Itaúna, originando, assim, quatro bairros populosos da cidade, mais especificamente, abordaremos narrativas de mulheres sobre suas reinvenções de trabalho e suas vivências nas ocupações de terras e a luta diária pela moradia. No segundo tópico, abordaremos uma breve história das três últimas ocupações instauradas no município, traçando diferentes narrativas de trabalhadoras que experienciaram esses movimentos populares desde as suas primeiras organizações, ressaltamos que tais movimentos ainda se fazem presentes no momento em que este artigo foi desenvolvido, diferentemente das ocupações da fazenda Itaúna, que já foram consolidados bairros de Parintins.

Portanto, buscamos evidenciar as ocupações de bairros como fatos históricos relevantes e os sujeitos sociais que os protagonizaram, em especial as mulheres, colaborando na produção de uma história democrática, que não esteja centrada somente na ação das classes dominantes.

Gênero e trabalho: movimentos de moradia na Fazenda Itaúna

A década de 1990 representa transformações na cidade de Parintins provocadas pelo crescimento urbano. Um latifúndio chamado de Fazenda Itaúna, que era propriedade de um paraense, foi local de inúmeras tentativas de ocupações, na busca por um “pedaço de terra” para construir um “barraco”, termos comumente usados pelos narradores. Os bairros originados nessa localidade atualmente são os bairros Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e União, esse último, no entanto, foi formado somente a partir do ano de 2009.

O primeiro movimento de moradia foi o do Itaúna I, que se iniciou em 1992, quando um grupo de aproximadamente 600 famílias ocupou uma área da fazenda Itaúna, e com o boato se espalhando pela cidade, foram contabilizadas, posteriormente, pelo menos 5000 famílias residindo na área. A segunda ocupação deu origem ao bairro Itaúna II, em 1995, várias famílias ocuparam outra extensão de terra do latifúndio, esses motivados pelo sucesso da primeira ocupação. E dois anos mais tarde, em 1997, com o continuado aumento da população na zona urbana, outro movimento de ocupação surgiu e deu origem ao bairro Paulo Corrêa, nomeado assim, pois era o nome do antigo proprietário das terras, foi escolhido como tentativa de comoção para que o empresário doasse as terras para os ocupantes, a fim de que a localidade fosse rapidamente reconhecida de forma legal pela prefeitura. Mais de uma década depois, em 2009 surgiu também o bairro da União nessa mesma localidade.

A falta de moradia atinge a classe trabalhadora, especialmente os mais pobres, ocorre que entre esses, as mulheres ganham muito menos, estão mais suscetíveis à informalidade e muitas são arrimo de família.

Nossa pesquisa se atém, no entanto, a analisar o engajamento das mulheres nessas lutas por moradia.

Entendemos que os movimentos foram compostos por homens e mulheres, mas conforme as narrativas foram construídas, percebemos o importante papel feminino no cotidiano das ocupações, o que nos leva a refletir sobre o difícil acesso à moradia, em detrimento de exclusão e opressão de gênero, sendo a presença de mulheres em movimentos uma necessidade e forma de superar sua condição desigual.

Embora a camada das mulheres das classes populares sempre trabalhassem fora de casa, assim como afirma Saffioti (1976, p. 7), “Em todas as épocas e lugares tem ela contribuindo para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social”, a renda é tida como complementar ou insuficiente. Além disso, com a divisão sexual do trabalho nas sociedades patriarcais e capitalistas, as mulheres acumulam atividades produtivas com as não produtivas, onde as funções domésticas são atribuídas a elas. Então, com o restrito acesso ao mercado de trabalho, o acesso à moradia também se torna inviável, assim como pagar aluguéis caros, optando por compor movimentos de ocupações de terra para fins de moradia.

Perrot (2017), ao discutir a dona de casa no espaço parisiense no século XIX, afirma que essa é responsável por várias funções, entre elas dar à luz e criar seus filhos, é responsável pela manutenção da família, pelos trabalhos domésticos, e sobre esse último escreve que essa expressão “tem um sentido muito amplo, incluindo a alimentação, o aquecimento, a conservação da casa e da roupa, o transporte de água etc.” (Perrot, 2017, p. 196). Porém, sem esse trabalho não contabilizado e não remunerado da dona de casa, a sociedade do século XIX não poderia crescer e se reproduzir.

Da mesma forma, esses ideais da divisão sexual do trabalho se consolidaram em diversas sociedades, logo, o trabalho doméstico no cotidiano das ocupações também foi desempenhado pelas mulheres. O surgimento do capitalismo também contribuiu para marginalizar muitas mulheres das

funções produtivas, principalmente as mais abastadas, e passaram a ter seu espaço limitado em seus lares nas funções desse trabalho não remunerado e pouco valorizado.

As múltiplas tarefas desenvolvidas por mulheres no interior dos movimentos nos levam a discutir nesse tópico a luta pelo direito à cidade, ou seja, a luta pela permanência. Portanto, abordamos as narrativas de Natalina e Mariane - protagonistas dos movimentos de ocupação do bairro Itaúna II - sobre suas experiências de trabalhos que tiveram que se submeter para conseguir o sustento da família, e as vivências na ocupação pelo acesso à moradia, que vai além de um simples local de habitação, mas também um espaço para realizar as funções atribuídas ao gênero socialmente.

Assim como afirma Portelli (2016, p. 10), “As fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador”, e a partir dessa troca dialógica entre os entrevistados e o entrevistador, as narrativas foram produzidas através do trabalho de memória dos atuantes dos movimentos. Ocorre que as histórias compartilhadas nos contam muito mais do que somente a criação dos bairros, mas também experiências cotidianas e motivações particulares para engendrar em movimentos de luta por moradia digna, como também por saneamento básico, água, luz elétrica, segurança, postos de saúde e educação.

Natalina Silva Nunes, de 61 anos, se declarou dona de casa e é uma moradora do bairro Itaúna II, participou da ocupação de terras e narra que seu maior sonho era ter a casa própria, visto que por 16 anos pagou aluguel. Sua entrevista foi realizada no dia 09 de janeiro de 2020 e ao ser perguntada sobre sua história de vida, ela contou que nasceu em Parintins, foi uma das primeiras moradoras do bairro. Além disso, segundo ela, pensava sempre em melhorias para o bairro, mesmo que não estivesse ligada à comissão que organizava o movimento.

Natalina relatou suas dificuldades diárias enquanto moradora da ocupação, antes ela desempenhava o trabalho

de vendedora de comida no centro da cidade para compor a economia da família, antes de participar da ocupação:

[...] não era todos os dias, era dia de domingo e nos feriados eu vendia galetto, vendia comida e eu já tinha uma freguesia bastante, assim, elevada né, que tinha muitas pessoas conhecidas que já compravam a comida naquele dia, já tava certo de comprar, de comprar lá em casa né, aí quando eu vim pra cá [Itaúna II], eu tive dificuldade porque a geladeira não ligava, não ligava a geladeira, minha geladeira passou um ano e pouco, no tempo que ficou sem a gente ter energia elétrica normal e aí eu não liguei a geladeira (Natalina, 2020).

Ao ser questionada sobre o dia a dia na ocupação e a permanência dos ocupantes em seus terrenos, ela também relata:

Nesse terreno aí, a nossa casinha já era melhor, porque eu vendia comida lá no Centro e eu tinha uma madeira que pra onde eu ia, nas casa que eu morava alugada, eu fazia tipo uma barracãozinho pra mim botar minhas assadeiras, pra mim botar uma mesa pra eu vender comida, aí nesse tempo eu trouxe a minha madeira e fez uma, nós fizemos uma, meu marido mandou armar uma casa, um barraquinho, aí foi o tempo que não entrou, que eu não fiquei, eu fiquei com receio, aí foi que ficou pra lá (Natalina, 2020).

Podemos perceber a dificuldade de trabalhar nas ocupações, porque elas carecem de energia elétrica legal e fácil acesso a água. É interessante ainda como ela usufrui das madeiras que usava no espaço de trabalho para construir sua casa, pois há uma disputa por terrenos no interior desses movimentos, inclusive, Natalina nos conta que perdeu vários

terrenos, pois as pessoas se apossavam e os vendiam enquanto ela não estava.

Esses trechos relatam o cotidiano de um movimento e algumas questões das ocupações de terras, como disputa por terreno, dificuldades enfrentadas no dia a dia, formas encontradas para construir suas casas, assim como também a questão da segurança, pois no final do trecho, Natalina narra que ficou com receio de ficar em um terreno específico, isso porque a frente de sua casa era composta por matagal e seu marido trabalhava à noite, então ela tinha medo de passar a noite na ocupação sozinha com suas filhas.

Como sabemos, a água nessas localidades é escassa, assim, a população muitas vezes se reunia para instalar torneiras pelo bairro para suprir a sua necessidade, mesmo que de forma básica. Natalina também narra:

A gente pegava, economizava bastante a água, o banho era só um por dia e não tinha naquele tempo banheiro né, a gente tomava banho em cima, próximo do quintal mesmo e era assim, a água do que a gente tomava tinha que passar no pano, tinha que ferver, é, até filtro a gente tinha que ter pra gente filtrar a água pra gente tomar (2020).

Mariane Garcia Batista, de 55 anos, costureira, nascida em Juruti-Velho (Pará), foi moradora do bairro Itaúna II por cinco anos e participou da ocupação que deu origem ao bairro. Sua entrevista foi realizada no dia 27 de fevereiro de 2021 e ela nos conta que, a princípio, tinha medo, mas precisava de uma moradia própria, pois morava em Manaus com seu marido, mas acabaram se separando e ela foi para Parintins. Sobre suas dificuldades vividas em relação à água, ela comenta: “eu trabalhava de dia e carregava água de madrugada”.

Na época, ela trabalhava confeccionando vestimentas para o Festival Folclórico²⁷ e embora fosse costureira, não havia mais vaga para esse trabalho, mesmo assim ela permaneceu no galpão para realizar trabalhos, como cortar penas e afins. Ela recebia seu pagamento toda semana, e com esse dinheiro, pediu a um morador de sua rua para “fazer a armação da casa e a abertura das palhas”.

E eu fiquei em Parintins, ainda trabalhando no festival, depois eu fui trabalhar no Caprichoso já como costureira, e todos esses anos eu trabalhei no festival. Fora disso eu sobrevivía de costuras, aí eu passei a costurar pros outros, porque do jeito que eu tava acostumada a fazer, em Parintins não dava (Mariane, 2021).

Segundo ela, não havia muitos moradores por causa da escassez de energia e água, e, de início, só ficava quem estava precisando muito de uma moradia, então, como ela precisava, se mudou para o Itaúna II, mesmo com sua casa sem portas ou piso, porém precisava manter seu terreno. Após isso, ela retornou à Manaus para buscar seu filho que estava morando com o pai, pois não poderia levá-lo antes à Parintins sem ter perspectiva. Por fim, ela relata:

A dona Maria e seu Fernando [amigos] me ajudaram a conseguir um trabalho no galpão, e eu fui trabalhar no galpão, de ajudante. E a gente fazia as tribos, né, e a gente ficava cortando algumas coisinhas por lá. Não costurava, embora eu sendo uma costureira na época, então a minha sobrevivência na época era de costureira, só que não tinha vaga pra mim de costureira no

27 Festa popular que ocorre no mês de junho na cidade de Parintins, sendo uma disputa entre os bois Caprichoso e Garantido. É importante frisar que há trabalhadores o ano todo envolvido na realização do festival, sejam artesãos, músicos, comerciantes e outros profissionais.

galpão, eu fui procurar cortar pena, passar cola e essas coisa (Mariane, 2021).

Olhando para o cotidiano dessas ocupações, nos debruçamos a refletir sobre as convivências e ajudas que uns prestavam aos outros em relação ao trabalho, na busca pela legalidade do bairro junto à Prefeitura da cidade, entre outras questões.

Embora nenhum movimento seja coeso ou igual, a escrita de Souza (1995, p. 108) sobre a ocupação da zona leste de São Paulo nos fez encontrar semelhança nos movimentos de diferentes cidades e contextos, quando afirma “Os ocupantes, ao se defrontarem com essas situações do cotidiano, recusaram a denominação de invasores. Foram elaborando reflexões e falas, que resultaram na composição e um universo de representações, para legitimar a sua situação de ocupante, superando a desqualificação que sofriam”. Pois os primeiros moradores dos bairros recortados em nossa pesquisa, eram representados no imaginário coletivo também como “invasores” ou “baderneiros”, no entanto, nota-se uma mudança de postura e mesmo orgulho ao contar sobre a história das ocupações.

Enfim, com a formação dos novos bairros, a cidade foi se expandindo e houve a necessidade da construção de pontes para acessar esses bairros que eram mais afastados dos centrais, assim, foram construídas três pontes que permanecem até hoje. Nossa intenção foi compreender um pouco de suas vivências nas ocupações e suas atuações dentro dos movimentos, perceber como faziam para se reinventar profissionalmente em uma cidade que não proporcionava muitos trabalhos e observar nas entrelinhas de suas narrativas como exerciam suas atividades domésticas, como buscar água para abastecer suas casas para dar banho nos filhos, para fazer o almoço e demais outras atividades, além disso, eram as mulheres que muitas das vezes precisavam cuidar de seus “barracões” como as narradoras colocam, durante o dia ou a noite.

As vozes das ocupações do Pascoal Alágio, Castanhal e Residencial Parintins

A partir de 2016, Parintins revive mais um período de reivindicações pelo direito fundamental que é a moradia, em decorrência do contexto político nacional do ano de 2015 que ficou marcado pelo aumento expressivo do desemprego e a Lei do Teto de Gastos²⁸, muitas famílias recorreram às terras irregulares para solucionar o problema que é a falta de moradia.

Nesse novo contexto de ocupações no município, subsiste a presença feminina, assim como nos primeiros movimentos de embate da década de 1990, entre mães que veem a oportunidade de ter um lar para morar com seus filhos e mulheres jovens que assumem as lideranças desses movimentos, todas são protagonistas nas lutas contra a desigualdade e opressão que por muito tempo as mantiveram longe de ter a casa própria. São dessas mulheres que falaremos ao tratar das ocupações do Pascoal Alágio, Castanhal e Residencial Parintins.

Para Portelli, as memórias são fontes históricas (Portelli, 1997, p. 5), e podemos ter acesso a essas fontes através das narrativas dos sujeitos que compõem a identidade dos movimentos sociais e nos possibilitam analisar os acontecimentos. É a partir dos relatos das moradoras das ocupações que podemos datar o surgimento das ocupações em ordem cronológica.

A ocupação do bairro Pascoal Alágio teria sido a primeira entre as três, suas primeiras organizações aconteceram no dia 02 de junho de 2016, em uma área particular da Família Esteves, boa parte da propriedade já teria sido comercializada por lotes e originado o bairro Pascoal Alágio, por esse histórico das terras, a ocupação ficou conhecida como ocupação do bairro Pascoal Alágio. A segunda foi a ocupação do Castanhal, localizada em

28 Emenda Constitucional nº 95/2016, visa estabelecer limites nas despesas e os gastos públicos, inviabilizando construções de novas moradias populares.

uma área de preservação permanente pertencente à Prefeitura Municipal de Parintins, os movimentos que deram início à essa ocupação aconteceram no início de 2017, nenhum dos colaboradores desta pesquisa souberam indicar a data inicial exata, mas encontramos registros na imprensa que indicam ser em janeiro de 2017. E a terceira ocupação denominada Residencial Parintins, localizada na Estrada do Macurany, corresponde a um conjunto habitacional que daria continuidade às casas da Vila Cristina, que faz parte do projeto Minha Casa Minha Vida (MCMV), o residencial foi ocupado no dia 02 de julho de 2019, segundo a colaboradora.

A ocupação do bairro Pascoal Alágio é composta por cerca de 800 famílias, as ruas são numeradas de 1 a 9, como forma de organização, e seu crescimento teria ganhado força quando familiares, amigos e vizinhos, moradores de outros bairros da cidade, compartilhavam a notícia do surgimento de uma nova ocupação no Bairro Pascoal Alágio, zona leste de Parintins.

Dagilza Oliveira, mulher indígena da etnia Sateré-Mawé, mãe de três filhos, morava de aluguel no bairro Itaúna II quando ficou sabendo pela sua irmã do surgimento de uma nova “invasão”, termo utilizado para referir às ocupações. Os relatos dessa colaboradora são importantes, pois trazem elementos que nos ajudam a entender a dinâmica dentro das ocupações ao conseguir um pedaço de terra, bem como suas motivações e desafios de permanência no local. A entrevista foi gravada no dia 4 de dezembro de 2021, Dagilza relembra o início da sua luta na ocupação:

Na ocupação estou há 5 anos, né. Quando terminei da faculdade eu não tinha mais como realmente pagar (aluguel), então minha irmã me falou: mana, você quer um terreno lá na invasão, pascoal alágio? Aí eu falei que não tinha como, porque realmente eu ainda tava trabalhando né,

mas ela disse: não mana, por você eu vou. Tá bom então, então ela tirou um lote, né, aí ela começou a limpar, mandou fazer uma casinha pra mim, aí eu fui (2021).

Quando Dagilza afirma não poder participar do movimento de ocupação por estar trabalhando, ela se refere à sua indisponibilidade de tempo em realizar as atividades para garantir um lote de terra, desde chegar no referido lugar, que segundo ela, era mato cerrado²⁹, realizar a limpeza, retirar as árvores, aterrar buracos e arrumar uma barraca para sinalizar que já existia uma família naquele espaço, e principalmente de vigiar o lugar, uma vez que, sem uma pessoa tomando de conta do terreno, ele pode facilmente ser ocupado por uma nova família. Ela conta que nesse processo teve apoio de sua irmã, seus filhos e suas sobrinhas.

Para Helene (2019, p. 951), as dificuldades de acesso à moradia no Brasil são marcadas pela histórica exclusão da terra e do mercado de trabalho das camadas mais pobres e abarcam condições ainda mais dramáticas quando se é mulher, como é o caso da colaboradora Dagilza, que era a principal fonte de renda da família. Dagilza pagava R\$400,00 reais em um imóvel alugado com apenas um cômodo e um banheiro na área externa, também tinha que arcar com os custos de energia, alimentação, vestimenta, entre outros itens que são indispensáveis para ela e seus filhos viverem bem, ela explica que recebia ajuda de seu cunhado com metade do valor do aluguel, mas que tinha desavenças com o mesmo.

A ocupação do Pascoal Alágio, desde seu início, se tornou um conflito entre a família Esteves³⁰ e os trabalhadores. Pedro Esteves acusa os moradores de fazerem parte de uma indústria de “invasão”, quando há intenção de adquirir o terreno

29 Vegetação caracterizada por árvores com troncos grossos e raízes grandes.

30 Proprietários do terreno, representados pelo empresário Pedro Esteves.

para lucrar com a venda, reivindicando inúmeras vezes a reintegração de posse das terras ocupadas. Faz-se necessário perceber a diferença do significado de moradia para ambas as partes, uma vez que, para os proprietários, seria apenas um produto, e para Dagilza, um item básico para viver com dignidade. Muitas famílias, assim como a da colaboradora, seguem na ocupação, resistindo e lutando pela permanência no terreno.

A ocupação do Castanhal, segunda área ocupada, fica em um espaço de proteção ambiental localizada no final do bairro União, última ocupação da Fazenda Itaúna. No local, existem inúmeras árvores de grande porte denominadas castanheiras e uma das principais discussões é a respeito da proteção das árvores em relação às famílias que vivem no local desde o início de 2017.

As famílias que vivem nas ocupações são marginalizadas e sofrem preconceito por parte da população, especialmente das que moram na parte central da cidade. Haja vista que morar em área de ocupação é uma realidade para muitas pessoas em vulnerabilidade social, a colaboradora da ocupação do castanhal preferiu não ter seu nome revelado, uma vez que identificar-se estando à margem da sociedade é um risco à sua segurança e dos seus filhos.

A entrevista foi gravada no dia 8 de maio de 2022, na residência da própria colaboradora, e ela descreve sua história no início da ocupação: “trabalhava, saía do trabalho, ia buscar meu filho lá em casa, daí eu vinha reparar o terreno pra mamãe, até ela vir do interior” (colaboradora anônima, 2022). Ela conta que tomou a iniciativa de ir para a ocupação contra a vontade do seu companheiro, a princípio para guardar um terreno para sua mãe, que morava na zona rural de Parintins, mas viu a oportunidade de adquirir seu terreno, já que morava na casa da sogra, no bairro Palmares.

As mulheres, historicamente, estiveram em um lugar inferior em relação aos homens, seus papéis estavam limitados ao lar e à reprodução, para essa colaboradora, conciliar o cuidado dos filhos, o trabalho de doméstica e a luta para conseguir um pedaço de terra na ocupação do Castanhal, foge dos padrões sociais, podendo ser visto como exemplo de protagonismo feminino na luta pelo direito à moradia. Para Helene (2019), as relações entre empoderamento feminino e os ganhos de autonomia das mulheres ao participarem das ocupações são evidentes e envolvem fatores relacionados à formação do capitalismo e das cidades no tocante às desigualdades de gênero. Frases como “Hoje eu posso dizer que eu tenho uma casa, né?” (colaboradora anônima, 2022) e “uma casinha pra mim tá com meus meninos” (colaboradora anônima, 2022), estão presentes no discurso da entrevistada que reside há mais de quatro anos na ocupação do Castanhal.

Parintins dispõe do projeto habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), desde o ano de 2009, por iniciativa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, a fim de diminuir o déficit habitacional na cidade. Esse programa originou o Conjunto Habitacional Vila Cristina, localizado na estrada do Macurany (lado oeste da cidade), suas primeiras casas foram entregues no ano de 2014. Posteriormente, foi dada continuidade a esse programa, dessa vez, o cenário político nacional no Brasil, especificamente com o golpe de 2015 e a mudança no governo, implicou diretamente nas obras do programa MCMV, que foram paralisadas.

De acordo com o relatório da Associação de Moradores do Residencial Parintins, foi a partir da iniciativa de algumas famílias contempladas no programa, que no dia 02 de julho de 2019, houve a ocupação do local. Para Rafaela Ribeiro, presidente da Associação de Moradores do Residencial Parintins, o ato de ocupar as casas antes das obras serem concluídas foram motivadas para evitar a depredação do local que estava quase

finalizado pois, segundo ela, era com o dinheiro público que tudo havia sido construído. Rafaela relembra as motivações e o sentimento em estar ocupando o residencial, afirmando:

Brincaram com meu sonho, com o sonho da minha família, com o sonho dos meus filhos. [...]. Quando a gente ocupou as casas populares, foi por esse motivo, porque eram nosso dinheiro público, nosso dinheiro de novo que estava naquelas casinhas, estavam sendo depredadas, as casas já estavam, algumas já estavam todas nas telhas. Conclusão, não tinha mais nada (Rafaela Ribeiro, 2023).

De acordo com sua narrativa, antes de ocupar o Residencial Parintins, ela morava em outra ocupação denominada Nova Conquista³¹, atual ocupação do Pascoal Alágio. Ela também explicou que seu objetivo era garantir o direito à moradia e transformar o Residencial Parintins num ambiente com serviços essenciais, como transporte, educação, saúde e trabalho.

Rafaela Ribeiro é líder do movimento e participa ativamente na luta pelo direito à moradia dela e de outras famílias, sua trajetória adentra no espaço de discussão sobre protagonismo feminino e cria fortes conexões com a historiografia, espaço em que a mulher foi submetida à exclusão por séculos, junto com outros grupos como os escravos, os índios, os judeus e os homossexuais, como afirma Del Priory (1998, p. 217). É graças a uma nova historiografia e especialmente às inúmeras mulheres que não se conformam com a desigualdades, que hoje temos uma relativa ascensão da presença feminina na escrita da história e na igualdade de direitos.

³¹ O Nova Conquista é outra área de ocupação de terras adjacente ao Bairro Pascoal Alágio, mas que não é tratada neste trabalho.

Faz-se necessário esclarecer que as mulheres que colaboraram para a realização deste trabalho e outras milhares de famílias das ocupações do Pascoal Alágio, Castanhal e Residencial Parintins continuam na luta pela garantia das terras, reivindicando também por mais dignidade, como o direito ao transporte, à saúde de qualidade, ao trabalho digno, à escolaridade e serviços básicos de infraestrutura para dentro das ocupações.

Considerações finais

Este trabalho foi pensado para iluminar narrativas de mulheres que estiveram envolvidas na militância pelo acesso à moradia na cidade de Parintins e para ser uma contribuição para as produções acadêmicas sobre o protagonismo feminino no interior do Amazonas, despertando o interesse pela história das mulheres na luta por direitos sociais.

Com este trabalho, vimos que a história de mulheres periféricas engajadas em movimentos urbanos rompe com essa invisibilização, tornando-as sujeitos históricos. Com o apoio da metodologia da História Oral, capturamos a singularidade de cada depoimento, saindo de um lugar de esquecimento para o lugar do conhecimento histórico.

Por fim, a expectativa da *melhoria de vida* é um ideal que permeia o imaginário da classe trabalhadora, na busca por usufruir bens sociais como moradia e trabalho para sobreviver. É imprescindível destacar que existe uma identidade comum entre as colaboradoras, mães, trabalhadoras e donas de casa, que compartilhavam das mesmas experiências de resistência, em lugares diferentes e tempos diferentes, pela mesma causa.

- CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* – Sobre histórias e historiadores. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019.
- UGARTE, M. L. Caminhos da história das mulheres no Amazonas. In: QUEIRÓS, C. A. B. (org.). *Historiografia Amazonense em Perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020, p. 233-247.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- PORTELLI, A. "História Oral: Uma relação dialógica. In: PORTELLI, A. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 9-25.
- PORTELLI, A. *História Oral e Poder*. Mnemosine. v. 6, n. 2, 2010.
- PORTELLI, A. *O que faz a História Oral diferente*. Proj. História. São Paulo, (14), fev, 1997, p. 05.
- SAFFIOTTI, E. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SOUZA, J. C. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: Educ, 1995.



Vivências de mães trabalhadoras na cidade de Manaus (1970-2000)

Jordana Caliri³²

Considerações iniciais

A partir de 1970, Manaus sofreu uma série de mudanças em suas características físicas e sociais. Sua população e seu território sofreram um aumento significativo. Um grande número de migrantes veio para a cidade buscando melhores condições de vida. Dentre os motivos apontados para essa movimentação de pessoas, estava a criação da Zona Franca de Manaus. A partir desta, foram divulgadas intensas propagandas de progresso e de modernização sobre a cidade de Manaus. Nesse momento, destacamos o grande número de mulheres que vieram para a cidade, buscando emprego e uma melhor qualidade de vida.

Nesse contexto de expansão da cidade de Manaus, nossa pesquisa investiga, dentre as mulheres trabalhadoras, particularmente as mães. Aquelas que, durante o período estudado, trabalhavam e cumpriam a tarefa de maternas. Procuramos analisar a relação entre a maternidade e o trabalho, percebendo quais eram os desafios e as dificuldades

32 Doutoranda em História pela Universidade Federal do Amazonas. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas e da Secretaria Municipal de Educação. jordanacaliri@gmail.com

enfrentadas pelas mães trabalhadoras nesse momento. Partimos do pressuposto que ser mãe adicionava uma carga física e emocional muito elevada sobre o dia a dia dessas trabalhadoras, visto que essas mulheres possuíam a responsabilidade, na maior parte das vezes exclusivamente, de criarem seus filhos e sustentarem a casa.

Desta forma, através de entrevistas orais, realizadas na cidade de Manaus no ano de 2023, com ex-operárias do Distrito Industrial e de dois processos judiciais, um processo criminal e outro processo de destituição de pátrio poder³³, esse capítulo apresenta como objetivo demonstrar que as mães trabalhadoras enfrentavam situações adversas para cuidar de seus filhos e, ao mesmo tempo, trabalhar fora do ambiente domiciliar. Nesse contexto de inserção do migrante na cidade, de busca por empregos, muitas vezes de baixa remuneração e de extenuantes cargas horárias, analisaremos as vivências dessas mães trabalhadoras, onde muitas eram migrantes e sozinhas, na tentativa de conciliar a maternagem e o trabalho.

Importante, nessas considerações, descortinar algumas questões sobre a maternidade. A maternidade foi idealizada e construída socialmente, e, dessa forma, tornou-se uma sobrecarga para a mulher, na medida em que ela passou a ser exclusivamente responsabilizada pelos cuidados com as crianças. Sendo assim, de acordo com Collin e Laborie (2009), a maternidade se constitui, ao mesmo tempo, como uma singularidade valorizada, na medida em que tem a capacidade de gerar uma vida, uma função social, através da qual pode se reivindicar direitos e, ao mesmo tempo, uma das formas de opressão. Sendo assim, é fundamental trazer à tona significados que contrapõem com a visão romantizada sobre a maternidade. Além disso, é importante destacar que, na historiografia nacional e regional, ainda é uma área que

33 Esses processos se encontram disponibilizados no Arquivo Central Júlia Mourão de Brito. São oriundos do Tribunal de Justiça do Amazonas.

apresenta uma carência de pesquisas. Ela está presente em muitas discussões, mas não como objeto central dos estudos. Desta forma, torna-se importante pesquisar sobre as mães trabalhadoras da cidade de Manaus.

Diante desses novos olhares sobre a maternidade, percebemos que diversas foram as histórias vivenciadas por essas mães, sendo que estas, em um determinado momento da vida, viram-se sozinhas para sustentar e cuidar de seus filhos. Mulheres que estavam sozinhas para suprir as necessidades financeiras de suas casas e que, para isso, tiveram que empreender diferentes estratégias, como por exemplo, trabalhar em empregos exaustivos e inflexíveis. E no momento em que não conseguiam cumprir as tarefas que lhe foram atribuídas, eram condenadas moralmente e criminalmente pela sociedade.

A pressão de parir vem deles, mas a obrigação de cuidar é somente delas

Andrea O'Reilly teorizou o Feminismo Matricêntrico, através do qual propôs uma teoria, política e práticas feministas, cujas ideias seriam centradas no materno. A partir dessa teoria, ela sugere a inclusão dos temas maternidade e maternagem nos debates feministas contemporâneos. Além disso, O'Reilly também propõe que essa nova corrente se relacione com outras teorias, ativismos e práticas feministas. (O'Reilly *apud* Mendonça, 2021) A maternidade feminista seria uma oposição à maternidade patriarcal, na medida em que age no sentido de empoderar as mulheres. Assim, a maternidade feminista se refere a qualquer prática da maternidade que promova mudanças em aspectos da maternidade patriarcal que limitam ou oprimem as mulheres (O'Reilly *apud* Soares, p. 68).

Além disso, O'Reilly propõe que a maternidade patriarcal é constituída e mantida através de dez preceitos ideológicos que acabaram tornando a maternagem uma fonte de opressão

para a mulher: essencialização, privatização, individualização, naturalização, normalização, idealização, biologização, especialização, intensificação e despolitização da maternidade (O'Reilly, 2013). Partindo desses preceitos do feminismo matricêntrico, que busca se opor à maternidade patriarcal, analisamos experiências de maternagens na cidade de Manaus, entre as décadas de 1970 a 2000.

Inicialmente, torna-se importante destacar que as relações familiares variaram no decorrer da história. Essas mudanças estavam associadas a uma série de comportamentos e hábitos estabelecidos por diversas sociedades que existiram ao longo do tempo. A questão do cuidado com as crianças também foi um exemplo dessas ações que variaram na história. Nem sempre houve um apego incondicional e vigilante sobre a criança. Somente a partir do século XVIII a criança assumiu um protagonismo nas relações familiares e, ao mesmo tempo, a partir do surgimento do amor nas relações, nasceu o amor materno. E, com este, foram construídas as imagens sobre a figura da mulher, de mãe devotada e amorosa. Diversos discursos, como os médicos, políticos e religiosos, contribuíram para que a mulher viesse a assumir as funções relacionadas ao ambiente familiar (Badinter, 1985).

Dessa forma, ao longo do tempo, a mulher foi se constituindo nesse papel basilar dentro da família. E, conseqüentemente, a mãe que era devotada e dedicada ao lar e aos filhos, passou a ser muito estimada pela sociedade. A partir dessas novas funções atribuídas às mulheres, destaca-se o papel da maternagem⁵⁴, ação que engloba todas as

34 O termo maternagem encontra-se presente em diversas áreas do conhecimento para designar os cuidados com bebês e crianças. Utilizamos para esse estudo o conceito de *mothering*, surgido a partir de 1980, por pesquisadores norte-americanos da área de estudos maternos (O'Reilly *apud* Mendonça). Importante destacar que utilizamos a tradução do termo realizada no estudo de Mendonça. MENDONÇA, M. C. A Maternidade na publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto.

experiências, físicas e emocionais, vivenciadas pelas mães no ato de cuidar de seus filhos (O'Reilly *apud* Mendonça). Importante, em nosso estudo, destacar a relação entre maternidade e maternagem. Nessa idealização de mulher constituída pela sociedade ao longo da história, a maternagem passou a ser inerente à maternidade, e, por isso, sempre associada à figura da mulher (Moura; Araújo, 2004). No entanto, ao se analisar a função biológica da maternidade, o ato de gestar uma criança, destaca-se uma distinção entre as duas práticas. A questão dos cuidados à criança pode ser exercida por ambos os gêneros, não precisa necessariamente ser realizada pela mulher. Além disso, o papel materno deve ser considerado de forma relativa e tridimensional, levando-se em conta todos os membros da família (Moura; Araújo, 2004).

Assim, reforçando a análise acima, o ato de maternar foi restringindo-se ao gênero e passou a ser, então, uma tarefa executada apenas por mulheres. A tarefa de cuidar da família, e, principalmente, do filho, caberia exclusivamente a elas. Destarte, as mulheres foram acumulando diversos afazeres nessa divisão social de papéis dentro da família, tarefa que nunca foi fácil e que pretendemos destacar em nosso artigo. Para a mãe que trabalhava fora do espaço doméstico, esses cuidados se tornavam exaustivos, pois faziam parte de uma jornada a mais exercida pela mulher. Nesse contexto, pretendemos discorrer sobre a relação das mulheres trabalhadoras e as práticas de maternagem.

Assim, a partir da nova concepção de maternidade, que teve seu início a partir do século XVIII, e que foi se intensificando ao longo do tempo, diversas características passaram a ser exigidas dessa mulher, como a abnegação e o amor incondicional (Badinter, 1985). Dessa forma, a mulher passou a cuidar muito mais da família do que de si própria, uma vez que suas necessidades não eram atendidas. Ela passou,

Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

assim, a assumir os méritos pelo sucesso, assim como também a culpa, caso o filho fracassasse. Assim, a sociedade, ao mesmo tempo em que glorificava a mãe que cumpria com as suas “obrigações”, passou a culpabilizar e castigar a mãe que fugia da sua missão, sendo vista como uma “mãe má” (Rocha-Coutinho, 1994). Todo esse processo moral sofrido pelas mães era muito doloroso, pois exigia delas uma grande dose de sacrifício.

Nesse sentido, o de culpabilizar a mãe que não cumpria com as suas “obrigações”, as mulheres trabalhadoras, pobres e sozinhas sofriam ainda mais essa pressão, uma vez que deveriam trabalhar incansavelmente para dar conta não só de garantir o sustento de seus filhos, como também de cuidar deles na outra parte do tempo que lhes restava. Citamos como exemplo o caso de Maria Barbosa, uma de nossas narradoras. Maria nasceu em Parintins e migrou para Manaus muito nova, pois foi trazida por sua tia para trabalhar na casa de uma senhora. Começou a trabalhar nas fábricas muito jovem, aos 15 anos de idade. Assim que seu filho nasceu, o pai da criança foi morar em outra cidade, ficando ela sozinha para cuidar de seu filho e, ao mesmo tempo, trabalhar para sustentá-lo. Ela trabalhava no terceiro turno de uma indústria do Distrito Industrial, que correspondia ao período da madrugada, e deixava seu filho dormindo em sua casa, sob os cuidados de outras mulheres conhecidas que moravam próximas à sua residência. Durante os primeiros anos de seu filho, ela possuía essa rotina, sendo a única forma encontrada por ela para trabalhar e maternar. Quando chegava da fábrica, ela fazia todas as tarefas da casa e somente após esses afazeres, ela recuperava o sono da noite não dormida. Esse caso é exemplar de muitas mães trabalhadoras que precisavam se desdobrar para cuidar dos seus filhos e trabalharem ao mesmo tempo fora de casa.

Em uma fábrica de tecelagem do Distrito Industrial, essa situação também era comum. O turno da noite era

escolhido pelas operárias, pois na visão delas, era muito melhor deixar os filhos dormindo do que acordados, pois dessa forma consideravam mais seguro. Além disso, elas estavam sempre contando com a ajuda de uma vizinha para socorrer a criança quando fosse preciso (Costa, 1984). Dessa maneira, podemos inferir que a maternagem de mães trabalhadoras era complementada por outras mulheres, algumas vezes por pessoas da mesma família e outras vezes por vizinhas e amigas, ou seja, essa tarefa continuava recaindo sobre as mulheres, uma vez que os homens se isentavam dessa obrigação de cuidar dos filhos.

Da mesma forma, nas entrevistas orais que realizamos, as mães também relataram as dificuldades que enfrentavam para exercer a maternagem. Maria da Silva, uma ex-trabalhadora do Distrito Industrial, hoje aposentada, nascida no interior do estado do Pará, nos relatou que muitos dias foram difíceis para ela. Ela saía cedo para o trabalho na fábrica e sua filha, ainda muito pequena, por diversas vezes, ficava na porta pedindo para ela não fosse trabalhar. Então, Maria chorou muitas vezes pelo fato de não poder ficar com a filha. Além disso, ela descreveu que era muito difícil depender de outras pessoas, pois nem todos os dias essas pessoas estavam disponíveis. Assim lembra, de forma pesarosa, Maria:

Muitos dias eu saía cedo, ela ia na porta assim chorando pra mim, pedindo né? Mas como tinha que ir então, foi muitas vezes, isso me lembro, muitas vezes chorei, muitas vezes de querer ficar com a minha filha, não podia porque trabalhava e tinha que trabalhar e quando a gente trabalha assim, ninguém pode estar faltando. Se você faltar vai ter que levar atestado e é o dia todo né? (Maria da Silva, 2022).

Em suma, conciliar o trabalho com a maternidade era muito oneroso para muitas dessas mulheres. Outra de nossas

narradoras, Eliete Alves, que começou a trabalhar jovem nas fábricas do Distrito Industrial, narrou em sua entrevista que quando estava exercendo a função de gerente de supervisão em uma das fábricas em que trabalhou, presenciou uma situação difícil em que a mãe não estava se alimentando, pois queria levar a refeição do almoço para os filhos. E quando ela foi conversar com essa mãe, obteve a seguinte resposta: “Poxa, mas deixa eu levar, eu tô deixando de comer porque eu não consigo comer e saber que meus filhos estão sem nada em casa” (Eliete Alves, 2022). E, assim, após uma conversa com o chefe, foi permitido que a operária levasse a refeição para casa, com a condição de que a mesma não poderia deixar de se alimentar. Eliete afirmou que essa foi uma das piores situações que presenciou durante seu emprego na fábrica. Afirmou também que, pouco tempo depois do acontecido, muitas mães operárias também passaram a fazer o mesmo pedido. Esse episódio demonstra que a situação financeira era muito difícil para muitas mães trabalhadoras. Diversas situações como essas ocorriam no momento em que as mulheres se dividiam entre os cuidados com os filhos e o trabalho fora do ambiente doméstico. Dessa forma, continuando a tecer considerações sobre essas situações vivenciadas por mães trabalhadoras, analisaremos o processo de M.A.S.S³⁵. Era um processo que tinha por finalidade a destituição de pátrio poder, tendo sido iniciado em 1985. A mãe das crianças era uma mulher trabalhadora, de 43 anos, que morava no bairro da Compensa, um bairro periférico da cidade de Manaus. Após largar o emprego em uma fábrica por insistência do companheiro, tendo sido abandonada por ele dois meses depois, ela passou a prestar os seguintes serviços: “para sobreviver, fazia parto, trabalhava de manicure, apanhava frutas no interior e vendia na cidade”.³⁶ Era mãe de seis filhos,

35 Processo N. 702. Ano 1985 – Vara Especializada de Menores.

36 Processo N. 702. Ano 1985 – Vara Especializada de Menores.

cujas idades variavam entre 7 meses a 17 anos de idade. Ela havia sido denunciada pelos vizinhos ao programa de televisão *Hora do Povo*, pois as suas crianças encontravam-se doentes. Através dessa denúncia, as autoridades encontraram suas crianças e quatro delas foram internadas no Hospital Infantil Dr. Fajardo³⁷ com um grave quadro de desnutrição. Foi um fato visto pela sociedade como descaso e irresponsabilidade da mãe. No processo em questão, é importante observar as justificativas de M.A.S.S. para que as crianças chegassem a tal estado.

Como mencionado em outro momento desse artigo, muitas mulheres na cidade, nas últimas décadas do século XX, exerciam atividades informais e mal remuneradas. Da mesma forma aconteceu com M.A.S.S., que desempenhou diversas atividades informais para sustentar seus filhos. Nesse ínterim, sua filha adoeceu de sarampo e catapora, ficando muito fraca. Em março de 1985, a mesma se inscreveu na LBV (Legião da Boa Vontade) para receber massa, além disso, passou a trabalhar como mãe orientadora. Ela descreveu que o leite era o principal item de alimentação em sua casa, pois as crianças o tomavam cinco vezes por dia. Ademais, almoçavam e jantavam peixe. No entanto, por falta de dinheiro, não tinha mais condições para comprar leite, e, assim, as crianças foram privadas desse alimento. M.A.S.S. creditava a esse fato o motivo das crianças terem ficado fracas e subnutridas. Elas encontravam-se desnutridas e desidratadas, assim indicou o receituário do hospital. Percebemos então, que a alimentação das crianças, que já era deficiente, piorou com a falta de condições financeiras da mãe.

Assim, M.A.S.S., sem conseguir mais sustentar os filhos, renunciou ao pátrio poder de seus três filhos menores, que seriam então entregues para adoção. O menor, de sete meses tinha como mãe biológica uma vizinha e a intenção de

37 Um importante hospital público infantil da cidade de Manaus.

M.A.S.S. era entregar-lhe de volta. As crianças foram para um lar temporário, e, assim, aguardariam novos tutores. M.A.S.S. não tinha parentes em Manaus, era natural do Acre e para lá pretendia retornar assim que o juiz concedesse licença para vender duas casas. Restava ainda a destituição do pátrio poder do genitor, o homem que havia abandonado M.A.S.S., o pai da criança que estava com 1 ano de idade. Essa havia sido a motivação para o início do processo. Foi dada a oportunidade para que o pai da criança se manifestasse, mas como isso não aconteceu, o juiz decretou a destituição do pátrio poder. Dessa forma, M.A.S.S., assim como muitas mães sozinhas e trabalhadoras, tentou de diversas formas garantir o sustento de seus filhos, empregou-se em vários tipos de atividades informais e mal remuneradas, e era dessa forma que ela tentava resistir às adversidades. Na tentativa de resistir, não conseguiu ajuda dos vizinhos, muito pelo contrário, foi denunciada como uma péssima mãe, ou seja, sofreu julgamento moral por parte da sociedade. Quando essa tarefa se tornou impossível, na medida em que não conseguiu garantir o sustento financeiro e os cuidados necessários para seus filhos, sua única saída foi abrir mão deles, uma vez que não encontrou apoio familiar ou governamental.

Continuando a dissertar sobre cuidados maternos, analisamos um processo criminal movido pela justiça pública contra uma industriária⁵⁸. Interessante observar, ao analisarmos um processo criminal, o que se constituía como crime nas diversas sociedades (Grinberg, 2021). No caso em questão, a mãe havia sido processada pelo crime de lesão corporal dolosa. H.M.B.S. era uma industriária de 25 anos de idade, montadora da empresa EXP da Amazônia⁵⁹, e era natural do estado do Rio de Janeiro. Suas duas filhas, D.S. e S.S., eram muito novas,

38 Processo n. 180. Ano de 1986 – Juízo de Direito da 2ª. Vara Criminal.

39 Nome fantasia da empresa para manter o sigilo.

tinham 4 e 5 anos de idade, respectivamente. Elas moravam no Bairro de São José, um bairro periférico da cidade de Manaus, juntamente com a irmã da industriária. No dia 27 de agosto de 1985, H.M.B.S. havia causado lesões em suas filhas. Ela havia sido denunciada por vizinhos ao Juizado de Menores. As duas filhas encontravam-se internadas no Hospital Infantil Dr. Fajardo.

Importante relatar a versão da industriária e de suas filhas sobre o caso. H.M.B.S. contou em seu primeiro depoimento, ainda na delegacia de polícia, que havia chegado em sua casa do trabalho por volta de 14h40. Quando entrou em sua casa, percebera a casa toda desarrumada e quando chegou ao quarto, vira que as crianças haviam jogado açúcar, farinha e açaí no chão e, além disso, o lençol da cama de sua irmã estava sujo de açaí. Em seguida, H.M.B.S. foi fazer um café para o lanche e viu que o café havia acabado, e, dessa forma, ela ficou desesperada e jogou água quente nas mãos de suas filhas. As mãos ficaram vermelhas, mas os ferimentos vieram a aparecer somente no dia seguinte. Afirmou ainda que estava bastante arrependida, que brigava e até mesmo batia em suas filhas, mas nunca as havia deixado com ferimentos. Sua filha depôs em seguida e repetiu os mesmos fatos que sua mãe, porém disse que a mãe bateu nelas com uma tábua e colocou a mão dela e de sua irmã no fogo. Disse ainda que a mãe só batia nelas quando faziam “traquinação”⁴⁰. A filha menor corroborou com a versão da irmã, que a mãe bateu com uma tábua e colocou seu dedo em cima do fogo, e que a mãe só batia quando desarrumavam a casa.

Depois do episódio, após receberem alta do hospital, as crianças ficaram sob a responsabilidade de terceiros. A filha maior ficou com uma atendente de enfermagem do hospital em que ela fora internada e a filha menor ficou com uma pessoa encarregada pelo tribunal para cuidar da criança. No entanto,

40 Processo n. 180. Ano de 1986 – Juízo de Direito da 2ª. Vara Criminal.

as duas pessoas relataram dificuldades em cuidar das crianças. A primeira disse que não podia cuidar, pois não tinha tempo para dedicar à criança. Enquanto a segunda pessoa disse que não queria ficar pois a filha menor não se acostumou, chorava todos os dias pela mãe e que desarrumava tudo em sua casa. Após todas as declarações, da mãe, das filhas e das pretensas cuidadoras, o delegado escreveu o relatório, onde constava que a mãe havia perdido o equilíbrio no dia do ocorrido, que fez o que fez, mas estava bastante arrependida e que a criança menor chorava todos os dias pela mãe. Além disso, não havia enviado o relatório do IML, pois não o recebeu. Podemos inferir que o delegado reconheceu as dificuldades que a mãe enfrentava para cuidar das crianças e, ao mesmo tempo, a falta que ela estava fazendo para as filhas.

A denúncia foi recebida pelo juizado e a audiência foi marcada. Novamente, H.M.B.S. foi interrogada e reafirmou o que tinha acontecido no dia, acrescentando novos detalhes. Morava juntamente com a irmã, e que essa vendia cosméticos e, por várias vezes, suas filhas mexiam nos produtos, causando prejuízos. Além disso, quando saía para o trabalho só podia contar com a ajuda de uma vizinha para cuidar das crianças. Relatou também que, no dia seguinte ao acontecido, levou suas filhas ao pronto-socorro. As crianças não estavam frequentando nenhuma escola, mas no período do julgamento passaram a frequentar uma creche. Afirmou ainda que, esporadicamente, batia com colher de pau nas mãos das crianças, mas não lhes causava nenhuma lesão. Seu advogado ainda acrescentou, em sua defesa, que no período do acontecido, ela estava sofrendo ameaças de demissão na empresa. Além disso, fora abandonada pelo companheiro, cujo paradeiro era desconhecido. Após esse depoimento, o processo percorreu um longo caminho de alguns anos e acabou prescrevendo. Assim, em maio de 1991, o juiz decretou a extinção da punibilidade em favor da industriária.

Importante levantar algumas questões sobre o fato ocorrido. Devemos considerar que H.M.B.S. estava inserida em um modelo de sociedade patriarcal, onde uma de suas manifestações é a violência. E esse tipo de ação, a violência patriarcal, se baseia na aceitação de que um indivíduo mais forte possa controlar outros, utilizando-se de mecanismos coercitivos. Entre as várias formas tomadas por esse tipo de violência, temos a que acontece no âmbito do lar, ou seja, a violência doméstica. E essa pode acontecer tanto entre os casais, como entre adultos contra crianças, sejam esses adultos homens ou mulheres. As mulheres, por ainda serem responsáveis pelos cuidados com as crianças e estarem inseridas em uma cultura de dominação, ainda utilizam a força coercitiva para manter o seu domínio (Hooks, 2018). Dessa forma, a industriária agiu de acordo com o sistema no qual estava inserida, sistema esse que naturalizou a hierarquia e a violência para manter o controle sobre as crianças.

Uma outra situação a ser levantada é sobre a saúde mental dessa mulher trabalhadora. Uma jovem trabalhadora que precisava cuidar sozinha das filhas. Ela trabalhava em um local que exigia dos funcionários disciplina e ordem, o que impunha um ritmo de trabalho extremamente exaustivo. Como já foi mencionado em outro momento desse capítulo, as operárias trabalhavam muitas horas seguidas nas fábricas do Distrito. Quando a industriária chegava em casa, já vinha dessa rotina de trabalho cansativa, tendo que dar conta dos afazeres domésticos e de cuidar das crianças. Como estava a saúde mental dessa mãe para que ela cometesse esse ato contra as filhas? A vida de uma mulher, trabalhadora e pobre ocasionava muitas questões que certamente impactavam em sua saúde mental. Ser mãe adicionava atribuições que repercutiam na vida dessas mulheres. A partir da gravidez e do nascimento do filho, as mudanças são muito significativas, deixando as mulheres em um grau elevado de vulnerabilidade, na medida

em que elas lidam com uma gama intensa de sentimentos (Guedes, 2012).

Além disso, um outro aspecto importante a ser levantado era a falta de políticas públicas existentes para a saúde mental da mulher, problema que persiste até a atualidade. Importante destacar que a saúde da mulher só começou a ser pensada a partir de 1970, a partir de políticas públicas voltadas para a gestação, cuja maior preocupação era o desenvolvimento do feto. Nas décadas seguintes, que seriam as últimas décadas do século XX, a saúde mental não fazia parte dos programas de assistência à mulher (Guedes, 2012). Dessa forma, podemos constatar que a industriária não dispunha de nenhum tipo de assistência, seja ela médica, governamental ou financeira. Somente caberia a ela sofrer as consequências dos atos que exercia na prática da maternagem. Provavelmente, esse episódio poderia ter sido evitado se a mesma possuísse algum tipo de suporte humano, médico ou material.

Esse caso evidencia também uma outra estratégia utilizada por muitas mães trabalhadoras, que consistia em deixar os filhos sozinhos em casa sem a companhia de um adulto. Isso acontecia porque muitas mães se viam na impossibilidade de conseguir alguém para cuidar de suas crianças ou não conseguiam vagas em creches públicas, ao mesmo tempo em que precisavam sair para trabalhar. Diante desse dilema, a única solução encontrada por essas mães, muitas vezes, era deixar os filhos em casa sozinhos, à mercê de acidentes domésticos ou pessoas mal-intencionadas entrarem em suas casas. Algumas situações desse tipo também foram evidenciadas em nossa pesquisa através de outros processos. Como foi o caso de L.M.R.S⁴¹, de 30 anos, uma industriária que era mãe de 3 filhos, com idades de 9, 5 e 4 anos. A única solução encontrada por ela para conseguir trabalhar foi deixar

41 Processo N. 279, Ano 1993 – Juizado da Infância e da Juventude.

as crianças em casa sozinhas, como ela relatou no processo, ao entregar seu quarto filho para a adoção. Com certeza, apesar de necessária, não era uma medida fácil adotada pela mãe. E, se alguma coisa viesse a acontecer com essas crianças, certamente as mães seriam condenadas moralmente ou, até mesmo, criminalmente pela sociedade.

Como já foi mencionado em outro momento do capítulo, juntamente com a responsabilidade de criar e cuidar da criança, veio a culpa por não corresponder às expectativas da sociedade. A sociedade lançava mão de diversas narrativas, por exemplo, o discurso de que cuidar era intrínseco à natureza delas, que elas deveriam assumir essa figura de responsabilizar-se pelos filhos. E, na medida em que elas não conseguiam assumir o seu “dever”, se sentiam cada vez mais culpadas (Badinter, 1985). Para as mães que trabalhavam fora, o peso da culpa era ainda maior. Uma de nossas narradoras, Maria Rodrigues, uma operária do Distrito Industrial que também teve que conciliar o trabalho na fábrica com o trabalho de cuidar de seus filhos, descreve bem esse sentimento que lhe ocupava a mente, por não conseguir cumprir as duas tarefas plenamente. Narrou em sua entrevista o quão culpada se sentia por ter escolhido trabalhar em uma fábrica e maternar ao mesmo tempo. Assim descreveu o seu dilema:

Hoje em dia eu carrego essa culpa, entendeu? Eu carrego essa culpa de ter me enfiado dentro de uma fábrica, de ter me enfiado de cara no trabalho e ter deixado faltar como mãe, entendeu? Só quem tá lá dentro que entende a situação de cada mãe. (...)Teve mães que eu tiro o chapéu que foram mães mesmo e batalhadoras, que fizeram tudo. Tava ali por um propósito, sabe? Foram mães. Eu tenho orgulho de dizer que eu tive amigas que hoje em dia já se foram, que foram mães, entendeu? Mas a duras penas porque sempre ficava uma faltando: se você

queria ser mãe e industriária você não ia ter tempo mais de ser mulher, você tá entendendo? Se você era as três, alguém tava sobrando ali, alguém tava faltando alguma coisa, no meu caso foi esse, eu fui as três e falhei em algumas partes como mãe (Maria Rodrigues, 2023).

Maria Rodrigues identifica, em sua fala, o significado de ser uma boa mãe, atribuindo a algumas amigas esse papel. Dessa forma, inserida em uma sociedade que impunha o papel de mãe exemplar às mulheres, ela não consegue sequer cogitar que conseguiu desempenhar bem a maternagem. Assumindo a culpa que lhe conferiram, aceita que é uma missão muito difícil, senão impossível, cuidar dos filhos e trabalhar. Entende a maternidade como uma missão exclusivamente sua e, por isso, acredita que falhou nesse papel. Carrega consigo uma culpa não compartilhada com mais ninguém, nem mesmo com o pai de seus filhos.

Considerações finais

Muitas mulheres trabalhadoras da cidade de Manaus, pobres e sozinhas, como ficou evidenciado em nossa pesquisa, enfrentaram situações difíceis para exercer um papel que a sociedade lhes havia incumbido, que era o de cuidar e se responsabilizar pelas crianças. Assim, de acordo com a sociedade, elas possuíam a obrigação de gerar em seus ventres essas crianças, como se fosse um dever público, mas o exercício de maternas era algo privado, somente elas seriam responsabilizadas. Mesmo nos momentos mais difíceis, elas não encontraram apoio emocional, físico ou financeiro. Elas tinham que resistir e cuidar da melhor forma da vida de seus filhos. E, quando isso não ocorria, elas eram denunciadas, apontadas e vistas como más mães. E, além disso, eram obrigadas a conviver com o peso da culpa por não terem conseguido.

- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- COLLIN, F.; LABORIE, F. Maternidade. In: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 133-138.
- COSTA, H. L. C. *Patriarcado e dominação capitalista - Uma análise da reprodução da subordinação feminina, do espaço doméstico ao espaço fabril*. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1984
- GRADVOHL, S. M.; OSIS, M. D.; Makuch, M. Y. *Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade*. Pensando Famílias, p. 55-62, 2014.
- GRINBERG, K. Processos Criminais: A história nos porões dos arquivos judiciários. In: LUCA, T. R.; PINSKY, C. B. (orgs.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- GUEDES, A. P. *Saúde mental e maternidade: subsídios para as políticas de saúde mental no Paraná*. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- MENDONÇA, M. C. *A Maternidade na publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto*. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.
- MOURA, S. M. S. R.; ARAÚJO, M. F. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, p. 44-55, 2004.
- O'REILLY, A. "It saved my life": The National Association of Mothers' Centres, Matricentric Pedagogy and Maternal Empowerment. *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*, Toronto, v. 4, n. 1, p. 185-209, Spring/Summer, 2013.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SOARES, A. C. E. C. *Uma mãe feminista construída nas "Crônicas de Mãe"*. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, Minas Gerais, v. 36. n. 2, p. 53-78, 2023.

Fontes Orais

ALVES, E. [fev., 2023]. Entrevistadora: Jordana Caliri. Manaus, AM. 15 de fev. de 2023.

BARBOSA, M. [abril, 2023]. Entrevistadora: Jordana Caliri. Manaus, AM. 12 de abril de 2023.

RODRIGUES, M. [mar., 2023] Entrevistadora: Jordana Caliri. Manaus, AM. 30 de março de 2023.

SILVA, M. [mar., 2023] Entrevistadora: Jordana Caliri. Manaus, AM. 21 de março de 2023.

Processos Judiciais

ARQUIVO CENTRAL JÚLIA MOURÃO DE BRITO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS.

Processo N. 702. Ano 1985 – Vara Especializada de Menores.

Processo n. 180. Ano de 1986 – Juízo de Direito da 2^a. Vara Criminal.



Terceirização, flexibilização de direitos e experiências de trabalhadoras de limpeza na Universidade Federal do Amazonas/UFAM (1990-2023)

Mônica Xavier de Medeiros⁴²

Patrícia Rodrigues da Silva⁴³

Desde que o capitalismo se estruturou como um sistema econômico a partir da Revolução Industrial Inglesa, transformando a força de trabalho em mercadoria, as relações de trabalho têm sofrido profundas modificações. A separação do trabalhador/servo de seus meios de produção possibilitou ao burguês/capitalista o acúmulo de capitais resultante da exploração da mais-valia, como Marx (2013, p. 833-855) nos ensinou desde o século XIX.

42 Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Pós-doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas/PPGH/UFAM. Professora do curso de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Parintins/CESP da Universidade do Estado do Amazonas/UEA.

43 Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Pós-doutorado em andamento no Prof. História/Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. É professora da Universidade Federal do Amazonas/UFAM na graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História/PPGH.

Essa lógica primeira e fundamental alicerça toda a sociabilidade capitalista, que tem passado por reformulações frente às sucessivas crises, resultantes de suas próprias contradições internas. Ao longo do século XX, o gerenciamento científico adentrou o espaço fabril e garantiu o desenvolvimento e controle na produção de mercadorias e nas relações trabalhistas. O Taylorismo e o Fordismo se configuraram por muito tempo como grandes soluções para o controle da produção, aumentando a produtividade e, conseqüentemente, a exploração e espoliação da força de trabalho das classes trabalhadoras. Conforme nos assevera Antunes:

[...] entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções, pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição, consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (Antunes, 2003, p. 25).

Na atualidade, experimentamos as reformulações sociais e econômicas resultantes da crise do capitalismo mundial, que se desdobra desde os anos 70 do século XX. As relações sociais e econômicas têm assumido novas características e adentra as diversas dimensões da vida social, o que afeta a humanidade em sua totalidade.

O processo de flexibilização dos direitos do trabalho no Brasil se insere nesse contexto mais amplo e contemporâneo

da sociedade capitalista, em seu caráter neoliberal que tem impactado os processos de reforma do Estado e tem levado a uma retroação da legislação trabalhista e, conseqüentemente, tem afetado de forma impactante as classes trabalhadoras.

Alves nos assegura que:

A crise do capital como crise estrutural ocorre a partir de meados da década de 1970. Ela tem sido objeto de consideração de vários autores que constataam o esgotamento de um ciclo de desenvolvimento capitalista. Mas o que existe hoje é a passagem para uma nova época histórica do capital com um novo modo de controle socio-metabólico. O ciclo capitalista continua ativado, com altos e baixos na conjuntura da dinâmica econômica, instável e volátil devido a aguda financeirização da riqueza capitalista (Alves, 2007, p. 148).

A crise que teve seu início em 1973 e cujo estopim foi a crise do petróleo (Mészáros, 2009), foi uma crise estrutural do capitalismo, segundo Mészáros, na medida em que “se estende e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana” (Mészáros, 2009, p. 130). A flexibilização dos processos e relações de trabalho tem sido amplamente adotada e no Brasil não foi diferente, a flexibilização entrou de forma incisiva nos novos padrões de relações de trabalho. Como explica Fonseca *et al.*:

A acumulação que proporciona o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (2012, p. 72).

Isso tem um grande impacto sobre a força de trabalho, a flexibilização das condições e das relações de trabalho vem

estrangulando violentamente os direitos trabalhistas. É no contexto dessa crise estrutural que o capitalismo se reorganiza e produz novas formas de produção e organização do mercado, a chamada reestruturação produtiva do capital, cuja face se desdobra no Toyotismo⁴⁴ e Neoliberalismo.

Esse movimento de reestruturação do capitalismo e a flexibilização das relações de trabalho se dá com a emergência do chamado neoliberalismo, essa doutrina que resgata os princípios liberais já apregoados desde o século XVIII e as insere às demandas e exigências do “novo” mercado, quais sejam, a “privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional” (Druck; Antunes, 2015, p. 19).

É ainda Druck e Antunes que nos alertam para o fato de que:

O capitalismo, em suas décadas mais recentes, vem apresentando um movimento tendencial em que terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da sua lógica (2015, p. 19).

Nessa direção, observa-se que há um aprofundamento da crise que se desdobra no âmbito da exploração desenfreada, na retirada de direitos sociais, na flexibilização dos direitos trabalhistas e na exploração da natureza, pretendendo

44 O Toyotismo surge no interior de uma indústria automobilística, a Toyota no Japão. O Toyotismo não produz em massa, mas conforme a demanda (produção flexível); não há uma fragmentação do trabalho em tarefas individuais, mas uma exigência que o trabalhador execute uma pluralidade de tarefas; é exigido também o melhor aproveitamento possível do tempo de trabalho. Ver mais em: ALVES, G. *Dimensões da Reestruturação Produtiva*: ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/DRP.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

recompor o capital, voltando a aumentar as taxas de lucro. Antunes (2003) pondera que:

Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente (p. 26).

No Brasil, é a partir dos anos de 1990 que se dará a entrada definitiva nesse processo do neoliberalismo. Dessa forma, os mundos do trabalho vêm vivenciando esse processo de profundas transformações. A inserção do país na política e economia neoliberal, a chamada globalização e o processo de reestruturação capitalista vem impactando de forma indelével as relações de trabalho e, conseqüentemente, a vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

É nesse conjunto de mudanças na produção e nas relações de trabalho que podemos compreender a reestruturação produtiva do capital, que tem se dado através das inovações tecnológicas, implementando novos padrões de gestão e organização do trabalho e, assim, estabelecendo novas relações políticas entre patronato e trabalhadores/sindicatos.

Como já explicitado, esse processo trouxe um forte impacto nas concepções e relações de trabalho, bem como na vida cotidiana das classes trabalhadoras, ou seja, uma paulatina precarização do trabalho, caracterizada fundamentalmente pela intensificação (e a ampliação) da exploração da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; e pela fragmentação social nas cidades em virtude do crescimento exacerbado do desemprego em massa. Dentre os grupos de trabalhadores afetados por todas essas mudanças, as mulheres, sem dúvidas, tem sido as mais

atingidas, uma vez que a elas ainda persiste o fardo da dupla (às vezes, tripla) jornada de trabalho.

Sobre o trabalho feminino, Saffioti afirma:

A mulher das camadas sociais diretamente ocupada na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu enquanto unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental (2013, p. 61-62).

Com isso, Saffioti quer evidenciar que as mulheres das camadas menos privilegiadas sempre trabalharam juntamente com sua família, inclusive as crianças (filhos) e que a conquista das mulheres do direito ao trabalho refere-se àquelas que não estavam incluídas no mercado de trabalho, geralmente mulheres das elites. Porém, o trabalho feminino não ocorre, historicamente, sob as mesmas condições que o trabalho masculino.

A organização patriarcal da sociedade no pré-capitalismo atribuía incapacidade civil à mulher, tornando-a juridicamente dependente de seus maridos, isso valendo mesmo para aquelas que trabalhavam, assim, quando o capitalismo se estrutura o faz sob essa base de desigualdade civil entre mulheres e homens, nos diz Saffioti:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado

pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da economia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (2013, p. 65-66).

A sociedade capitalista não elide o trabalho feminino, mas as mulheres, ao serem vistas como um contingente humano subvalorizado, são marginalizadas (não excluídas) do processo de trabalho, tornando-as mais propícias à exploração. Além disso, há as “obrigações de mulher”, trabalho de cuidados com a família, que não é remunerado, resultando nisso num acúmulo de tarefas em que a mulher se viu exercendo dupla ou tripla jornada de trabalho. Como bem alertou Saffioti:

O trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina como feminina, diminuindo, para as empresas capitalistas, o ônus do salário-mínimo de subsistência, cujo “capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho” (1976, p. 41).

A desigualdade de homens e mulheres no mundo do trabalho permaneceu no capitalismo, ajustando-se e modificando-se conforme o embate com as lutas da classe trabalhadora e do feminismo, das relações econômicas/imperialistas entre o Norte e o Sul global e o advento do neoliberalismo.

Mais recentemente, a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) aprofundou as desigualdades no país, precarizando ainda mais

o trabalho de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Outras legislações também foram aprovadas nesta época que visavam precarizar o mundo do trabalho e a vida dos trabalhadores, como a Lei de Terceirização (Lei 13.429/2017), a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019) e a Lei do Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016)⁴⁵.

Segundo Druck, Sena, Pinto e Araújo (2018, p. 114), “a terceirização não é um fenômeno novo no capitalismo, no Brasil, começou nas áreas rurais com o sistema de gato/trabalho intermitente, mas está presente desde os primórdios da industrialização”. Apesar de não ser um fenômeno novo, como citam os autores, desde a década de 90 do século XX, ocorreu um salto de qualidade na sua utilização, inclusive no serviço público, quando a terceirização começa a fazer parte das medidas de flexibilização do mundo do trabalho impostas pela globalização/neoliberalismo.

O Enunciado 331/1993⁴⁶, do TST, reconheceu a validade jurídica da terceirização, vedando vínculo trabalhista nestes casos, proibindo-a apenas para as atividades-fim⁴⁷ e não temporárias de empresas ou instituições públicas. Essa abertura à Terceirização possibilitou, segundo Lima (2010, p. 17), que as empresas eliminassem setores produtivos, administrativos ou

45 A aprovação dessas leis que precarizaram a vida do trabalhador(a) ocorreram após o golpe jurídico parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff, mostrando o caráter elitista do processo de impeachment.

46 O Enunciado ou Súmula sintetiza vários julgamentos de uma controvérsia jurídica, servindo como âncora-interpretativa (jurisprudência) sobre o tema. Neste caso, o enunciado 331 foi realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, pois os litígios de casos concretos sobre terceirização acabavam indo para o Tribunal.

47 A Atividade-fim foi interpretada como atividade principal, o escopo de uma empresa ou instituição pública no Enunciado 331 do TST. É um posicionamento controverso, entretanto, pois sabemos que para a realização de uma atividade dita fim (por exemplo, uma cirurgia num hospital), é fundamental que o serviço de limpeza esteja bem-feito.

de serviços, considerados complementares às suas atividades fins e transferissem sua realização para outras empresas (Lima, 2010, p. 17).

A potencialização da precarização do trabalho feminino a partir da Lei 13.467, de 2017, veio da ampliação da legalidade da flexibilização ampla e irrestrita dos contratos de trabalhadores (atividades ditas fim e meio), por meio da Terceirização e como assevera Assunção (2013), “a terceirização tem rosto de mulher”. A autora, refletindo sobre a tendência adotada no Brasil, nos mostra que:

[...] o Brasil seguiu a tendência de flexibilização e precarização do trabalho como forma de redução de custos e aumento de lucros das empresas. Com a inserção decidida do neoliberalismo no Brasil, o processo de terceirização começou a avançar de maneira significativa a partir de 1990 e passou a ser reconhecido legalmente em 1993. Os serviços que mais foram terceirizados no Brasil são os de limpeza, vigilância, e no último período houve um boom do telemarketing. Se compararmos com os trabalhadores formais ou efetivos, os trabalhadores terceirizados ganham cerca de um terço de seus salários (Assunção, 2013, p. 51).

As experiências das Trabalhadoras de limpeza na UFAM

Como nos coloca Portelli, a História Oral é, em linhas gerais, o uso das fontes orais na História ou nas Ciências Sociais e como tal, essas fontes estão sujeitas ao mesmo escrutínio crítico que todas as outras fontes, mas a História Oral nos confere, também, algo mais específico que articula questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e ao diálogo (Portelli, 2016, p. 9-10).

Nesse sentido, o diálogo constituído em entrevistas com mulheres trabalhadoras terceirizadas do setor de limpeza da Universidade Federal do Amazonas possibilitou bem mais

do que o aprendizado sobre as suas condições de trabalho e precarização de direitos, proporcionou a compreensão da formação de uma parte da memória da História Social do Trabalho no Amazonas contemporâneo, e especificamente, por se tratar de mulheres permitiu a percepção da diversidade de experiências que envolvem a construção dessas memórias.

As narrativas orais também nos oportunizaram perceber como as trabalhadoras viveram esse momento de desestruturação do paradigma fordista nas relações de trabalho, como interpretaram a partir de suas vivências a nova conjuntura do capitalismo - o neoliberalismo - que se ergueu a partir da década de noventa do século XX.

Até o momento, entrevistamos mulheres que eram crianças ou jovens na década de 90, e cresceram sob o signo do neoliberalismo⁴⁸. Como nos lembram Dardot e Laval (2016), é errado pensar que estamos lidando sempre com o mesmo capitalismo, este apresenta diferentes conjunturas em sua historicidade. Partimos desses autores e consideramos que podemos refletir sobre as conjunturas diferentes do neoliberalismo, que apesar deste ser a forma contemporânea de organização do capitalismo, também possui sua historicidade. Afinal, o neoliberalismo da década de 90 do século XX é diferente do neoliberalismo atual.

O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilhamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam. (...) É um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (Dardot; Laval, 2016).

48 Para este artigo utilizaremos duas entrevistas realizadas na Universidade Federal do Amazonas na cidade de Manaus.

Não consideramos o neoliberalismo como sendo apenas um sistema de organização da economia, este se apresenta também como um sistema de valores que se espraia na sociedade e que objetiva a formação de subjetividades. Percebemos o neoliberalismo em muitas esferas da vida, como nas escolas e nas universidades com o individualismo e a meritocracia e no mundo do trabalho, onde difundiram-se valores como a cooperação com as empresas (a ideia de que o trabalhador é um 'colaborador') e a aversão às atividades sindicais.

As narrativas orais das trabalhadoras terceirizadas da limpeza na UFAM evidenciam não apenas as transformações no Mundo do Trabalho na contemporaneidade, mas as experiências de mulheres ao viverem essas mudanças. O neoliberalismo atingiu o Amazonas na década de 90 do século XX, no Distrito Industrial, com a reestruturação da produção, que levou a uma diminuição drástica no número de empregos. Elenise Faria Scherer, analisando os dados disponibilizados pela SUFRAMA⁴⁹, coloca:

A partir dos anos 90, percebe-se um decréscimo do emprego nas indústrias do ZFM⁵⁰. Em 1991, o processo produtivo contava com 58.875 trabalhadores; em 1996, cinco anos após, com 48.090 e encerrou o último ano do milênio com 39.652 empregos no Distrito Industrial. Isto significa dizer que na década de 90, a Zona Franca de Manaus excluiu do processo produtivo 37.146 trabalhadores, ou seja, uma média de 3.740 por ano (Scherer, 2004, p. 131).

Scherer (2004, p. 130) afirma que nos 'anos áureos' da Zona Franca, décadas de 70 e 80, o parque industrial chegou

49 Superintendência da Zona Franca de Manaus.

50 Zona Franca de Manaus.

a concentrar quase 90 mil trabalhadores, mas com o ajuste neoliberal observado na década de 90 e primeiros anos do século XXI, houve uma diminuição expressiva dos postos de trabalho, concomitantemente constata-se que houve um incremento da terceirização e da informalidade no mercado de trabalho amazonense.

Ao analisar os indicadores de desempenho do PIM⁵¹, percebemos um crescimento do nível de emprego efetivo⁵² a partir do ano de 2002. Porém, ao conversarmos com as entrevistadas para esta pesquisa, identificamos que para além da lógica das flutuações do número de empregos devido à reestruturação produtiva e às crises econômicas, as mulheres trabalhadoras vivenciam outras experiências, que as fizeram deixar os trabalhos nas indústrias:

Assim que terminei meu ensino médio (...) saí de uma empresa e fui pra outra (...) a última empresa que trabalhei foi numa de relógios, que trabalhava com supervisão. E de lá eu conheci o pai do meu filho, engravidei e passei três anos sem trabalhar, cuidando do meu filho e aí depois, quando ele começou ter uns quatro pra cinco anos, eu comecei a voltar a trabalhar, só que eu não voltei mais na produção (Entrevista Eliete de Souza Lima, 2023)⁵³.

Essa fala é da trabalhadora Eliete de Souza Lima, 32 anos, solteira, que em nossa conversa disse que logo após concluir o Ensino Médio começou a trabalhar no Distrito Industrial de Manaus, onde passou por várias empresas, mas que ao

51 Polo Industrial de Manaus.

52 Excluindo-se os contratos temporários e terceirizados.

53 Entrevista realizada com Eliete de Souza Lima, 32 anos, mãe de 1 filho, solteira, auxiliar de serviços gerais, trabalhadora terceirizada do setor de limpeza na Universidade Federal do Amazonas/UFAM em Manaus. Entrevista realizada em 04/12/2023.

engravadar teve que deixar o emprego para cuidar do filho. Vogel (2023), Bhattacharya (2019; 2023), Federici (2017) nos ajudam a compreender como que no capitalismo esse trabalho de cuidados, doméstico, tão importante para a reprodução da força de trabalho é visto como “trabalho de mulher”, além de ser invisibilizado.

A narrativa de Eliete nos ajuda a perceber como diversas situações se cruzam nas experiências laborais de trabalhadoras, influenciando suas carreiras, salários e ritmos de trabalho. Sobre todos os trabalhadores recaem as consequências das crises do capitalismo, que flexibilizam direitos e diminuem os empregos formais, mas sobre as mulheres, conjuga-se também, a responsabilidade do cuidado com os filhos, parentes mais idosos, cuidados com a casa etc.

Eliete ainda nos conta que para conseguir o emprego de auxiliar em serviços gerais na UFAM contou com a ajuda de seu irmão que já trabalhava na empresa terceirizada ADAP⁵⁴, responsável pelo serviço de manutenção na época:

Como eu tava sem trabalhar, passei um bom tempo cuidando do meu filho e não trabalhava mais, aí quando ele começou a ganhar quatro pra cinco anos, meu irmão botou meu currículo aqui, aí eu comecei no ano de 2016 na UFAM como auxiliar de serviços gerais (Entrevista Eliete de Souza Lima, 2023).

Esse trecho da entrevista de Eliete nos indica as estratégias que muitas trabalhadoras utilizam para conseguir um emprego nas empresas terceirizadas, que é a indicação de um parente ou amigo que já trabalhava lá, que formam uma rede de solidariedade.

Além disso, destacamos a forma que a Eliete se refere ao próprio trabalho doméstico e de cuidados que a afastou

54 ADAP Serviços de Limpeza Ltda.

do emprego nas indústrias do Distrito. Ela mesma diz que “estava sem trabalhar” e “já não trabalhava mais”. Essa fala é relevante, pois vemos acionados os mecanismos de formação da hegemonia do capitalismo em relação ao trabalho feminino, especificamente o trabalho de cuidados. Por hegemonia, entendemos segundo Willians:

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente (1979, p. 113).

A citação de Willians nos faz pensar sobre a construção social da invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados como um sistema vivido de significados e valores que é confirmado através das práticas sociais a que estão submetidas as mulheres desde criança, pois são ensinadas, através de brincadeiras, na escola, na família, que a elas cabe a execução desse trabalho como um ato de amor e dedicação. A invisibilidade desse trabalho representa uma economia ao capitalismo que deixa de investir, através de políticas públicas ou privadas, em construção de creches, lavanderias e restaurantes coletivos etc.,⁵⁵ ou no aumento do salário-mínimo.

55 A organização de creches e restaurantes coletivos que visam diminuir o trabalho doméstico imposto às mulheres não é impossível no capitalismo. Heleieth Saffioti discute que no século XX, por pelo menos duas vezes, as mulheres assumiram atribuições ditas masculinas nas fábricas durante a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais. Para tanto, os empregadores organizaram serviços como restaurantes e escolas maternais para atrair as mulheres casadas com

Além disso, as atividades domésticas que consistem em cuidar de crianças e idosos, arrumar e limpar a casa, lavar e passar a roupa, fazer compras em mercados, além de outros serviços são trabalho e dispendem força e energia das mulheres que o fazem, apesar de ser invisibilizado pela sociedade, e, por vezes, pelas próprias trabalhadoras⁵⁶. Esse trabalho pode ser, inclusive, quantificado, e já é medido em horas pelo IBGE⁵⁷.

Eliete nos narra as estratégias elaboradas por ela para poder voltar ao trabalho fora de casa. Além de contar com o apoio da sua rede familiar na hora da indicação ao trabalho, ela também pode contar com a ajuda da sua mãe para o cuidado com o seu filho:

Mônica - Quando você voltou a trabalhar com quem deixou o seu filho?

Eliete - Com a minha mãe, a minha mãe me ajudou bastante, até hoje. Até hoje ela me ajuda e tipo assim o pai do meu filho, nesse tempo a gente já tava se separando né, aí não tinha tipo assim como eu obter ajuda do pai dele, aí nesse tempo ela vinha cuidando dele né, enquanto eu trabalhava, até agora ela ainda cuida dele, só

filhos em idade pré-escolar. Terminados os conflitos, entretanto, e com a volta dos homens dos campos de batalha, o trabalho feminino regrediu para os níveis anteriores (SAFFIOTI, 2013, p. 79 e 80).

56 Federici (2017) discute que o movimento feminista da década de 70 do século XX criticou a ideia de que as “donas de casa” estariam fora das relações capitalistas porque o trabalho doméstico não seria assalariado, nesse sentido organizaram campanhas reivindicando a remuneração salarial para o trabalho doméstico, pois este seria imprescindível para o sistema capitalista, pois suas atividades reproduzem a força de trabalho.

57 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segundo o Censo de 2022, mulheres dedicam quase o dobro de horas a mais em serviços domésticos do que os homens. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Consulta realizada em 24/03/2024.

que agora ele já tá bem grandinho, ele tá com doze anos.

As narrativas orais são como uma fusão entre o individual e o social (Portelli, 1996, p. 62). Eliete, ao lembrar a volta ao trabalho assalariado e a separação do marido, interpretou este momento atribuindo o sentido de que não podia contar em dividir a tarefa de cuidar do filho com o ex-companheiro e, por isso, necessitou da ajuda da mãe. A estratégia de compartilhar a criação dos filhos com familiares mulheres e vizinhas é utilizada amplamente pela classe trabalhadora feminina, assim, podemos sugerir que essa memória foi gestada através de experiências compartilhadas socialmente. A aceitação tácita de que a responsabilidade pelo filho era dela também é uma interpretação baseada em práticas sociais, advindas de uma organização societária patriarcal, que incute à mulher a responsabilidade pelos filhos estando casada ou não, além de exigir certos atributos morais do que é ser mulher e ser mãe⁵⁸.

Maria do Socorro Rodrigues Silva foi outra entrevistada da pesquisa. Ela é auxiliar de serviços gerais na UFAM, campus de Manaus, onde trabalha há cerca de seis anos, tendo passado por duas empresas: a ADAP e a atual PRESTA⁵⁹. É muito comum que, ao conversarmos com as trabalhadoras terceirizadas, elas percebam a passagem de tempo, a partir de quantas empresas já trabalharam, pois existe um limite máximo para a vigência dos contratos, que é de quatro anos, podendo haver adendo de mais um ano. Maria do Socorro já exerceu diversas atividades antes de chegar à UFAM, fazendo questão de ressaltar que todos seus empregos foram de carteira assinada. Quando

58 A pós-graduanda Jordana Caliri está fazendo uma exímia pesquisa sobre mães trabalhadoras em Manaus (1970-2020) junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFAM. Um artigo sobre essa pesquisa encontra-se nesta coletânea.

59 PRESTA Serviços Técnicos Eireli, empresa terceirizada com sede em Goiânia/GO.

conversamos, Maria do Socorro havia começado a tramitar seu processo de aposentadoria no INSS⁶⁰:

Eu já fui cobradora de ônibus muitos anos, eu fui frentista, eu trabalhei de frentista muito anos. **A minha carteira** a maioria é frentista, **já tô quase aposentada, né?** Por causa do Trabalho de frentista e depois eu trabalhei no distrito industrial de montadora e cheguei na limpeza, agora que eu trabalho de serviços gerais. (...) Todos de carteira assinada, graças a Deus. (...) Eu acho que eu tinha assim uns 20 anos de idade quando eu comecei a trabalhar. O meu primeiro trabalho foi de cobradora de ônibus na Viação Japiim, de lá para cá, eu trabalhei nas outras na EUCATUR, eu trabalhei na EUCATUR, eu trabalhei na São Lucas, na Vitória Régia. No mesmo de cobradora foi na Vitória Régia, eu passei 5 anos de Vitória Régia, eu saí e lá fiquei alguns dias desempregada, depois fui de frentista de petróleo mesmo, aí até quase o final mesmo foi de posto de gasolina.

O que está nas entrelinhas da narrativa da Maria do Socorro? A trabalhadora passa por muitas empresas em toda a sua vida laboral (últimos 30 anos), em que alterna momentos de desemprego, porém é apenas recentemente que o seu contrato de trabalho deixa de ser direto com a empresa onde presta o serviço e passa a ser com uma empresa interposta ou intermediária, ou seja, a trabalhadora cai nas tramas da terceirização. De acordo com as pesquisas e os estudos sobre os novos mundos do trabalho (Antunes, 2002; 2003; 2013; Braga, 2017; Assunção, 2013; Druck, 2015; 2018), sabemos que a terceirização e o aumento da informalidade são resultados da regulação neoliberal entre capital e trabalho, em que ocorre a precarização deste último.

60 Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS.

Entretanto, Eloísa Betti (2017), que estuda trabalho precário de mulheres na Itália através da metodologia da História Oral, discute que a percepção social da precariedade no emprego depende de fatores objetivos e subjetivos. Entre os fatores objetivos, temos: estabilidade no salário, continuidade e duração no emprego e a relação entre contrato de trabalho e direitos trabalhistas. Já entre os fatores subjetivos, há que se considerar: a percepção relacional entre o trabalho precarizado e as condições dos trabalhadores estáveis/efetivos/concursados; a autopercepção das condições de trabalho vividas e a percepção social do trabalho realizado.

Nesse sentido, para adentrar nas memórias produzidas pelas narrativas orais nas entrevistas dessa pesquisa, precisamos entendê-las no contexto geral de precarização das relações trabalhistas nestes tempos neoliberais, mas também articulando com os caminhos que o Mundo do Trabalho no Amazonas vem percorrendo e com a percepção que essas trabalhadoras teceram sobre suas próprias condições de trabalho, relacionando-as com as condições de outros trabalhadores com os quais convivem tanto na UFAM quanto fora dela. Assim, Maria do Socorro nos fala sobre o seu trabalho:

Ah eu adoro trabalhar, eu... eu gosto de trabalhar. Eu tenho uma amiga que pega 7 horas, que ela trabalha no outro setor aí a gente trabalha lá, depois vem para cá e dá uma fugidinha tomar um cafezinho ali que... né? Tomar um cafezinho para cá, é divertido, eu me sinto muito bem aqui porque eu tenho amigos. A gente conversa um pouquinho, trabalha, as pessoas me respeitam. Eu gosto do pessoal aqui. (...) E aí além disso tem o que que a empresa fornece de benefício também, né? Ela paga o salário-mínimo. Nós temos vale-transporte, nós temos o ticket alimentação que é 357 que veio agora e temos 189 de vale-transporte para ir e voltar. Todo mês cai, todo dia primeiro cai.

Ao pensarmos num recorte de tempo mais ampliado em que o cargo de serviços-gerais compunha o quadro de trabalhadores efetivos da Universidade através do concurso público, a terceirização compreende relações de trabalho precarizadas pelos baixos salários e pela maior rotatividade no emprego. A partir da década de 90 do século XX, com a generalização da terceirização, a partir do Enunciado 331 do TST, a função de limpeza nas Universidades passa a ser exercida unicamente através de empresas terceirizadas, extinguindo-se os concursos públicos para tal. Os trabalhadores que já eram concursados para a área passam por readaptação, sendo removidos para o setor administrativo.

Maria do Socorro não viveu essa experiência e avalia positivamente seu trabalho atual, sendo que o primeiro ponto de realce desse trecho da entrevista é o pertencimento a partir da sociabilidade do trabalho, onde diz ter amigos e ser respeitada. Outro ponto importante são os benefícios concedidos da empresa, como ticket alimentação e vale-transporte, que corroboram, em sua visão, na valorização do seu trabalho. Embora receba o salário-mínimo, com o desconto do INSS e FGTS, as suas experiências de trabalho não foram muito diferentes anteriormente, o que nos leva a crer que os baixos salários sempre foram realidade dos trabalhadores amazonenses e, ainda mais, nesse caso específico, por tratar-se de uma mulher. Sobre essa questão, Betti (2017) reflete sobre as mulheres que não se beneficiaram da mesma forma do boom econômico fordista vivido na Itália do pós-2ª guerra mundial. No contexto amazonense, em relação ao Distrito Industrial, local onde ambas as entrevistadas (Eliete e Maria do Socorro) trabalharam, tanto a professora Iraildes Caldas Torres, quanto a Elenise Scherer afirmam que:

Na verdade, vai haver uma explícita divisão sexual do trabalho com postos de trabalho para

homens e para mulheres. A grande parte da força de trabalho era constituída por mulheres na faixa etária de 15 a 25 anos predominantemente, pois as empresas de produtos eletroeletrônicos preferiam a mão-de-obra feminina pelo fato desta apresentar uma habilidade manual que se fazia necessária ao processo de montagem desses produtos, como por exemplo, a paciência, a atenção e destreza, valores atribuídos à mulher. Some-se a isto os baixos salários auferidos à força de trabalho feminina que constituía mão-de-obra farta e desqualificada (Torres, 2000) Mesmos nos anos dourados (década de 70 e 80), como já foi visto, as indústrias não absorveram a demanda de trabalhadores em sua trajetória. A Zona Franca de Manaus conviveu com o desemprego e o trabalho informal (2004).

Queremos ressaltar que mesmo se considerarmos os tempos de maior empregabilidade da Zona Franca, ainda assim, havia como afirmam Iraildes Caldas Torres e Elenise Scherer diferenças salariais entre homens e mulheres, baixos salários, condições de trabalho escorchantes, desemprego e trabalho informal. Essa situação piora à medida que o parque industrial faz o ajuste neoliberal, através da reestruturação da produção, diminuindo o número de vagas. Quando, a partir de 2003, as fábricas da Zona Franca começam a recuperar o número de empregos, estes já são bem diferentes: exige-se um novo perfil de trabalhador, mais qualificado e que opere várias máquinas. Muitas atividades antes realizadas diretamente pela empresa passam a ser feitas por empresas terceirizadas e multiplicam-se os contratos temporários. Muitos trabalhadores que perderam seus empregos nesse processo não conseguiram mais se readaptar às novas exigências e foram para a informalidade ou para a terceirização.

Maria do Socorro avalia de maneira otimista seu emprego, ainda que na teia da terceirização, uma vez que a precarização

de salários e condições de trabalho não são um fenômeno novo no estado do Amazonas. Porém, em sua fala, também conseguimos perceber a arquitetura do trabalho terceirizado:

Eu trabalhava para uma empresa que trabalhava para o Hospital Santa Júlia. Era uma empresa terceirizada. Eu trabalhei na SUPERATIVA também, dois anos cinco meses, nem me pagaram lá porque ela faliu, a SUPERATIVA. (...) Lá na ADAP atrasava o pagamento, passava dois meses, na ADAP tinha esse problema.

Essa é uma situação muito comum na vivência de trabalhadores terceirizados: o atraso do pagamento, o recolhimento do desconto do INSS e do FGTS no contracheque, mas sem o devido repasse para as instituições e, no fim do contrato de terceirização com a instituição pública, a inadimplência dos últimos salários e dos valores relativos à rescisão do contrato de trabalho.

Considerações finais

Foram muitas as mudanças no mundo do trabalho para recompor os níveis de lucro do capital com a crise da década de 70 do século XX: flexibilização dos direitos trabalhistas, reestruturação da produção e a aplicação das políticas neoliberais como privatizações e reduções nos investimentos de bem-estar social (saúde, educação, previdência etc.), que passaram a ser vistos como “gastos”.

Esse receituário neoliberal passou a ser aplicado no Brasil a partir da década de 90, alterando tanto os modos de produção de mercadorias como de organização da força de trabalho. A reestruturação da produção implicou num incremento da tecnologia nas fábricas, tendo como consequência uma redução do número de trabalhadores necessários para manter

os níveis de produção. Além disso, essas mudanças exigiram um novo perfil de trabalhador. A tecnologia e a exigência de um novo perfil de trabalhador fizeram com que muitos operários fossem demitidos.

No Amazonas, o PIM também passou por esse processo, sendo o desemprego expressivo no final do século XX e início do século XXI, muitos trabalhadores foram para a informalidade e para terceirização. Iraídes Torres e Elenise Scherer discutem que mesmo antes do processo de reestruturação da produção, os baixos salários (principalmente de mulheres que eram a maioria no setor eletroeletrônico) já eram marca do PIM.

Percebemos através das duas entrevistas utilizadas neste artigo que para as mulheres, os baixos salários, o desemprego e a informalidade já eram uma realidade e, nesse sentido, o emprego mesmo terceirizado, mas com a garantia da carteira assinada, lhes parece vantajoso relativamente às experiências que viveram. Também foi evidenciado o peso do trabalho invisibilizado de cuidados, que impõe uma dupla jornada de trabalho, influenciando o desenvolvimento de sua carreira e suas escolhas de emprego. As suas narrativas orais também nos deixam perceber algumas condições de trabalho junto às empresas terceirizadas como o atraso do pagamento de salários e a falta de indenização durante a rescisão do contrato de trabalho.

- ALVES, G. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2 ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007. Disponível em: < <http://www.giovannialves.org/DRP.pdf> >. Acesso em: 25 de abril de 2024.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANTUNES, R. A Nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES R. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho*, vol. II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ASSUNÇÃO, D. (org.). *A precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP*. 2. ed. São Paulo: Iska, 2013, p. 1-178.
- BETTI, E. Gênero e Trabalho Precário numa perspectiva histórica. *Revista Outubro*, n. 29, novembro de 2017.
- BHATTACHARYA, T. (org). *Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.
- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, 1º semestre de 2019.
- BRAGA, R. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DRUCK, G.; ANTUNES, R. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. In: *O Social em Questão - Ano XVIII - nº 34 - 2015*.
- DRUCK, G.; SENA, J.; PINTO, M. M.; ARAÚJO, S. *A terceirização no serviço público: particularidades e implicações*. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8709/1/A%20Terceiriza%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

- FONSECA, L. S.; PERGHER, E.; NISHIMURA, S. O trabalho que organiza a vida e a exploração da força de trabalho. *In: GONÇALVEZ, L. D.; MACHADO, C. R. S. (orgs.). Marx e a Educação: Trabalho, Natureza e Conflitos*. 1. ed. Porto Alegre, RS: Evangraf, v. 1, p. 70-93. 2012.
- LIMA, J. C. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. v. 13, n. 1, p. 17- 26. 2010.
- MARX, K. A chamada acumulação primitiva. *In: MARX, K. O Capital: para a crítica da economia política*. Livro I, v. II, RJ: Civilização Brasileira, 2013, p. 833-885.
- MÉSZÁROS, I. *A Crise Estrutural do Capital*. Editora Boitempo. 2. ed. São Paulo, 2009.
- PORTELLI, A. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *In: Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2. 1996.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Editora vozes, 1976.
- SCHERER, E. F. Desemprego, trabalho precário e des-cidadanização na Zona Franca de Manaus. *Somanlu*, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004.
- TORRES, I. C. *Impactos da reestruturação produtiva na Zona Franca de Manaus/Brasil*. IV Congresso Português de Sociologia. Passados Recentes, Futuros Próximos | Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 17 a 19 de abril de 2000. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462deef96de5d_1.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.
- VOGEL, L. Prefácio. *In: BHATTACHARYA, T. (org). Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.
- WILLIANS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Fontes Orais

Eliete de Souza Lima, 32 anos, mãe de 1 filho, solteira, auxiliar de serviços gerais, trabalhadora terceirizada do setor de limpeza na Universidade Federal do Amazonas/UFAM em Manaus. Entrevista realizada em 04/12/2023. Duração de 42 min. Acervo da pesquisadora.

Maria do Socorro Rodrigues Silva, solteira, mãe de quatro filhos, auxiliar de serviços gerais, trabalhadora terceirizada do setor de limpeza na Universidade Federal do Amazonas/UFAM em Manaus. Entrevista realizada em 01/06/2023. Duração de 1h05m. Acervo da pesquisadora.



“(...) Era preciso garantir um futuro diferente daquele que a gente estava vivendo” : resistência feminista contra a ditadura no Amazonas (1978-2021)

Nilda Priscila Lima Diógenes

O presente artigo examina a atuação feminina no movimento estudantil, destacando a importância das mulheres que, além de enfrentarem a ditadura militar, organizaram-se para abordar em atividades as pautas específicas relacionadas à condição feminina. Utilizando a História Oral como metodologia, entrevistamos mulheres ativas nos movimentos estudantis, como Lúcia Antony e Maria Conceição Derzi, destacando atuações e contribuições naquele contexto. Através do recorte de classe e gênero, analisamos a participação dessas estudantes na construção de pautas relativas às demandas das mulheres no movimento estudantil da Universidade do Amazonas⁶¹, possibilitando que as narrativas sejam evidenciadas a partir da metodologia da História Oral.

Para Michelle Perrot, “o desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o ‘movimento’ das mulheres em direção à emancipação e à liberação” (Perrot, 2005, p. 15). Portanto, trata-se de uma pesquisa que envolve movimentos

61 No ano de 2002 através da lei n.º 10.468 de 20 de junho de 2002, durante o processo de federalização, a Universidade do Amazonas passou a ser chamada de Universidade Federal do Amazonas.

sociais e história das mulheres, especificamente história dos movimentos estudantis e as trajetórias feministas dentro deles.

Perrot (2005) relata sua experiência pessoal de escrever uma história das mulheres e sobre como se trata de algo novo, revelador e transformador, pois à esta escrita se vincula a concepção de que as mulheres têm uma história, sendo portanto agentes históricos que possuem historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Para a autora, escrever uma história das mulheres significa levá-la a sério, superar o “problema das fontes” e criticar a estrutura de um relato apresentado como universal, não no sentido de mostrar os vazios e elos ausentes, mas para sugerir outras possibilidades de leitura.

É por isso que se faz necessário resgatar as vivências das trajetórias de vidas femininas para compreendermos os processos históricos que compartilharam coletivamente, considerando que ainda temos uma tradição historiográfica com o olhar frequentemente atravessado pelos discursos de dominação masculina, os processos históricos que compartilharam coletivamente. É através do registro das memórias particulares, por meio das entrevistas, que resgatamos novas dimensões onde essas mulheres possam construir uma narrativa em que são agentes do processo histórico.

Ao discutir especificamente o tema dos movimentos de mulheres, Gohn (2007) parte da noção de que as lutas das mulheres para se firmarem enquanto sujeitos históricos datam de vários séculos, mas que foi através do feminismo que essas lutas geraram visibilidade pública e alcançaram um caráter coletivo. A autora traça um breve histórico do feminismo no mundo ocidental, resumindo a primeira onda do feminismo como aquela que corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos – voto, trabalho etc., nos séculos XVIII, XIX e início do XX. A segunda onda, segundo a autora, corresponde às lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960

e 1980, momentos em que a preocupação com a igualdade para além das leis se relaciona com os costumes, se discutem temas como sexualidade, violência, mercado de trabalho, sendo este o período que surge a categoria “gênero”. A terceira onda, resumida pela autora, tem início em 1990 e se caracteriza como um momento em que estratégias foram repensadas, e surgem debates relacionados à construção da imagem feminina pelos meios de comunicação em massa e à uma libertação da sexualidade de modo coletivo, sendo um momento que as mulheres conduzem e sustentam transformações culturais e buscam reconhecimento (Gohn, 2007).

A partir disso, Gohn (2007) cita exemplos emblemáticos das três fases do feminismo, considerando que elas ocorreram em momentos distintos do processo democrático e da visão sobre a democracia. Para a autora, a invisibilidade do movimento de mulheres se dá quando se desconsidera o mesmo enquanto movimento de ou das mulheres e o que se ressalta social e politicamente são as demandas das quais são portadoras, pois se tratam de demandas de toda a população e de todos os sexos, mas que têm sido protagonizadas por mulheres. A autora traça debates que relacionam os movimentos de mulheres e a democracia em nível continental e nacional, discutindo noções de cidadania e como estas se relacionam com as mulheres no contexto das políticas assistencialistas, de forma a debater como isso influencia no processo das mulheres se caracterizarem como sujeitos capazes de protagonizar processos de transformação social emancipatórios (Gohn, 2007).

Esses debates traçados por Gohn (2007) objetivam resgatar a longa trajetória dos movimentos de mulheres de forma a apresentar suas riquezas e diversidades, seus fundamentos teóricos e os modelos democráticos que ajudaram, e ainda ajudam, a construir. A autora nos mostra como a trajetória das lutas das mulheres é pontuada por lutas gerais e específicas, formada por tendências e conflitos internos

nas organizações, pois se trata de um movimento amplo. A autora conclui tais reflexões reafirmando a necessidade de se dar visibilidade às mulheres em suas demandas para que se fortaleça a identidade coletiva das mulheres e se avance no processo democrático brasileiro (Gohn, 2017).

No Brasil, quando foi instaurada a ditadura militar, são trazidas particularidades para o movimento feminista brasileiro que os Estados Unidos e países europeus não vivenciaram. Para Joana Maria Pedro (2012), essa diferença se dá entre as pautas levantadas no movimento no Brasil, segundo ela:

Durante a década de 1970 e grande parte da década de 1980, o embate ideológico as ativistas era centrado entre “as lutas gerais” (contra a ditadura, por mudanças sociais ou pelo socialismo, por exemplo) e as “lutas específicas” das mulheres (as pautas feministas propriamente ditas).

As questões analisadas por Pedro (2012) perpassam a experiência de luta das estudantes, pois além de reivindicarem por pautas do feminismo, concomitantemente, estavam travando embates para garantir a liberdade. Em países democráticos, era possível a criação de grupos de leituras para discutir e aprofundar as pautas femininas, diferente do Brasil onde podemos observar uma vigilância e um controle das mulheres que ocupavam os espaços de luta (Pedro, 2012).

Além das dificuldades enfrentadas por viverem em um país em que a ditadura estava instaurada, o movimento de mulheres no Brasil, se depara com questões estruturais dentro das organizações de esquerda. Elisabeth Souza-Lobo (1991) analisa esses movimentos de esquerda e aponta que existe uma hierarquia dentro deles, pois as lutas gerais estão acima das lutas específicas. Sobre estas análises, Souza-Lobo afirma que:

Há uma tentativa de esvaziar o movimento de mulheres da problemática da qual só ele é portador: a dominação sexual característica de uma forma de sociedade de tipo patriarcal que se expressa na desigualdade política e social entre primeiro e segundo sexo e que se articula com a exploração de classes (Souza-Lobo, 1991, p. 216).

É dentro dessa conjuntura que as mulheres entrevistadas experienciaram um contexto de intensa mobilização social, participando ativamente de organizações de esquerda entre os anos de 1970 e 1980, sendo elas dentro e fora do contexto universitário. Mas aqui, buscaremos as experiências que elas compartilharam enquanto estudantes da Universidade do Amazonas (UA), pois Lucia Regina Antony⁶², por exemplo, atuou em diferentes frentes na luta contra a ditadura. Enquanto universitária, ela se organizou ao compreender que a reitoria utilizava de sua estrutura de poder para influenciar as ações do Diretório dos Estudantes (DU), a fim de controlar as tomadas de decisões que partissem da representação dos alunos.

O Diretório Central dos Estudantes, naquela época chamado de DU, era um órgão, a entidade estava na mão da reitoria. Então, a reitoria praticamente indicava quem ia dirigir os estudantes, era uma coisa bem direta e autoritária. E a gente, a partir, então, dessa tomada de consciência de que era preciso garantir um futuro diferente daquele que a gente estava vivendo, a gente começou então a fazer parte do movimento estudantil, que se organizou de diferentes formas.⁶³

62 Foi estudante do curso de Odontologia da Universidade Federal do Amazonas entre os anos de 1978 e 1981.

63 Entrevista concedida por ANTONY, Lucia Regina. Entrevista I. [set. 2019]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2019. 1 arquivo, mp3 (70min). Local: Sede do Pcdob.

Ao rememorar como construiu sua militância universitária, Lúcia nos apresenta uma ligação dos estudantes com o teatro, a música e os esportes. Esses “novos espaços” de atuação estudantil são compreendidos por Conceição Fraga (1996) como uma retomada dos estudantes, e que está representada pela criação dos centros culturais e acadêmicos da Universidade do Amazonas (UA).

O movimento estudantil da UA entre os anos de 1980 e 1981, realizou greves que muitos estudantes aderiram. A de 1981, chegou a conter 1500 estudantes, e foram manifestações que carregavam as pautas nacionais ligadas à União Nacional dos Estudantes (UNE). Apesar das matérias em jornais impressos noticiarem as greves dos estudantes, não observamos a imprensa convocar lideranças femininas para falar sobre as pautas dos estudantes, apenas a presença do presidente do DU, à época João Pedro, é dada como notícia (Rodrigues; Pinheiro, 2017).

As dificuldades decorrentes dos papéis de gênero estão presentes em todos os espaços. A presença feminina dentro dos cursos universitários da UA era menor, nos anos em que Lúcia foi estudante, se comparada à presença masculina. A assimetria também aumentava por conta da evasão de mulheres que muitas vezes acabavam desistindo de seus cursos em função da maternidade. É partindo dessas desigualdades de gênero que Lúcia, junto com outras estudantes, fundaram em 1980 o Comitê da Mulher Universitária, tendo como uma das principais pautas de reivindicação o acesso e permanência para as mulheres dentro da universidade.

O Comitê da Mulher Universitária, assim como os grupos de consciência ou de reflexão⁶⁴ espalhados pelo Brasil, reunia mulheres para discutirem sobre feminismo, desigualdades

64 Joana Maria Pedro (2012) afirma que esses grupos eram construídos apenas por mulheres que buscavam divulgar as ideias do feminismo de “Segunda Onda”. Dentro dos grupos, as mulheres discutiam problemas específicos e contrapõem o machismo vigente. (Pedro, 2012, p. 241).

de gênero e para combater o machismo que sofriam dentro e fora da universidade. Segundo Joana Maria Pedro (2012), esses grupos eram compostos da metodologia do feminismo de “Segunda Onda”, que buscava através da divulgação de suas ideias e construir uma rede entre as mulheres.

[...] as mulheres, muitas deixavam de frequentar a universidade porque não tinham com quem deixar filho. Então naquela época não existia creche, não existia política pública de creche e as mães não podiam levar seus filhos para a faculdade, porque não era permitido. Então muitas meninas deixavam de cursar uma universidade por isso. e, essa luta por creche foi, digamos assim, a grande luta que a gente travou quando fundou o Comitê da Mulher Universitária, que foi no 8 de março, de 1980. Então a gente criou o C.M.U, que a grande luta, no primeiro momento, era a luta pela creche. Hoje, onde funciona a ASSUA, ali na entrada do minicampus, aquela área tinha sido negociada com o reitor Otávio Mourão para ser a creche da universidade. O fato é que essa creche nunca saiu.⁶⁵

A luta por uma creche dentro da Universidade é uma pauta permanente das universitárias. Como bem ressalta Lúcia, a proposta não saiu do papel, e é uma derrota que reflete ainda hoje nos espaços da instituição, mas que nunca deixou de ser reivindicada ao longo dos anos.

Lúcia nos traz nomes de outras mulheres que participaram do movimento estudantil e que construíram uma militância feminina dentro da universidade:

65 Entrevista concedida por DERZI, Maria da Conceição de Lima I. [julho. 2021]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2021. 1 arquivo, mp3 (43min). Local: Casa da entrevistada.

Não era fácil da mulher se impor, enquanto liderança, mas nós tivemos mulheres do movimento estudantil que eu considero que marcaram muito, da sua forma. Desse início mesmo, que eu comecei a militar. Nós tínhamos a Mônica Maia, jornalista, a Berna Andrade, Magela, a Vera. Ai depois já entra a turma de Vanessa, Selma, Selene, Simone... Então, foram mulheres muito fortes lá dentro, que enfrentavam mesmo! É isso, nesses momentos, para você desbravar um espaço tem que ter um pouco de dureza mesmo e, essas mulheres, nesse primeiro momento, eram mulheres muito decididas, muito firmes, né? Conceição Derzi, a Derzi era uma mulher muito interessante no processo, né? Mas eu acho que foi um período, assim, de luta, de muito aprendizado, e de quebrar muitas barreiras também, porque não é fácil você vencer essas barreiras, esses preconceitos todos. A gente vivia, namorava, casava com os homens, os meninos que também eram militantes, então em tese esse discurso é muito legal, né? De minha companheira e tal, mas na hora de dividir o trabalho doméstico, não existia divisão, nós, mulheres ativistas, continuávamos tendo essa sobrecarga do trabalho doméstico.⁶⁶

Ao fazer referência a essas mulheres, também atribui a elas uma autoridade de quem viveu o processo histórico, e assim, pode auxiliar o historiador. A partir das reflexões de Pollak (1989), temos a percepção de que seriam elas guardiãs da verdade ou guardiãs da memória e estariam aptas a reconstruir os fatos, autorizadas a compartilhar suas memórias.

A vivência dessas mulheres tem sido marcada pelos papéis sociais que são atribuídos ao gênero. Em sua fala, é

66 Entrevista concedida por ANTONY, L. R. Entrevista I. [set.2019]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2019. 1 arquivo, mp3 (70min).

possível notar que o espaço de liderança para uma mulher não é um lugar fácil de alcançar, afinal, o espaço de atuação política “normalmente” é atribuído aos homens. Apesar do entrave gerado pelas questões de gênero, as mulheres de esquerda participaram da reestruturação do movimento estudantil da universidade e alcançaram outros espaços de liderança na cidade de Manaus⁶⁷.

Joan Scott é pioneira ao usar conceitualmente gênero nos estudos históricos e suas reflexões contribuem diretamente para a pesquisa. Para ela,

o núcleo essencial de definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder (Scott, 1990, p. 21).

A partir da fala de Lúcia, compreendemos a sobrecarga doméstica quando pensamos em gênero como uma categoria de análise, onde a partir dela observamos como as funções domésticas são atribuídas de maneira desigual para homens e mulheres. Sua narrativa também está imersa ao pensamento feminista, pois toda a sua militância caminhou ao lado de pautas coletivas voltadas para a proteção e respeito aos corpos das mulheres, como a luta contra o abuso sexual e a denúncia sobre a necessidade das mulheres industriárias de Manaus apresentarem atestados de laqueadura para assim conseguirem empregos.⁶⁸

67 Lúcia Antony, por exemplo, chegou a ser eleita vereadora pelo Pcdob.

68 Logo depois do Comitê da Mulher Universitária, foi criado o Comitê da Mulher Trabalhadora, ligado ao sindicato dos metalúrgicos e isso ajudou muito nessa discussão e em conquistas importantes. Por exemplo, no Distrito Industrial, as mulheres tinham que apresentar um atestado de laqueadura pra conseguir um emprego e, com essa luta que foi travada, isso passou a ser proibido. As mulheres passavam por uma revista íntima,

A narrativa de Lúcia converge com a pesquisa de Célia Santiago presente no livro *Clandestino e mobilização nas linhas de montagem: a construção da greve dos metalúrgicos de 1985*, em que nos apresenta a relação entre os movimentos de professores e estudantes, em apoio às reivindicações e denúncias feitas pelos trabalhadores e pelo sindicato dos metalúrgicos. No documento do Sistema Nacional de Informações (SNI)⁶⁹, também observamos a atuação dos professores e estudantes realizando encontros e eventos dentro do sindicato dos metalúrgicos.

Cristina Scheibe Wolff (2010) ao pesquisar sobre gênero e mulheres na resistência do Cone Sul, observa que as mulheres ativistas de esquerda entraram para os grupos de esquerda clandestinas e armadas, a partir do movimento estudantil. Observamos através das falas das mulheres entrevistadas, a importância da Universidade nos processos da construção de uma militância, e apesar de elas participarem em conjunto, a aproximação com o movimento estudantil e com a luta propriamente dita, não se inicia de forma homogênea (Wolff, 2010).

É através da entrevistada Lúcia Regina que surge a possibilidade da contribuição de Conceição Derzi⁷⁰. Juntas, elas construíram o Comitê da Mulher universitária, e ao relatar seu processo de politização e aproximação com o movimento estudantil, Derzi faz referência à Lúcia e atribui importância à relação afetiva entre elas, também considerando-a importante

quando saíam da fábrica, pra ver se elas não estavam com objetos na vagina, no ânus, pra ver se tinha objetos, então elas tinham que tirar a roupa, ficar de cócora, passando por um constrangimento muito grande. Então essas lutas que foram lideradas pelo Comitê da Mulher Trabalhadora, mas liderada pelo conjunto do movimento de mulheres, foram lutas importantes" Trecho retirado da entrevista com Lúcia Antony.

69 Cf. Diógenes, 2014.

70 Conceição Derzi foi aluna do curso de Comunicação Social entre 1975 a 1980. Se tornou professora do departamento de Comunicação em dezembro de 1980, e aposentou no ano de 2019.

para o seu processo de politização e tomada de consciência na aproximação do movimento estudantil.

Para conhecermos a trajetória de Derzi, é importante refletir sobre as relações de gênero nos relacionamentos entre homens e mulheres. Isso porque ela se vê, no passado, como uma estudante alienada cujos pais não eram politizados, então a troca de experiência com um homem em especial possibilitou a ela um novo olhar para a política. Derzi, até o momento, é a única que relatou a influência de uma relação amorosa para sua chegada ao movimento estudantil. Outras mulheres que colaboram com a pesquisa atribuíram suas aproximações com o movimento por conta da atuação nas pastorais, influência política dos pais, e até mesmo por presenciar repressão policial a civis. Ao conduzir parte da entrevista para sua vida afetiva, Derzi nos faz pensar no que escreve Alessandro Portelli sobre as fontes orais:

Fontes orais são geradas na troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares, nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar (Portelli, 2016, p. 10).

É importante ressaltarmos que ao falar de sua relação, Derzi faz uma reflexão que nos leva a pensar sobre o que a sociedade espera de uma jovem mulher: “Coisas de hormônios, né? E vontade de casar, de ter marido, essas besteiras que a gente aprende”⁷¹. Sua fala está intimamente ligada às reflexões que o movimento feminista, de segunda onda, traz para o

71 Entrevista concedida por DERZI, Maria da Conceição de Lima I. [julho, 2021]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2021. 1 arquivo, mp3 (43min). Local: Casa da entrevistada.

Brasil, a partir da década de 1960. Mas se intensifica a partir de 1975, pois é o ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano como o Ano Internacional da Mulher, tendo inclusive patrocinado o evento “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, no Rio de Janeiro. No mesmo ano, o México realizou a Conferência Mundial sobre as Mulheres⁷², de modo que é possível visualizar a chegada das pautas feministas dentro dos movimentos, cujo protagonismo caberia às mulheres de esquerda. Através desses eventos, podemos observar uma movimentação de divulgação e reflexões sobre o feminismo em diferentes países.

Derzi, em entrevista, relembra os conflitos internos presentes no C.M.U. Segundo ela, o comitê se desfaz em dado momento porque suas companheiras não aceitavam a inclusão de mulheres lésbicas.

Nós criamos então o Comitê da Mulher Universitária, né? E nessa época fazia parte a Lucia Antony, a Graziottin, só que ali teve uma briga muito forte porque elas não aceitavam lésbicas, né? E aí aquelas colegas da gente que eram as lésbicas deixaram e tal...Eu tomei para mim, mas para servir ao público, né? O de mulheres na universidade porque depois desse rachas o comitê praticamente desapareceu.⁷³

Conclui-se, a partir dessa fala, que a militância dessas estudantes foi marcada não somente por uma dinâmica de luta e determinação, mas por conflitos internos e discordâncias. A divergência apontada por Derzi pode ser pensada a partir do

72 ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. ONU Mulheres, 1975. Disponível em <http://onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

73 Entrevista concedida por DERZI, Maria da Conceição de Lima I. [julho. 2021]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2021. 1 arquivo, mp3 (43min). Local: Casa da entrevistada.

que o feminismo decolonial⁷⁴ traz em seu debate na atualidade. Para Curiel (2020), as contradições que existem dentro dos movimentos de mulheres muitas vezes põem como norma a heterossexualidade, reproduzindo assim, subordinações e violências contra mulheres lésbicas que participavam e reivindicavam seus direitos e espaços (Curiel, 2020).

O conflito mencionado por Derzi não chegou, até o momento, a aparecer na narrativa de outras entrevistadas. Isso nos leva a refletir acerca do que Portelli escreve sobre a história oral ser uma relação dialógica, uma arte da escuta:

[...] é a abertura do historiador para escrita e para o diálogo, e o respeito pelos narradores, que estabelece uma aceitação mútua baseada na diferença, e que abre o espaço narrativo para o entrevistador entrar. Do outro lado, é a disposição do entrevistado de falar e de se abrir em alguma medida que permite que os historiadores façam seu trabalho. E a abertura dos historiadores sobre eles mesmos e sobre o propósito de seu trabalho é um fator crucial na criação desse espaço (Portelli, 2006, p. 15).

Compreendemos que o espaço criado entre a narradora e a historiadora foi o que possibilitou que outras informações sobre a dinâmica do comitê pudessem aparecer e compor a pesquisa acerca de uma atuação feminina dentro do movimento estudantil.

Derzi também participou ativamente da construção do Centro Acadêmico de Comunicação Social (CUCOS)⁷⁵ e, ao refletir sobre o atual curso de Jornalismo da Universidade

74 O feminismo decolonial tem como objetivo refletir sobre raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica (Curiel, 2020).

75 Até o momento da entrevista Derzi não lembrava a data da fundação do CUCOS. Outros integrantes do centro acadêmico foram contatados, mas também não souberam dar uma resposta para a questão, o que sabemos é que Derzi foi a primeira a presidi-lo.

Federal do Amazonas (UFAM), lamenta que o centro acadêmico tenha perdido o nome original e que, simbolicamente, também tenha perdido parte da trajetória de resistência e de luta construída pelos estudantes de jornalismo durante o período da ditadura militar:

Eu aprendi muito com esse cidadão, aí quando, eu não sei exatamente o dia a data, que surgiu a vontade de lutar contra a ditadura junto com as lideranças que existiam no ICHL (...) eu fundei junto com minhas colegas o Centro Universitário de Comunicação que tinha sigla de CUCOS, que recentemente acabaram e inventaram uma outra, e aí toda a história de combate de história que a gente fazia entrou um pouco no esquecimento, né? Pois bem, eu terminei sendo a primeira mulher a ser presidente de centro acadêmico. E era muito difícil o espaço entre as lideranças porque a maioria era homem, então eles não deixavam muito a gente falar e os meninos eram mais habilitados do que as meninas. Mesmo assim eu insisti, apesar das tremedeiras, né?! Que a gente fica muito nervoso, eu fui aprendendo a defender a minha proposta.⁷⁶

Ao refletir sobre atuação à frente do centro acadêmico, demonstra ter vivido um processo de aprendizado para se tornar uma liderança estudantil e disputar os espaços políticos com os homens que ali já estavam. É significativo a primeira presidência do CUCOS ser de uma mulher, tendo como base que outros centros acadêmicos que aparecem em jornais, como o do curso de Agronomia, tinham como representação a figura masculina combativa.

⁷⁶ Entrevista concedida por DERZI, Maria da Conceição de Lima I. [julho, 2021]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2021. 1 arquivo, mp3 (43min). Local: Casa da entrevistada.

Quando narra a sua trajetória dentro do movimento estudantil, Derzi rememora uma retaliação indireta que sofreu de sua mãe. Para ela, a mãe não compreendia a dimensão da luta política que ela travava dentro da universidade e, apesar de considerar o seu pai um homem politizado, não foi através dos ensinamentos deles que ela compreendeu que era preciso assumir um posicionamento, politizar-se, para que houvesse as melhoras que acreditava.

Mas lá em casa, ainda como estudante, eu te falei... Meu pai era um pouco politizado e minha mãe quase nada. Então eu me lembro de uma feita, que eu ganhei um pôster, que aquilo pra nós era uma mina de ouro descoberta, já que a gente não podia ter, né? Alguém me deu um pôster do Chê Guevara, e ele muito bonito, né? Eu peguei e afixei no meu quarto um dia, no dia seguinte fui ver e minha mãe tinha passado batom, travestiu a imagem do Chê Guevara, isso pra tu veres que, é... foi dentro da universidade que eu me politizei, não foi na família, algumas pessoas têm sorte de ter pais politizados e aprendem desde cedo, que se não brigar as coisas ficam bem piores, não é?⁷⁷

É evidente que a influência de um afeto aproximou Derzi do movimento estudantil e da política, mas é através de sua luta e da tomada de consciência que ela conquista e lidera os espaços dentro da universidade e é considerada, por outras mulheres contemporâneas de militância, como uma mulher importante para a trajetória de luta que se consolidou no movimento estudantil.

O regime militar cerceou o movimento estudantil em diferentes períodos, iniciando em 1964 com a Lei 4464, conhecida como a Lei Suplicy, que desmobiliza o movimento

77 Ibidem.

estudantil de forma institucional. A partir de 1968, o AI-5 deu continuidade à repressão ao movimento estudantil no Brasil, pois era um, entre diversos setores, que mobilizou a oposição à ditadura militar, e foi um dos mais expressivos em 1968.

A partir do ato de 1968, a União Nacional dos Estudantes (UNE) passa a ser considerada ilegal. Assim, todos aqueles ligados à união passaram a ser considerados criminosos e foram duramente perseguidos. Empenhado em desmobilizar a atuação estudantil, Costa e Silva assina o Decreto-Lei 477⁷⁸, que proibia a existência de qualquer associação de estudantes ou professores.

Derzi sofreu represálias em sua formação dentro da universidade durante a ditadura militar. A estudante teve textos censurados e vivenciou tentativas de impedimento da sua participação nas reuniões do departamento em que estudava, onde, segundo ela, durante o governo militar criaram um conselho editorial em todos os cursos de Jornalismo, com o intuito de censurar os textos dos estudantes.

Enquanto liderança estudantil, ela viajava para congressos e ficava à par do que ocorria com quem se opunha à ditadura. Em uma de suas viagens, em um congresso de jornalistas que ocorreu em Alagoas, presenciou discursos de familiares de jornalistas desaparecidos ou assassinados. Esse episódio a sensibilizou e a impulsionou a escrever um texto com o título “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, e foi censurada por um de seus professores:

Então nos primeiros parágrafos eu descrevia como havia sido o congresso. E o último dia, com mais detalhes, essa ida de parentes de presos políticos ou mortos pela ditadura. E um professor meu achou que não podíamos dizer aquilo, falar aquilo, disse que não podíamos

⁷⁸ O artigo decretava punição para professores e alunos que fossem considerados subversivos, contrários à ditadura militar.

dizer aqui, e rasgou! Não foi um risco que ele fez, não colocou um papel em cima do parágrafo, ele simplesmente rasgou a pauta naquele parágrafo que era o último. E eu fiquei muito injuriada, e aí eu passei a frequentar a reunião do departamento de comunicação e só aceitava estudante das duas habilitações. E não aceitava representante do CUCOS, nós tínhamos um professor (...) ele então quando viu que eu estava na sala para uma reunião disse que não ia ficar se eu continuasse ali. Já que não podia ter representante do CUCOS, não podia ter, que era proibido. Havia um artigo da ditadura, entre tantos atos institucionais que o governo publicou, em um desses atos eles fizeram uma publicação de uma lei... de um artigo em que os estudantes não podiam discutir política, não podiam reunir em grupo, nem discutir política. Se assim fizesse o estudante seria expulso.⁷⁹

Consciente das tentativas de controle e censura, Derzi se fazia presente nas reuniões como forma de resistir à ditadura e aos abusos cometidos por seus professores⁸⁰. Para ela, foi uma maneira de “ir quebrando com essas censuras a partir do próprio local”, ou seja, a partir da própria estrutura que ali buscava intimidar os estudantes. Em 1977, Derzi participou da reorganização do movimento estudantil universitário no Amazonas, juntamente com demais estudantes de outros cursos, das chamadas “reuniões clandestinas”, que visavam conscientizar a classe estudantil dos problemas da

79 Entrevista concedida por DERZI, Maria da Conceição de Lima I. [julho, 2021]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2021. 1 arquivo, mp3 (43min). Local: Casa da entrevistada.

80 Derzi está presente em relatórios de espionagem do SNI, a partir de 1977 quando os estudantes da UA em consonância com os demais estudantes do país reorganizaram o movimento estudantil cf *Serviço Nacional de Informações. N 0167/199/AMA, 30 de Junho de 1977*; N 0182/119/AMA, 26 de julho de 1977.


universidade. Nesta ocasião, o relatório do SNI descreveu Derzi como participante do “movimento esquerdista”, ao descrever a sua participação quando se comprometeu a publicar as pautas de protestos no próprio jornal laboratorial do curso de jornalismo, intitulado *Zero*. No entanto, caso recebesse a negativa da publicação, a sua ação seguiria em direção a interromper a tiragem do dia.

As estratégias adotadas por Derzi, para enfrentar as censuras e as desigualdades de gênero, se concretizou através da ocupação dos espaços da universidade. Apesar do nervosismo que ela narra, quando iniciou como militante estudantil, compreende sua trajetória inicial como um resultado de suas experiências dentro da universidade.

Maria da Conceição Derzi manteve contato e mandava sugestões para o desenvolvimento durante todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa. Quando tivemos acesso aos documentos do SNI que mostram as suas ações, os arquivos foram compartilhados com ela. Infelizmente, em fevereiro de 2022, Derzi faleceu em decorrência de complicações de COVID-19. Optamos por continuar usando o seu depoimento para a pesquisa em respeito à sua memória e sua importância para a luta das estudantes, mantê-la é também não esquecer os impactos da pandemia na nossa história. Derzi, presente!

Ao construir um registro para a memória de estudantes em luta, que em seguida se tornam docentes, formadoras de opinião e líderes acadêmicas e políticas na sociedade amazonense, se constrói, também, uma perspectiva de futuro, onde além da visibilidade para as mulheres amazonenses durante a ditadura militar, também se consolida suas trajetórias e intelectualidades como referências para essa e futuras gerações que possam fundamentar através de contribuições como este artigo a importância da manutenção e vigilância de um país onde a democracia seja um dos valores inegociáveis.

- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. (orgs.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 121.
- DIÓGENES, N. P. L. *Memória de luta: mulheres e o movimento estudantil na Universidade do Amazonas (1978-1988)*. Manaus: Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, 2024.
- FRAGA, M. C. *Estudantes, cultura e política: as experiências dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
- GOHN, M. G. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade: Dossiê*, n. 11, out. 2007.
- GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1991. p. 220.
- ONU. *Assembleia Geral das Nações Unidas*. ONU Mulheres, 1975. Disponível em: <<http://onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>> Acesso em: 21 out. 2019.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 1992.
- PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. 1989.
- PORTELLI, A. A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: "Dossiê Tempo: RJ, v. 1, n. 2. 1996. p 59-72. Porto Alegre, n. 20, v.2, p. 71-100, jul./dez. 1995.
- PORTELLI, A. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. In: Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997.
- PORTELLI, A. O que faz a história Oral diferente. In: Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997.
- PORTELLI, A. História oral: uma relação dialógica. In: *História como arte da escuta*. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2006.

- 
- ROCHA, D. R. R. A experiência da inserção das mulheres na ação popular. *In: AMATO, G.; BATISTA, N.; DELLAMORE, C. A ditadura aconteceu aqui. A história oral e as memórias do regime militar brasileiro.* São Paulo: Letra e voz, p. 131.
- RODRIGUES, L.; PINHEIRO, M. L. U. *A utopia de Lutar: o movimento estudantil e a repressão militar no Amazonas. Relatório Final - Programa de Iniciação Científica, UFAM, 2017.*
- RODRIGUES, L. B. *Norte resistência: experiências estudantis, cultura política e a Ditadura militar no Amazonas (1964 - 1985).* 2022. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade.* Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995.
- SOIHET, R. História das Mulheres. *In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História,* v. 27, n. 54, dezembro, p. 284. 2007.
- WOLFF, C. S. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. *In: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. (orgs.). Gênero, Feminismos e 13 Ditaduras no Cone Sul.* Ed. Mulheres, Florianópolis, 2010.

Mulheres subvertendo papéis de gênero através do trabalho: mulheres proprietárias e empreendedoras no início do século XX em Manaus

*Bárbara Harianna Brito de Cabral*⁸¹

No início do século XX, o Amazonas vivenciou uma série de transformações econômicas e sociais - que se explicam pelo contexto do ciclo da borracha - e que resultaram em uma dinamização social e cultural na região. Entre as transformações que despontaram na ocasião, se inclui a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado. Através dessa brecha para o “mundo público” do trabalho, as mulheres puderam aos poucos ir adentrando nas diferentes ocupações profissionais. Partindo de uma inquietação sobre quais profissões eram consideradas adequadas para mulheres neste contexto, a presente pesquisa apresenta resultados de uma pesquisa que percebeu trajetórias de mulheres que ousaram também ir além dessas profissões que lhes eram permitidas⁸². Esses resultados demonstraram que no início do século XX muitas mulheres em Manaus ousaram ir além do que era considerado adequado

81 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Roraima. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Professora da rede estadual de educação do Amazonas (SEDUC/AM).

82 Cabral, 2024.

para seu gênero quando se trata de profissões. Temos vestígios de trajetórias daquelas que ousaram publicar seus escritos, até de pintoras, atrizes, musicistas, odontólogas, e estas que serão aqui apresentadas: mulheres proprietárias.

Essas mulheres que foram empreendedoras, pois donas de seus próprios negócios, utilizaram-se de diversas brechas para adentrar este “mundo público” do comércio e dos negócios. Aqui apresentaremos estas brechas e em quais ramos do comércio e da administração de propriedades essas mulheres trabalharam. Publicações em jornais locais nos permitiram acessar tais histórias, que fazem parte de um esforço coletivo de historicizar as profissões e os papéis sociais de gênero que, por muitas vezes, são impostos nelas.

Para falar dessas mulheres proprietárias, vamos rememorar a lenda urbana da carruagem de Anna Jansen. Trata-se de uma lenda que sobreviveu ao tempo e se perpetuou no imaginário dos habitantes da ilha de São Luís, no Maranhão. A lenda diz que em noites de sexta-feira há uma carruagem puxada com cavalos decapitados e com fogo no lugar da cabeça vaga pelas ruas da cidade conduzida por um escravo também decapitado. Dentro da carruagem vai o espírito de Anna Joaquina Jansen, que agoniza pela eternidade para pagar pelas maldades que cometeu em vida. Quem se deparar com a visagem, deve fazer uma oração em prol da salvação da alma de Anna, caso contrário receberá da própria uma vela de cera, que pela manhã se transformará em osso humano (Sampaio, 2015).

Essa lenda é uma herança que ficou da trajetória da mulher que é considerada uma das primeiras empreendedoras do Brasil. Lembrada como uma criatura malévola e de pulso forte, Anna Jansen se perpetuou na memória local como uma mulher que rompeu barreiras, sendo conhecida também como a “Rainha do Maranhão”. Ela foi uma das mulheres mais influentes do Maranhão no século XIX, e para isso precisou subverter normas e não permitiu que as imposições sociais

que pesavam sobre as mulheres se tornassem obstáculos para ela chegar onde queria. Os negócios de Anna Jansen incluíam no campo o cultivo de arroz e algodão e o comércio de abastecimento de água e na cidade o aluguel de imóveis urbanos. Além disso Anna possuía pedreiras, olarias e inúmeros escravos (Sampaio, 2015).

Parece importante evidenciar trajetórias como a de Anna Jansen quando se trata de iniciar o debate sobre os vestígios de histórias de mulheres proprietárias e empreendedoras em Manaus. Jansen pode ser considerada uma das primeiras mulheres a ousarem subverter imposições de gênero no Brasil através do trabalho e, portanto, inspira de forma significativa a discussão a seguir que traz indícios da atuação de mulheres proprietárias e empreendedoras em Manaus no início do século XX.

Assim como Anna Jansen, muitas outras mulheres vão adentrar na vida pública administrando terras e à frente de estabelecimentos comerciais devido ao matrimônio, e como Jansen a maioria se tornou proprietária devido à sua condição de viúva. Em suas pesquisas, Luciane Campos (2010) deu destaque à existência dessas mulheres proprietárias em Manaus no início do século XX, e confirmou o fato de que a maioria eram viúvas. Isso porque o Código Civil de 1916, permitia a esposa tornar-se responsável legal pelos bens da família, o que de certo abriu margem para que muitas mulheres estivessem à frente de iniciativas comerciais ou fossem proprietárias de terras (Campos, 2010).

Mulheres proprietárias no Amazonas do fim do século XIX

No Amazonas, durante o período imperial, não era incomum mulheres proprietárias ou posseiras de casas e sítios. Pelo direito civil, eram escassas as possibilidades de mulheres administrarem suas próprias posses, mas muitos vestígios

desde o período colonial mostram que gerir patrimônios era um trabalho que as mulheres faziam, e foram administradoras de engenhos, supervisoras de feitores e capatazes, responsáveis por estabelecimentos mercantis após a morte dos maridos, etc. É também oriundo do período colonial as normas matrimoniais que regulamentavam os bens adquiridos por um casal durante o casamento. As mulheres casadas participavam legalmente dos negócios com o marido, e ainda que seus direitos fossem restritos aos dele, o aval delas era necessário para que uma compra ou venda fosse efetivada. Portanto, mesmo que apenas o marido assinasse o documento de compra, a mulher precisava ser citada na negociação (Menezes, 2014).

A pesquisa de Menezes (2014) sobre proprietárias e posseiras no Amazonas durante o período imperial revelou também a ocupação de mulheres em terras devolutas, assim como proprietárias de casas. Estas últimas, de acordo com a autora, podiam ser adquiridas por estas mulheres por herança ou doação de família ou após a morte do marido. Com o aumento populacional na província e o crescimento da capital, a população feminina também aumentou. E ainda que menor se comparada aos homens em termos gerais, o número de mulheres proprietárias de bens prediais e terras em Manaus subia cada vez mais (Menezes, 2014).

No Amazonas, desde o fim do século XIX, encontramos em periódicos locais notas que anunciam com naturalidade o fato de mulheres possuírem terras. Como por exemplo uma publicação no jornal *Amasonas*, de 1881⁸³, que é uma declaração de bens por parte de Cypriana Maria Sóbra. Outro exemplo é a publicação no Diário Oficial do Estado do Amazonas, de 28 de outubro de 1896, na qual Maria Quitéria de Jesus suplica ao Governador do Estado para comprar um terreno na Mata dos Franceses pelo mínimo preço da lei, em favor de beneficiar

83 *Amasonas*, 1881, Ed. 667.

este que estaria devoluto. Já no início do século XX, outros vestígios em periódicos demonstram que mulheres eram proprietárias de terrenos na cidade de Manaus, como caso de Libania Ferreira Barreiros⁸⁴.

Em muitos casos, esse tipo de publicação ressalta a condição de viuvez das mulheres citadas. É este tipo de vestígio que pode ser a confirmação de como o falecimento de seus maridos em diversos casos possibilitou que essas mulheres se tornassem proprietárias de terras e imóveis, inclusive no Amazonas. Uma outra publicação também no Diário Oficial⁸⁵, que apenas cita a “Viúva Maria Quitéria de Jesus” como uma das vizinhas de um terreno que está sendo requerido por José Procopio Coriolano, é um exemplo que nos permite perceber que há possibilidade de Maria Quitéria também se inserir no grupo de mulheres que acabam assumindo as propriedades do marido após se tornarem viúvas.

Nesse período, era comum anunciar não só em Diário Oficial mas também em jornais a aquisição de terras por compradores, percebe-se que quando não haviam lotes numerados o terreno era identificado pela nomeação dos proprietários que faziam vizinhança com o terreno em questão. É através desse tipo de anúncio em jornal que encontramos vestígios que comprovam o fato de que mulheres foram proprietárias de terras em Manaus nas primeiras décadas do século XX. Um exemplo desse tipo de vestígio de compra e venda de terras que revela mulheres proprietárias é a publicação⁸⁶ do *Jornal do Commercio* de 1909, que diz que D. Maria José França efetuou um pagamento relativo a um título de terras, e anunciou o valor do título e a localização das terras.

84 Quo Vadis, 1903, Ed. 122.

85 Diário Oficial do Amazonas, nº 1635, 1899.

86 Jornal do Commercio, 1909, Ed. 190.

Como vimos em documentos oficiais do Estado, também podemos encontrar esses vestígios de proprietárias. Isso porque era comum a prática de requerer compra de terras ao Governador do Estado, e essas requisições eram publicadas no *Diário Oficial*. É nesta fonte que encontramos Mirandolina Nogueira Fleury, que em 1894 possuía um terreno e solicitava comprar outro à frente do seu⁸⁷. Para além de possuírem e administrarem terrenos nas zonas urbanas, as fontes demonstraram que muitas mulheres foram também proprietárias de terrenos nas zonas rurais, e em casos especiais elas foram também proprietárias de seringais, como veremos a seguir.

Mulheres proprietárias de seringais

Um dos primeiros vestígios relacionados às mulheres proprietárias na pesquisa que deu origem a este artigo foi justamente sobre uma mulher proprietária de seringal. Inicialmente, pensou-se tratar de uma exceção à regra, visto que existe um número significativo de pesquisas sobre a presença de mulheres nos seringais do Amazonas nesse período, exercendo atividades diversas, mas são escassos os estudos sobre mulheres proprietárias de seringais. Essas pesquisas sobre mulheres e seringais geralmente destacam seus papéis nesses contextos como trabalhadoras ou como “mercadoras” - nos casos dos que fazem a crítica em relação à objetificação das mulheres nesses espaços predominantemente masculinos.

Felizmente, as fontes revelaram uma amostragem significativa de mulheres administradoras desse tipo de propriedade. Portanto, percebe-se que é preciso considerar o fato de que elas realmente chegaram a administrar alguns seringais e atuar nesse contexto do ciclo da borracha no

87 Diário Oficial, 1894, Ed. 237.

Amazonas de uma forma distinta das que vêm sendo retratadas até então. Pois o que sugerem pesquisas na área é que no que tange aos anos de corrida para os seringais, este foi um espaço privilegiado para atuação masculina (Leal, 2007).

Entre as evidências de mulheres proprietárias de seringais do fim do século XIX, a mais antiga é uma publicação sobre um caso de abuso de poder de um juiz. Trata-se de uma publicação denunciando abuso do referido juiz em relação às despesas relativas a um casamento em 1899, e revela não somente um dos primeiros vestígios sobre mulheres proprietárias de seringal, como também uma possível explicação para a origem de sua condição de proprietária: “[...] O sr. Fernandez Vasquez, peruano, residente no seringal de Porto Central, município de Floriano Peixoto, contraiu nupcias com a viuva Cotia, proprietária naquele local” (A Federação, 1899). A região a que se refere o acontecido fica no município amazonense Boca do Acre⁸⁸. A região é bem próxima da fronteira brasileira com o Peru, o que pode explicar o matrimônio entre a Viúva Cotia e o peruano Fernandez Vasquez. Esta publicação, além de deixar bem claro que a Viúva Cotia era proprietária do seringal de Porto Central, o faz evidenciando sua viuvez, ainda que num contexto de contração de um novo matrimônio. Esse aspecto é que nos permite considerar a possibilidade de o seringal de Porto Central ter sido herdado após a morte do primeiro marido de Viúva Cotia.

Outro vestígio de mulheres proprietárias de seringais data de 1909 e foi percebido através de um “Protesto” publicado no jornal interiorano *O Correio do Purús*⁸⁹. Neste protesto, José Raymundo & Filho acusam D.^a Joanna de Hollanda e Silva, de arrendar seus seringais “Aripuanã” e “São Felismino” para outras pessoas depois dela mesma ter arrendado estes para

88 <https://mapasamerica.dices.net/brasil/portugues/movil/mapa.php?nombre=Seringal-Porto-Central&id=87891>

89 *O Correio do Purús*, 1909, Ed. 138.

eles, pelo tempo de quatro anos. Os interessados afirmam estar protestando “contra todo e qualquer acto da referida proprietária” que pudessem lesar seus direitos e exigem uma indenização.

No ano seguinte, 1910, outro vestígio revela uma mulher proprietária de um seringal no município de Benjamin Constant⁹⁰. Trata-se de um “Protesto” assinado por Carlota de Freitas Machado. Pelo conteúdo da publicação, onde a proprietária faz advertências contra invasores no referido seringal, pode-se supor que a mesma vivia na cidade e o administrava à distância. Não foram encontradas fontes que atrelam a propriedade de Carlota a uma possível viuvez, como era comum. Ainda que não tenhamos encontrado vestígios que revelem as circunstâncias em que Carlota de Freitas Machado se tornou proprietária de um seringal, encontramos publicações no *Jornal do Commercio* nos dois anos seguintes, que mostram que ela seguiu administrando terras⁹¹. Para além do denominado seringal “Pampa-Ermoza”, Carlota possuía ainda dois lotes de terra denominados Pau Hermoso, no mesmo município de Benjamin Constant. Percebe-se, portanto, que ainda em 1912, ou seja, dois anos depois que Carlota surge pela primeira vez como administradora de terras, esta mulher seguia comprando terras. Portanto, ainda que suas primeiras propriedades tenham sido adquiridas por herança ou viuvez, é certo que Carlota seguiu investindo e administrando terras no interior do Amazonas.

Como percebe-se por este e outros exemplos, a condição de viúva dava respaldo legal para que as mulheres gerissem bens e patrimônios familiares. Mas nem sempre isso era tão simples, pois mesmo que tivessem direitos legais à propriedade, essas mulheres muitas das vezes dependiam que nenhum parente do sexo masculino ou autoridade requeresse esse patrimônio.

90 *Jornal do Commercio*, nº2296, 1910.

91 *Jornal do Commercio*, nº2470, 1911.

Mesmo quando havia esse tipo de ameaça, essas mulheres não se mantiveram inertes, e muitas requereram perante as autoridades os seus direitos de propriedade (Menezes, 2014).

Além da viuvez, outra estratégia evidenciada pela qual as mulheres se tornaram proprietárias de terras era a ausência prolongada do marido. Essa prática de se ausentar, que é comum entre os homens desde a colônia, era também um meio pelo qual as mulheres assumiram propriedades nas quais viviam. Muitas vezes, essas mulheres se adiantaram em publicizar essas situações, anunciando-as em periódicos, para reforçar seu direito diante do abandono do marido de suas obrigações como pai e provedor (Menezes, 2014).

Mulheres proprietárias de colégios, pensões, ateliês e tabernas

Ainda tratando de empreendimentos tocados por mulheres em Manaus no início do século XX, percebe-se que os tipos de estabelecimentos que tiveram mulheres como proprietárias, nesse contexto, eram ligados às atividades consideradas como “trabalho feminino”. Por exemplo, no caso de mulheres proprietárias de escolas e pensões, que foram muitas nesse período, assim como foram muitas as proprietárias de ateliês de moda e de costura.

O magistério se feminizou desde o estabelecimento da Escola Normal Amazonense, em 1888. Essa instituição foi muito importante para que as mulheres adquirissem uma instrução que lhes permitisse atuar no magistério. No início do século XX, o magistério será a área na qual as mulheres vão atuar intensamente no período, em alguns casos por uma necessidade financeira, e em outros uma ambição de ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais que lhes eram permitidos. Além disso, tratava-se de uma ocupação profissional mais “aceita” pela sociedade como trabalho feminino sem tantas resistências.

Essa aceitação se deve provavelmente ao fato de que se tratava de uma profissão considerada compatível com a sua “natureza feminina”, sendo um prolongamento de seus papéis ditos “naturais” (Campos, 2010).

A questão aqui, tratando-se de mulheres proprietárias, é que o Magistério vai abrir uma brecha para que mulheres abrissem suas próprias escolas. Essa é uma forma de adentrar um espaço público, essencialmente masculino: dos negócios, sociedades, da administração de uma propriedade, o que certamente exigia que elas atuassem muito mais intensamente no mundo público do trabalho, para formas que vão além do “ensinar”, ou “educar”.

E são muitas as proprietárias de escolas, que desde o século XIX surgem nos periódicos, como no caso de D. Candida Maria Pedrosa, proprietária e diretora do Colégio Brasileiro⁹². Fontes oficiais⁹³ revelam também as seguintes proprietárias de colégios: do Colégio Santa Ritta, a diretora e proprietária foi D. Joanna Bananeira Langbeck; do Colégio Santa Clara, a diretora e proprietária foi D. Ignez Vidal de Albuquerque e no caso do Colégio 5 de setembro, a diretora e proprietária foi D. Maria Theodora Gonçalves da Silva.

Boa parte da pesquisa realizada em busca das proprietárias nos jornais disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional⁹⁴ foi realizada através da busca por verbete, nesse caso utilizando o verbete “proprietarias”. Este verbete revelou mais resultados do que seria elegível e sensato analisar sobre este tema. Portanto, pareceu sensato fazer uma seleção dos que podem trazer nuances interessantes sobre mulheres proprietárias em Manaus no fim do século XIX e início do XX. Nesse caso, escolhemos para análise os jornais menores,

92 Jornal do Amazonas, 1886, Ed. 1294.

93 Mensagens do governador do Estado do Amazonas para Assembleia, 1902.

94 <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

com menos edições e também os que retornaram menos de 100 resultados pelo verbete. O desafio nesta pesquisa foi grande pois muitas vezes o termo “proprietaria” se referia a uma firma (de propriedade de homens), e não à uma mulher. Além de que a tecnologia, que ainda é falha, muitas vezes fez a leitura equivocada de “proprietária” quando a palavra publicada no jornal era “proprietário”. Também precisou-se ignorar os resultados relativos à “proprietária do cargo”, pois era apenas uma forma de indicar que alguém estava ocupando determinado cargo. Além disso, encontram-se muitos anúncios de objetos perdidos por senhorinhas, que eram mencionadas como suas “proprietárias”. Salvo tais exclusões, ainda nos resta uma quantidade grandiosa de fontes sobre o tema para analisar com o afinco de uma pesquisa unicamente sobre o tema.

Esse foi o processo para encontrarmos uma quantidade imensa de vestígios sobre mulheres que foram também proprietárias de estabelecimentos comerciais. Mas os periódicos do acervo digital da Biblioteca Nacional não foram as principais ou as únicas fontes, visto que pudemos trabalhar, também, com documentos oficiais e, inclusive, com fotografias de um dos álbuns do estado do Amazonas do início do século XX: o *Indicador Ilustrado do Amazonas (1910)*. Neste álbum, temos registradas em fotografias os principais estabelecimentos comerciais de Manaus do início do século XX. E o que chamou atenção em relação aos objetivos da presente pesquisa foi a presença de mulheres em poucas fotografias, mas que as registraram à frente de iniciativas comerciais. Eram estas: o “Atelier Palmyra” cuja proprietária era a modista Palmyra Santos; o Ateliê de Costura “Mme Marietta”, cujas proprietárias eram Parati Carver & irmã. Posteriormente, descobriu-se também que a Drogaria Freitas e o “Adolfina & Cia” também eram estabelecimentos geridos por mulheres, mas que não trouxeram elas nos registros fotográficos.

Três dos quatro estabelecimentos geridos por mulheres que estão no álbum *Indicador Illustrado do Amazonas (1910)* são ateliês de costura. Uma vez que, para a época, a costura era considerada uma atividade adequada para o gênero feminino, pode-se imaginar que foi essa uma outra brecha que essas mulheres tiveram para justificar a sua ousadia de gerir estabelecimentos comerciais.

Outros ateliês que eram de propriedade de mulheres e que se farão presentes através de anúncios em periódicos do fim do século XIX são: o ateliê Au Printemps de Madame Adolphe Maxx, que surge pela primeira vez no “Provincia do Amazonas: orgam especial do commercio” em 1888⁹⁵; o ateliê de Mistress Neil, anunciada no jornal “Diário de Manãos”, em 1892⁹⁶; o ateliê de Madame Schianetii anunciado no jornal “A Federação”, em 1899⁹⁷; o ateliê de Madame Fanny⁹⁸, que começa a anunciar seus serviços no ano de 1900, também no jornal *A Federação*⁹⁹; o ateliê de Mme. Clara & Comp. anunciado a partir de 1904 no *Jornal do Commercio*; em 1902, o anúncio da modista D. Leonor Porto de Castro¹⁰⁰; em 1903, o anúncio da modista Madame

95 A Provincia do Amazonas: orgam especial do commercio, 1888, Ed. 140.

96 Diário de Manãos, 1892, Ed. 21.

97 A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal, 1899, Ed. 388.

98 O que chama atenção neste primeiro anúncio de Madame Fanny é o serviço de preparação de luto que ela anuncia. Buscando explicações para tal serviço nos deparamos com os estudos de Schmitt (2021) sobre a *Casa das Fazendas Pretas*, primeira loja especializada em tecidos e artigos indumentários de luto e meio-luto no Brasil. O luto no século XIX foi um tema caro à moda, pois foi um período em que se desenvolveu uma etiqueta lutuosa que se manifestava mais veementemente no vestuário. Existiam regras para o traje de luto, que incluíam cores, tecidos e acessórios. Por isso é que no Oitocentos se desenvolveu um comércio especializado no luto, voltado principalmente ao consumo das elites e classes médias (Schmitt, 2021).

99 A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal, 1900, Ed. 733.

100 Quo Vadis, 1902, Ed. 12.

Eloisa de Miranda¹⁰¹; o anúncio do ateliê de Madame Araújo¹⁰²; o anúncio da modista de chapéus Mme. Mercêdes, que atendia em endereço comercial¹⁰³; o anúncio do ateliê de modas de Mme. Virginia¹⁰⁴; o anúncio da modista Arselina da Silva, que atendia em um endereço na Avenida Eduardo Ribeiro¹⁰⁵; o anúncio de Mlle. Rose ex-modista da casa Nouveauté de Paris¹⁰⁶; o anúncio da modista Silva Leite de Andrade¹⁰⁷; o anúncio de Madame Pillar¹⁰⁸. A limitação da pesquisa aos dez primeiros anos do século XX se deu pelo fato de que não era o principal objeto de investigação proposto nesta dissertação. Sobre o tema, o pesquisador Rafael Curintima (2018) se aprofundou e se dedicou com mais afinco em sua monografia intitulada *Aceitam-se costuras de senhoras: a comercialização de produtos de moda nas duas primeiras décadas do século XX*.

Nem todas as modistas que trouxemos como exemplo aqui foram com certeza proprietárias de seus próprios estabelecimentos comerciais, visto que existe a possibilidade de muitas delas anunciarem seus serviços com o endereço de suas próprias casas. Ainda assim, os ateliês que conseguimos certificar que se tratavam de espaços físicos nas principais ruas comerciais de Manaus, e que foram geridos por mulheres, são importantes exemplos das mulheres pioneiras no empreendedorismo em Manaus.

Depois de tratarmos das modistas e seus ateliês, voltamos agora aos anos finais do século XIX para evidenciar este que

101 Quo Vadis, 1903, Ed. 237.

102 Jornal do Commercio, 1906, Ed. 751.

103 Jornal do Commercio, 1907, Ed. 992.

104 Jornal do Commercio, 1908, Ed. 1477.

105 Jornal do Commercio, 1908, Ed. 1536.

106 Jornal do Commercio, 1909, Ed. 1834.

107 Jornal do Commercio, 1909, Ed. 1871.

108 Correio do Norte, 1910, Ed. 532.

pode ter sido um dos primeiros estabelecimentos administrados por uma mulher em Manaus. Trata-se do estabelecimento chamado “Estaminet Família”¹⁰⁹, que segundo o anúncio oferecia hospedagem às famílias e aos cavalheiros, além de refeições em todos os horários, que podiam ser compradas, também, por assinatura. O anúncio era assinado “A proprietária, Anna Rayol”. Ainda nos anos finais do séc. XIX, outro vestígio atribuiu a uma mulher a propriedade de um hotel, conforme anúncio do estabelecimento publicado no jornal *A Federação* em 1899¹¹⁰. Trata-se da inauguração do “Grand Hotel”, no palacete à rua Municipal n. 95. É indicada como proprietária do estabelecimento a Madame Eug. Mathews.

É compreensível que as casas de pensão tenham sido um dos principais estabelecimentos geridos por mulheres nessa virada do século XIX para o XX. Isso porque tratava-se de uma extensão das atividades desempenhadas no espaço do lar: limpar, lavar e cozinhar. Portanto, é mais uma atividade ligada aos negócios e à administração, que contou com a brecha da permissividade para que essas mulheres adentrassem a vida pública. Gerir estabelecimentos comerciais era atuar no espaço público da cidade, essas mulheres faziam suas próprias rendas com certa autonomia e sem que isso fosse tão condenado, pois estavam fazendo atividades que, para a época, eram consideradas adequadas ao seu papel social de mulher.

Nas primeiras décadas do século XX, essas pensões continuaram surgindo, e provavelmente nem todas elas publicaram anúncios nos periódicos locais. Do início do século XX, temos uma menção em 1903 no *Quo Vadis* à Pensão da Mulata, que pertencia à Anna Maria da Conceição¹¹¹. Outro vestígio é o anúncio publicado no *Jornal do Commercio*, em

109 O Imparcial, 1897, Ed. 113.

110 A Federação, 1899, Ed. 345.

111 Quo Vadis, 1903, Ed. 62.

1912¹¹², intitulado “Pensão Pillar”, que neste caso não se trata de uma propaganda, mas sim de uma cobrança feita por Jovelina Pilar, provavelmente a proprietária da pensão. Na publicação, a proprietária pede que seus “assignantes” em atraso liquidem suas contas até dia 10, caso contrário seus nomes seriam publicados por extenso no jornal.

Novamente se fazendo verdadeira a necessidade de ler nas entrelinhas para encontrar vestígios sobre a trajetória profissional de mulheres no início do século XIX, temos uma série de notícias policiais que nos revelam mais uma proprietária. Foram tais notícias policiais¹¹³ que trouxeram à tona o fato de que a Pensão Rosa, que funcionava em Manaus no início do século XX, tinha como proprietária uma mulher chamada Rosa Seti¹¹⁴.

Para além dos colégios, ateliês e pensões que ofereciam serviços de hospedagem e alimentação, as mulheres se aventuram no mundo público dos negócios e estabelecimentos comerciais de formas ainda mais ousadas para a época. Um exemplo disto é o caso trazido por uma publicação no jornal *Quo Vadis*, de 1903, que fala sobre dona Raymunda Carvalho de Magalhães e sua propriedade, a torração “Papagio”¹¹⁵. Há ainda outro vestígio que, além de mencionar a já citada proprietária da “Pensão da Mulata”, Anna Maria da Conceição, menciona outra mulher à frente de um estabelecimento incomum. Trata-se

112 Jornal do Commercio, 1912, Ed. 2799.

113 Um dos hóspedes da pensão envolveu-se em um conflito sentimental com outra hóspede, que terminou em uma briga com a dona da Pensão, Rosa Seti. O resultado foi um homem baleado e uma série de publicações em tom de suspeita sobre o caso, pois Rosa afirmava que o homem havia tentado suicídio enquanto os jornais apontavam para o envolvimento de Rosa no disparo.

114 O Imparcial, 1918, Ed. 57.

115 Quo Vadis, 1903, Ed. 190.

de Avelina Cavalcante, indicada como proprietária do “Club dos Chineses”¹¹⁶.

Fontes oficiais¹¹⁷ também revelam outro exemplo de mulher proprietária de estabelecimentos incomuns de serem geridos por mulheres, para a época. Trata-se de publicação na qual consta uma concessão para que D. Brazilia Ferreira Ramos pudesse estabelecer na capital uma casa de empréstimo. Esse é um vestígio que permite abrir o leque de possibilidades desse tipo de documento enquanto fonte para encontrar essas mulheres que no início do século XX, em Manaus, atuaram na vida pública como proprietárias de estabelecimentos diversos. Temos vestígios, também, de mulheres proprietárias de tabernas. Trata-se de uma publicação do *Diário de Manaós*, de 1892, intitulada “Ao commercio e as repartições Publicas” e assinada por Henrique Dias Pinto. Na publicação, é informado que Henrique vendeu à sr.^a D. Emilia Nunes de Araujo sua taberna na Rua dos Andrades o canto do Dr. Leovigildo Coelho¹¹⁸.

Para finalizar, precisamos mencionar que a pesquisa de Campos (2010) retoma a atuação de uma das viúvas manauaras cuja condição de viuvez talvez foi o pontapé inicial para que se tornassem empreendedoras. Trata-se de Pires de Carvalho, que era proprietária de uma empresa de lenha, e cuja atuação ficou registrada através de documentação sobre a greve geral de trabalhadores em Manaus, no ano de 1919. Na ocasião, Pires de Carvalho teria concedido uma das reivindicações dos trabalhadores de sua empresa, no caso, a jornada de trabalho de oito horas, na contramão do que foi feito pelos demais proprietários na cidade de Manaus. Outro exemplo de viúva que se torna proprietária é evocado pela autora ao mencionar a viúva Domingos Freitas, que foi registrada no

116 Quo Vadis, 1903, Ed. 68.

117 Decreto nº739 de 8 de Novembro de 1905.

118 Diário de Manaós, 1892, Ed. 20.

Jornal do Commercio como proprietária da Pharmacia Freitas (Campos, 2010).

Apesar de ser amplamente conhecida como “Viúva Domingos Freitas”, pesquisas em periódicos retornaram que o nome da viúva Domingos Freitas era Narcisa de Sá Freitas. Essa informação foi obtida através de diversas publicações jurídicas em periódicos que a mencionam nos trâmites que envolviam a firma “Viúva Domingos Freitas”. Narcisa é mencionada nestas publicações como única representante da mesma¹¹⁹. Ainda que fosse apontada como a única representante da firma, Narcisa não geria o empreendimento sozinha. Em diversas outras publicações, nomes como Emilio J. Veiga de Sá, J. Gonçalves Bina e Francisco Bento de Sá surgem como portadores de procurações que os permitiam gerir os negócios da Drogaria Freitas^{120 121}.

Sobre a Drogaria Freitas, temos uma riqueza documental se compararmos com os poucos vestígios de outros empreendimentos que tiveram mulheres como proprietárias em Manaus. Um dos mais interessantes entre os documentos são dois registros fotográficos e um anúncio comercial publicados no *Indicador Ilustrado do Amazonas (1910)*, que nos permitiu concluir que o estabelecimento de Narcisa perdurou por pelo menos 30 anos na cidade de Manaus, pois o anúncio em questão traz a informação de que a drogaria foi estabelecida em 1891.

Considerações finais

Todos esses exemplos, que datam do final do período imperial no Amazonas e se estendem às primeiras décadas da República, são demonstrações de que as mulheres

119 A Capital, 1917, Ed. 56.

120 Correio do Norte, 1910, Ed. 471.

121 Jornal do Commercio, 1914, Ed. 3622.

estavam rompendo com estereótipos comumente associados ao gênero feminino: o de santas, recatadas, obedientes, passivas, inertes, etc. Ainda que cercadas por discursos que tentavam diminuí-las, encontramos mulheres que se impunham diante de tais subjugações. Estes exemplos de mulheres que assumiram propriedades e se posicionaram contra maridos e autoridades, revelam uma busca por ampliar seus direitos, ainda que diante da justiça da época elas fossem consideradas inaptas para obtê-los. A atuação dessas mulheres foi significativa para a transformação do sistema patrimonial, que mudou um pouco mais a cada vez que estas mulheres proprietárias demandaram a legitimação de seus bens patrimoniais (Menezes, 2014).


Além de evidenciar os vestígios de trajetórias de mulheres proprietárias, tivemos a preocupação aqui de destacar também as brechas utilizadas por essas mulheres para adentrar esse mundo público da administração de propriedades. Percebemos, por exemplo, que a permissividade associada a algumas atividades foi uma dessas brechas, visto que no caso das proprietárias de estabelecimentos como colégios, ateliês de costura e pensões existia uma ligação desses estabelecimentos com atividades de cuidado, limpeza, costura e cozinha, que são relacionados às atividades domésticas e ao que era considerado o papel “natural” da mulher. Portanto, pode ser que essa brecha da “permissividade” tenha sido utilizada por essas mulheres para que se tornassem proprietárias, administradoras de seus negócios e se inserissem no mundo do comércio, ambiente que era predominantemente masculino.

A viuvez foi uma outra possível brecha encontrada por essas mulheres para que se tornassem proprietárias, seja de terras, seja de seringais ou de estabelecimentos comerciais. Mas isto não significa que não tiveram que exercitar suas habilidades comerciais ao gerir tais terras e empreendimentos. Percebemos que muitas mantiveram as propriedades dos falecidos maridos e até mesmo multiplicaram seus bens comprando outras

propriedades ou estabelecendo sociedades, portanto, a viuvez também era apenas o argumento que as levaria ao exercício da administração de propriedades/estabelecimentos, mas para permanecer ali estas mulheres precisaram demonstrar expertise para os negócios.

Por fim, faz-se necessário mencionar que os exemplos trazidos nesta pesquisa são relativos às experiências de mulheres que tinham boa condição financeira, como vimos pelo fato de que muitas destas herdaram essa condição dos falecidos maridos. Mas como evidenciamos acima, ainda que recebessem dos maridos tais propriedades, também trouxemos exemplos de mulheres comprando e gerindo terras e administrando estabelecimentos comerciais, como pensões e ateliês. O que demonstra uma habilidade necessária por parte dessas mulheres para se estabelecerem no mundo dos negócios, ainda que o tenham adquirido por herança ou meios afins. É sabido que esse tipo de atuação profissional que envolvia transações comerciais se fazia principalmente nos espaços públicos da cidade, e que os papéis sociais de gênero impostos às mulheres queriam limitá-las a uma atuação no espaço privado, o das atividades domésticas. Portanto, parece certo afirmar que ao desempenhar tais atividades ligadas ao empreendedorismo e à administração as mulheres estavam subvertendo papéis de gênero, e elas o fizeram através do trabalho, em atividades relacionadas ao comércio e ao mercado de terras.

- CABRAL, B. H. B. *Profissões para mulheres em Manaus (1890-1930):* imposições sociais de gênero e brechas para a subversão através do trabalho. Manaus: Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, 2023.
- CAMPOS, L. M. D. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940).* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- CURINTIMA, R. S. “*Aceitam-se costuras de senhoras*”: o trabalho de mulheres modistas nas primeiras décadas do século XX. Encontro Estadual de História (2018, Manaus). Anais [recurso eletrônico]: ensino de história no Amazonas, democracia e desigualdades / Organização: Keith Valéria de Oliveira Barbosa [et al.], 1. ed. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2018.
- LEAL, D. A. *Entre barracões, varadouros e tapiris: os Seringueiros e as relações de poder nos seringais do rio Madeira (1880-1930).* Dissertação de mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. 2007.
- MENEZES, B. S. *Imprensa e gênero: a condição feminina e as representações da mulher amazonense na imprensa provincial (1850-1889).* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014.
- PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. *Cadernos Pagu*, v. 4, p. 9-28, 1995.
- PERROT, M. *Mulheres públicas.* Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história.* Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres.* Tradução de Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.
- PINHEIRO, M. L. U. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920).* Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC-SP, 2001.

- 
- PINHEIRO, M. L. U. "O espelho francês na 'Paris das Selvas'". In: VIDAL, L.; LUCA, T. M. (orgs.). *Franceses no Brasil: Séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 271-288.
- PINHEIRO, M. L. U. A Mulher na Imprensa Amazonense, 1900-1950: algumas reflexões. In: *XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e diálogo Social*. 2013, Natal/RN. Anais XXVII Simpósio Nacional de História, Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013, p. 1-13.
- PINHEIRO, M. L. U. (org.). *Gênero & Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014.
- PINHEIRO, M. L. U. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3. ed. Manaus: EDUA, 2015.
- PINHEIRO, M. L. U. Trabalho, cidade e imigração na capital amazonense, 1880-1910. In: POPINIGIS, F.; AMARAL, D. (orgs.). *Trabalhadoras e trabalhadores: capítulos de história social*. Jundiaí-SP. Paco Editorial, 2022.
- SAMPAIO, E. S. *Um estudo sobre gênero no Brasil do século XIX: O caso Anna Jansen, a Rainha do Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade do Minho, 2015.
- SCHMITT, J. A Casa das Fazendas Pretas, o comércio e o luto na segunda metade do século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 29, p. e50, 2021.

Documentos Oficiais

Diário Oficial do Amazonas, 1894-1899

Mensagens do governador do Estado do Amazonas para Assembleia, 1901-1914

Álbuns

Indicador Ilustrado do Amazonas (1910)

Periódicos

A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal, 1895-1900

Amasonas, 1881-1878

A Província do Amazonas: organ especial do commercio, 1888

Correio do Norte, 1906-1911

Diário de Manaós, 1892-1893

Jornal do Commercio, 1904-1963

Jornal do Amazonas, 1884-1905

O Correio do Purus, 1909-1918

O Imparcial, 1897-1918

Quo Vadis, 1902-1903



Sobre as autoras

Mônica Xavier de Medeiros

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Pós-doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas/PPGH/UFAM. Professora do curso de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Parintins/CESP da Universidade do Estado do Amazonas/UEA

Patrícia Rodrigues da Silva

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP. Pós-doutorado em andamento no Prof. História/Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. É professora da Universidade Federal do Amazonas/UFAM na graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História/PPGH

Bárbara Harianna Brito de Cabral

Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Roraima. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Professora da rede estadual de educação do Amazonas (SEDUC/AM)

Jheniffer Natividade Rodrigues

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: jheniffer.natividade@gmail.com

Johmara Assis dos Santos

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora na Secretaria Municipal de Educação de Manaus e no Sistema Social da Indústria SESI-AM. E-mail: jads87@gmail.com

Jordana Caliri

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Amazonas. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas e da Secretaria Municipal de Educação. E-mail: jordanacaliri@gmail.com

Kennely Rabelo Fernandes

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: kennely.rabelo@gmail.com

Maiara Andrade Paes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). E-mail: maiara.andradepaes@gmail.com

Nilda Priscila Lima Diógenes

Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Professora da rede estadual de educação do Amazonas (SEDUC/AM)





Patrícia Regina de Lima Silva

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas. Professora de História da Rede Básica de Ensino – SEDUC/AM. Bolsista CAPES. E-mail: prsilvahist@gmail.com

título História das mulheres no Amazonas

organizadoras Mônica Xavier de Medeiros
Patrícia Rodrigues da Silva

tipografias Helvetica
Magister

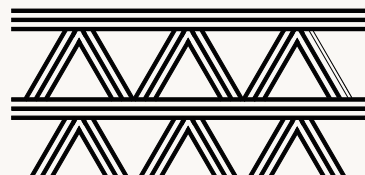
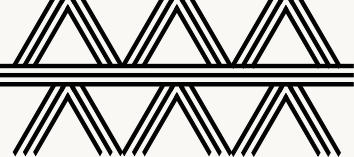
número de páginas 180



para conhecer mais da **editora UEA** e de nossas
publicações, acesse o qr code abaixo



ueaeditora





editora
UEA

ANPUH AM
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



UFAM



IPHAN

CONSELHO NACIONAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

**MINISTÉRIO DA
CULTURA**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO